

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**“DINÂMICAS ECONÓMICAS E POLÍTICA
EXTERNA PORTUGUESA NOS PAÍSES NÃO
LUSÓFONOS DA SADC (1975-2002)”**

RICARDO JORGE DA SILVA RODRIGUES

Orientação: Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira

Júri:

Presidente: Professor Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães, Professor Catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutor José Carlos Gaspar Venâncio, Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior

Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Maio – 2004

ÍNDICE

Introdução.....	5
PARTE I	
Capítulo I – Uma Síntese da Teoria das Relações Internacionais.....	8
1 – A Teoria das Relações Internacionais.....	8
2 – O Objecto das Relações Internacionais.....	11
3 – As Concepções das Relações Internacionais.....	12
3.1 – O Modelo Realista.....	15
3.2 – O Modelo Idealista.....	18
3.3 – A Sociedade de Estados.....	20
3.4 – O Modelo Pluralista-Independente.....	22
3.5 – O Modelo Neo-Marxista.....	25
3.6 – Uma Síntese.....	27
4 – A Vertente Económica das Relações Internacionais.....	28
4.1 – A Noção de Interdependência.....	28
4.2 – Os Conceitos Internacionalização/Globalização/Mundialização.....	30
4.3 – O Ordenamento da Economia Internacional: O Papel da Integração Regional.....	35
4.3.1 – Tipos de Integração Regional.....	37
4.3.2 – Razões que Originam a Integração Regional.....	38
PARTE II	
Capítulo II - Política Externa e Diplomacia Económica.....	44
1 – Um Enquadramento Conceptual.....	44
2 – A política externa e diplomacia económica.....	47
2.1 – A Articulação com a Política Externa da UE.....	48
2.2 – A Acção Diplomática na SADC.....	53
2.3 – A Política Externa de Portugal face à SADC.....	54
Capítulo III – A SADC.....	59
1 - Os Objectivos da SADCC.....	60
2 – A Passagem de SADCC para SDC.....	61
2.1 – Os Objectivos da SADC.....	63
2.2 – Enquadramento Institucional.....	64
2.3 – Alguns Constrangimentos da SADC.....	65
3 – O Futuro da Integração Económica na África Sub-Sahariana e o Nepad.....	67
Capítulo IV – O Caso Portugal/Países não lusófonos da SADC.....	70
1 – O Comércio Bilateral entre os Portugal e os Países Não Lusófonos da SADC.....	70
2 – O Investimento Directo Estrangeiro.....	96
3 – Balanço.....	101
Conclusão.....	107
Anexos.....	109
Bibliografia.....	114

Dedico
à minha filha Maria Frederica
e aos meus Pais

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar ao Professor Doutor Adelino Torres, a forma exemplar com que acedeu à resolução dos contornos burocráticos que envolveram a produção desta tese de Mestrado. O seu empenhamento activo ajudaram decisivamente a solucionar aquela questão, o que me confirmou a ideia que tinha de um mestre dedicado verdadeiramente à Academia e que luta incessantemente pelo seu êxito e pelo sucesso dos seus mestrados.

Em segundo lugar, ao Professor Manuel Ennes Ferreira, meu orientador, pela forma amigável e sincera com que trabalhou comigo. Foram diversos os momentos que passámos, mas não queria esquecer neste trabalho o seu apoio, dedicação, paciência e impulso enorme que me deu para a concluir.

Em terceiro, a uma pessoa (que já não convive directamente comigo, mas) que foi a principal causa e a principal força inicial para a realização deste Mestrado, a diplomata e amiga, Dr.^a Joana Gaspar.

Por último, a toda a minha família, em especial à minha mulher, pelo tempo em que estive ausente, mas que doravante será compensado.

A todos, um bem haja e um eterno muito obrigado!

INTRODUÇÃO

Em África sempre houve uma tendência para que os países considerem a necessidade de olharem para outros, sobretudo quando se verificam depressões económicas a nível mundial. O impacto deste efeito neste continente acaba por resultar numa redução do investimento e do comércio. A agenda ‘África’ perde peso.

Factos como estes revelam que é fundamental cooperação regional entre os países africanos. A União Africana (UA) começa agora a ganhar alguma força e peso a nível interno (de que é exemplo a NEPAD) e também a nível externo. Percebe-se que os líderes africanos querem agora apostar numa lógica continental e não numa lógica de Estados.

O projecto da UA é um projecto ambicioso, que tem como elemento essencial a supressão gradual de um conceito de Estado frágil para uma estrutura integrada a nível continental. A própria carta da UA reúne e é composta por valores essenciais, como a democracia política, a boa governação, o respeito pelos direitos do Homem.

A ideologia, a mentalidade e o esforço dos dirigentes africanos parece estar a mudar para melhor, no sentido em que pretendem apresentar obra feita, pretendem vender melhor o seu país para captar investimento, estando para isso a identificar os problemas dos atrasos estruturantes, criando também novas estratégias para os resolver. A criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento (NEPAD) tem origem precisamente num diagnóstico simples: os dirigentes africanos perceberam finalmente que muitos dos problemas que assolam nos seus territórios são comuns a muito outros e, portanto, o esforço conjunto para a sua solução é o que se adivinha mais eficaz.

Portugal, por razões históricas óbvias, tem sido um parceiro privilegiado dos PALOP em África. Simultaneamente, é também claro o interesse económico, político e cultural que Portugal tem na manutenção de um bom relacionamento com esses países.

Os casos de Angola e Moçambique, enquanto parte integrante da SADC, será o exemplo mais paradigmático. No entanto, nos últimos anos, parece existirem indícios que a atitude portuguesa para com os países africanos não-PALOP tem sido mais activa. Há por isso a percepção que existe um potencial de relacionamento económico com a SADC que pode trazer benefícios políticos e diplomáticos a Portugal.

Face ao discurso dos sucessivos governos no que concerne ao relacionamento económico com África e à informação estatística que mais é referida na comunicação social, é de esperar que existe uma secundarização assinalável no estabelecimento de laços e reforço dos já existentes entre Portugal e os países não lusófonos da SADC. No final, o trabalho debruçar-se-á sobre recomendações genéricas para essa aproximação.

Neste contexto, esta tese procura investigar a correlação existente ou não entre os objectivos estratégicos da diplomacia portuguesa na região Austral de África e o aprofundamento do relacionamento económico – nomeadamente através do comércio e do investimento – durante o período compreendido entre 1975-2002, com outros países integrantes do SADC, com particular destaque para África do Sul, Zimbabwe, Botswana, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia, Tanzânia, Malawi e Lesoto.

Pareceu-nos essencial analisar as dinâmicas económicas e a política externa portuguesa na SADC.

Numa primeira parte, abordamos a parte teórica das relações internacionais e a sua vertente económica, com particular destaque para os efeitos da integração regional. Na segunda parte, pretende-se observar o posicionamento de Portugal face a África, através da política externa e diplomacia económica, passando, em seguida a uma análise à SADC e a um estudo de caso em torno do posicionamento de Portugal face àquele espaço de integração económica.

PARTE I

CAPÍTULO I

UMA SÍNTESE DA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1 - A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os filósofos Espinoza, Rosseau e Kant foram, no século XVIII, os primeiros a examinar as relações internacionais no mundo, com base na força e poder dos Estados. Mas foi após a 1ª Guerra Mundial que o estudo da ciência das relações internacionais mais se desenvolveu, através das universidades anglo-saxónicas, e, desde então, teve sempre subjacente o estudo das relações e contactos estabelecidos entre Estados, com particular destaque para a política externa dos mesmos, apresentando-se de natureza variada, desde conflitos inter-estaduais à cooperação nos planos político, económico, estratégico, cultural...

Para isso, muito contribuíram os pensamentos de Edward Carr, de Reinhold Niebuhr, Hans Morgenthau, Frederick Schuman, Nicholas Spykman, Raymond Aron, Marcel Merle, George Kennan, Henry Kissinger, Rudolf Hilferding, Nicholai Boukharine, Rasa Luxemburgo, Lénine, entre outros.

Devido a esta situação, começou a tornar-se evidente a necessidade de se impor uma visão larga e global das relações internacionais, tendo em conta o conjunto de fenómenos internacionais, que contemplam a existência do Estado, logo, das suas fronteiras. Estas dão a sua especificidade na dimensão internacional das relações sociais, mesmo se, em determinadas regiões – Médio Oriente ou África Sub-Sahariana, a noção de fronteira tenda, hoje em dia, a ser desafiada e a sofrer mutações.

As relações internacionais podem assim ser definidas como o conjunto de relações e comunicações susceptíveis de ter dimensões política, económica,

social e cultural, estabelecidas entre grupos sociais, atravessando as respectivas fronteiras (Brillard e Djalili, 1988, p.11).

O campo das relações internacionais tomou, no decorrer do século XX, uma importância muito grande na vida das sociedades devido a processos de mutação complexos. Em primeiro lugar, as trocas internacionais conheceram um crescimento e uma diversificação sem precedentes sob o efeito do processo de modernização que se inscreveu na dinâmica da revolução industrial. Este crescimento das trocas foi sobretudo estimulado pelo desenvolvimento das redes de comunicação associadas ao progresso tecnológico, assim como pela divisão internacional do trabalho e a constituição de um mercado mundial.

Depois, a revolução tecnológica conduziu à criação de novos sistemas de armamento cuja aplicação em larga escala é susceptível de ameaçar a existência de toda a humanidade.

Neste contexto, os conflitos internacionais tomaram também um crescimento e uma diversificação sem precedentes. Por outro lado, com o desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia, derivado do aumento das trocas internacionais, originou-se o processo de globalização e mundialização das relações internacionais. Esta importância sem precedentes adquirida pelas relações internacionais, torna necessária uma reflexão sistemática sobre esta questão complexa.

O estudo das relações internacionais conheceu, no decorrer das últimas décadas, um desenvolvimento rápido, marcado, por um lado, pelo crescimento quase exponencial de trabalhos de análise e pesquisa e, por outro, por importantes mutações a nível mundial. Assistimos, de facto, desde o período entre as duas Grandes Guerras, a uma multiplicação do número de trabalhos consagrados às relações internacionais e à aparição progressiva de uma comunidade científica de origens diversas, tendo como objecto de reflexão os fenómenos internacionais (Brillard e Djalili, 1988, p.7).

O processo que autonomiza as relações internacionais concretiza-se pela criação, desde o fim da Primeira Guerra Mundial, de instituições de ensino e pesquisa consagradas às relações internacionais. Limitado inicialmente aos

Estados Unidos e à Grã-Bretanha, este fenómeno acabaria por se estender progressivamente, no pós-Segunda Guerra Mundial, ao conjunto da Europa ocidental, depois à União Soviética e mesmo a alguns países do Terceiro Mundo.

Estamos perante um crescimento do interesse pelas relações internacionais e que se deve, em parte, à consequência da importância tomada pela política internacional durante o século XX, e, nomeadamente, pelas profundas repercussões que os dois conflitos mundiais tiveram sobre o conjunto da sociedade internacional. E os factos são claros para Braillard e Djalili (1988, pp 7-8), ainda que, tradicionalmente, o estudo das relações internacionais se dedique mais à história diplomática, à filosofia política, ao direito internacional e até à economia, numerosas disciplinas como a sociologia, a psicologia, a antropologia, a etnologia investiram também neste domínio, o que conduziu a uma desconcentração e a um enriquecimento do estudo das relações internacionais.

Esta evolução permitiu que vários estudiosos e analistas reivindicassem para as relações internacionais o estatuto científico das mesmas.

Estamos assim de acordo com Carr (1964), quando este assinala que a nova disciplina das relações internacionais é a consequência do desejo fortemente sentido nos Estados Unidos no clima dos pós-Primeira Guerra Mundial de compreender as origens de um tal conflito e de construir uma sociedade internacional pacífica.

Sob a influência combinada da penetração das ciências sociais e das alterações profundas da vida internacional - multilateralização da diplomacia, desenvolvimento de novos sistemas de armamento, descolonização, universalidade do modelo Estado-Nação, mundialização do campo estratégico-diplomático e dos mercados económico-financeiros, reforço das interdependências, desenvolvimento dos meios de comunicação, globalização dos problemas ecológicos e amplificação dos fluxos migratórios – o estudo das relações internacionais abriu-se a novas dimensões, como o fenómeno da organização internacional, dos processos de integração regional, da estratégia nuclear ou, ainda, dos problemas de desenvolvimento sócio-económico.

Basicamente, a fundação da teoria das Relações Internacionais deve-se à insatisfação com que outras disciplinas compreendiam e situavam o próprio sistema internacional.

A este propósito, Cravinho (2002, pp 18-19) apresenta-nos três interpretações com que os especialistas de outras disciplinas ainda hoje olham para as relações internacionais: a primeira, e mais frequente, é que a disciplina nada mais é senão jornalismo internacional contemporâneo, por vezes bem feito e por vezes nem isso (...); segundo, a falta de um corpo de instrumentos conceptuais próprios; (...) terceiro, a dificuldade em estabelecer e consolidar uma problemática clara retira objectividade e convicção à disciplina e faz com que do exterior seja frequentemente vista com uma amálgama de incoerências (...)

2 - O OBJECTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O estudo científico dos factos e vida internacionais são, sem margem para dúvida, o objecto desta disciplina em permanente desenvolvimento. Mas quando nos referimos à palavra internacional temos tendência a confundir os limites da sua abrangência. Por exemplo: que tipo de relações internacionais podemos atribuir a uma empresa que estabelece laços comerciais com outra empresa e que tipo de relações internacionais podemos atribuir a um governo quando estabelece relações diplomáticas com outro Estado?

Pinto (1972, p.26) admite que as relações internacionais «são todas as relações sociais em que os participantes ou o conteúdo estão ligados a duas ou a várias sociedades políticas estatais». Podemos assim aferir que a definição de relações internacionais extrapola as relações diplomáticas entre Estados ou os limites estritos das embaixadas ou das chancelarias.

Virally (1959, p. 438), por seu turno, define as relações internacionais como «as que escapam ao domínio de um poder político único» ou «as relações entre poderes políticos que escapam ao domínio de um poder político superior».

Mas, neste caso, percebe-se que Pinto vá um pouco mais longe quando alarga a conexão entre as relações internacionais e as relações inter-estatais.

Conforme se afirma anteriormente, estas definições não concentram em si toda a amplitude e universo das relações internacionais, sobretudo as contemporâneas.

Nos últimos anos, é muito evidente que as relações inter-estados não se limitam às relações meramente políticas, extravasando de todo essa esfera. Vejam-se os exemplos das relações internacionais entre empresas, como a EDP e a espanhola Iberdrola, entre a PT e a Telefónica. Podemos registar também exemplos da participação dos sindicatos de um país em relação a uma crise internacional, exemplos como a intervenção das ONG's no mundo nas mais diversas áreas, como a saúde, a cultura, os direitos humanos, entre outros. Não têm estas questões o mesmo peso da política dos Estados?

Deste ponto de vista, poderíamos dizer que tudo é internacional, dado que a unidade de base já não é o Estado, mas antes o indivíduo comprometido numa acção ou numa situação mundial.

Quando Huntzinger (1987, p.11) refere que «as relações internacionais são a ciência dos factos sociais internacionalizados», entende-se a dimensão do objecto desta disciplina que, no fundo, abrange as relações políticas, as relações económicas, as relações estratégicas, num mundo global, mas delimitado. Diríamos mesmo, a verdadeira encruzilhada.

3 - AS CONCEPÇÕES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teoria das relações internacionais sempre esteve separada em três grandes correntes filosóficas fundamentais.

Tucídides, Lenine, Maquiavel, Hobbes, Hume, Clausewitz, Rosseau, entre outros, foram grandes pensadores e tudo ou quase tudo reflectiram sobre as relações internacionais, a paz e a guerra, as nações e os homens, a cooperação e o conflito. Por exemplo, Maquiavel sonhava com a grandeza de Florença e com o destino da República. Já Hobbes vivia obcecado com a segurança civil quando

escreveu o Léviathan. Clausewitz reflectiu sobre a guerra e foi um dos que mais reflectiu sobre as relações entre as nações. Hegel e Fichte construíram a sua reflexão a partir do Estado. Marx sonha com a revolução na Alemanha e na Inglaterra. Lenine com a Rússia (Huntzinger, 1987, pp 52-53).

Todos estes actores e pensadores promoveram três grandes correntes de pensamento, ou seja, três paradigmas fundamentais das relações internacionais.

Clausewitz, Vitoria e Marx são a imagem mais clara da contradição destes três paradigmas: a sociedade internacional como relação entre Estados soberanos e independentes através do interesse nacional, do poder, da guerra ou do equilíbrio; a sociedade internacional como comunidade universal, encontro de homens, combinação de relações individuais e transnacionais; a sociedade internacional como sistema de dominação dos poderosos sobre os fracos, dos possuidores sobre os possuídos, dos exploradores sobre os explorados. (Huntzinger, 1987, pp 53, 54)

O **primeiro paradigma** acabaria por surgir com os teóricos do equilíbrio europeu - Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Vattel, Hume – e com os teóricos do nacionalismo europeu - Rosseau, Espinoza, Clausewitz - do século XIX. Este modelo era considerado como a *teoria clássica das relações internacionais*. Este primeiro paradigma é o de uma coexistência dos Estados, os quais, com a sua força e soberania dos seus exércitos e da sua diplomacia, agem entre si para o melhor dos seus interesses, praticando uma espécie de egoísmo inteligente.

O **segundo paradigma** é aquele que define que os direitos fundamentais pertencem aos homens e não aos Estados. Huntzinger (1987, p.54), sublinha que, o estoicismo, Cícero, o cristianismo medieval, o «jusnaturalismo» do século XVI, o cosmopolitismo do século XVIII exprimiram na sua época o segundo paradigma, que é duplamente idealista, no sentido vulgar e filosófico do termo. Este segundo paradigma é o da existência de uma comunidade internacional da *societas inter gentes* de Cícero e de Vitoria. Esta comunidade universal é composta por homens ... pré-existentes aos Estados e preservam direitos e prerrogativas fundamentais que jamais lhe podem ser retirados.

Neste modelo, tudo pertence aos homens e não aos Estados. No fundo, existem neste paradigma, uma visão universalista do homem e uma visão prática,

baseada na importância adquirida pelas relações económicas, comerciais e culturais a respeito das relações diplomáticas.

Posteriormente, foram os revolucionários franceses de 1793, como Fichte, Hegel, Marx e Engels, Hobbson, Hilferding, Lenine, Boukharine, que exprimiram o *terceiro paradigma*. Para estes o mundo era dividido entre aqueles que fazem a história e aqueles que a sofrem, com muitas desigualdades e onde o domínio era executado por muito poucos, sob diversas formas. Estamos a falar aqui de uma sociedade internacional de dependência política e económica, baseada na exploração e na dominação, à imagem das sociedades internas baseadas na divisão entre governantes e governados (Huntzinger, 1987, p. 55).

Esta separação teórica perceptível nestes três paradigmas é confirmada nas escolas de pensamento contemporâneas das relações internacionais.

Os desenvolvimentos contemporâneos da teoria das relações internacionais inscrevem-se num contexto muito diferente daquele que dominou o conjunto das reflexões políticas analisadas anteriormente. São sobretudo mais completos, por se tratarem de um produto de especialistas das relações internacionais, não filósofos ou homens políticos, mas universitários ou homens da ciência.

Por outro lado, são menos ambiciosos, pois não visam propor novos paradigmas nem apresentar grandes visões fulgurantes, mas dão continuidade às grandes construções teóricas, às grandes abordagens elaboradas no decurso dos séculos precedentes no continente europeu.

Hans Morganthau ou Raymond Aron, por exemplo, são continuadores de Hobbes e Clausewitz e não renovam verdadeiramente a teoria das relações internacionais.

O reconhecimento da existência de 5 grandes concepções das relações internacionais é hoje pacificamente aceite, sendo elas a visão realista, a idealista, a sociedade de Estados, a pluralista-interdependente e a neo-marxista. Mas, aceitar esta distinção entre estas correntes, obriga a destacar alguns conceitos chave que, quando analisados de forma específica, acabam por ter uma lógica menos consensual pelos estudiosos e observadores.

3.1 – O modelo realista

Falar das concepções realistas e sem recuar ao tempo da Antiguidade para sublinhar o papel do historiador grego Tucídides, seria um erro. Na Grécia, Tucídides foi dos primeiros a reflectir, de forma aprofundada, sobre as relações internacionais. Este grego privilegiou a dimensão conflituosa das relações internacionais nas suas análises, nomeadamente a guerra de Peloponeso entre Esparta e Atenas (431-404 a.C.).

A análise do conflito entre as duas cidades foi muito minuciosa por parte de Tucídides, descrevendo o longo confronto que decorreu no apogeu de ambas e em plena posse dos respectivos impérios.

Na abordagem, o historiador levanta questões sobre as causas que levariam ambas as cidades ao confronto puro e duro, quando poderiam viver pacificamente lado a lado. Mas, mais importante, Tucídides interroga-se sobre as origens profundas do conflito, acabando por encontrar a explicação essencial no imperialismo de Atenas, considerando que a guerra resulta do excesso de poder: quanto maior uma cidade, maior a ambição e desejo de conquista.

No mesmo sentido, a tradição realista leva-nos a recuar alguns séculos. Foi a concepção predominante para caracterizar a política internacional durante os séculos XVIII, XIX e meados do século XX.

O mestre que descobriu Hobbes, Clausewitz e Hume foi Reinhold Niebuhr (1892-1971), fundador da escola realista americana e exerceu uma influência considerável sobre homens como Frederick Schuman e Hans Morgenthau. A sua principal obra foi *'Moral man and Immoral Society'* (1932). Era teólogo protestante, um pessimista religioso em relação ao homem e à sociedade.

Conforme Cravinho refere “são sobretudo Niebuhr, Carr e Morgenthau que definem os parâmetros do realismo que dominou a disciplina de Relações Internacionais durante largas décadas” (2002, p.140).

A proposição crítica dos realistas é a de que o Mundo é constituído por Estados que ‘habitam’ num ambiente anárquico, embora anárquico não signifique ‘caos’. Anarquia deverá ser entendida por ordem, estabilidade e por

formas reguladas de interacção entre unidades independentes. Nas relações interestaduais, anarquia significa que, definitivamente, os Estados só podem contar com eles próprios para a sua segurança. Não existe nenhum outro tipo de super autoridade que faça a gestão das relações entre soberanos.

Nas relações internacionais, contudo, anarquia é muitas vezes equiparada com insegurança, medo e guerra. Porquê? Se recorrermos aos pensamentos de Rosseau (*cit in* Holsti, 1995, p.5), os Estados devem eles próprios armarem-se para se prepararem para as contingências que alguns dos seus vizinhos possam desenhar para atacar, ... mas no processo de acumulação de armamento para sua segurança, outros Estados podem interpretar essa atitude como potenciais ameaças para a sua própria segurança. Este processo de acção e reacção é designado por *dilema de segurança*: os meios pelos quais cada Estado recorre para a sua segurança, gera a insegurança para os outros. (Holsti, 1995, p. 5)

Mas porque é que não havia uma maior preocupação com a cooperação, em vez da competição? O próprio Rosseau (*cit in* Holsti, 1995, p. 6) responde a esta questão com uma parábola. Sete homens primitivos, decidem que teriam uma melhor oportunidade de apanhar um cervo armados com lanças em vez de cercarem o animal. Fizeram assim o cálculo racional segundo o qual, se cooperassem, teriam 80% de hipóteses em matar o animal, embora soubessem que o teriam de dividir entre eles, o que totalizava 15% para cada um. Esta é uma melhor solução do que cada um por si. Actuando por si só, cada caçador teria apenas 5% de hipóteses para matar o cervo, embora, no caso de ser bem sucedido, atingisse os 100% do 'jogo'.

Neste cenário, Rosseau demonstra por que é racional a colaboração. Todos beneficiam. Mas porque que razão este sistema falha? No cenário de caça, por exemplo, aparece a conhecida lebre e um dos caçadores deduz ter uma excelente oportunidade de a caçar. Nessa tentativa, acaba por fazer barulho suficiente para espantar o cervo e os restantes caçadores acabam por ir para casa aborrecidos e sem nada. Rosseau demonstra assim que, em qualquer momento, qualquer um dos caçadores pode abandonar uma estratégia de recompensa colectiva em

detrimento da ambição individual de cada um. Eis o porquê da falibilidade deste sistema.

Nas relações interestaduais é exactamente igual. Todos os Estados querem ganhar – maximizar recompensas – através da colaboração. Mas desde que o sistema anárquico compele cada príncipe (caçador) a optar pelos ganhos de curto prazo ou imediatos, as bases da colaboração ficam destruídas e os potenciais prémios de uma acção conjunta são substituídas pela desconfiança, deserção e guerra.

Para os realistas, os grandes factores da política internacional têm que ver com questões de segurança, guerra e paz. A realidade da diplomacia é que os ganhos de um Estado são os custos de outro, e que nenhum Estado pode depositar confiança num outro para sua própria defesa e bem-estar. É uma espécie de jogo de soma nula.

Daqui decorre uma importante questão: é esta visão pessimista da política internacional assente numa construção meramente teórica? A história das relações internacionais desde Vestefália, em 1648, dá-nos uma irresistível evidência de que é razoavelmente correcto descrever a dinâmica das relações entre Estados num ambiente de anarquia. De acordo com Watson (*cit in* Cravinho, 2002, p.62), apesar do falhanço na aplicação dos tratados assumidos pelos Estados em Vestefália a transição vestfaliana é caracterizada pelo gradual desaparecimento de uma ordem onde a autoridade política do clero e da nobreza se fazia sentir de forma descentralizada, mesmo que por vezes sem grande eficácia...Em substituição dessa ordem horizontal e descentralizada, desenvolve-se uma nova ordem internacional baseada em entidades territoriais distintas e autónomas...Primeiro impõe-se a doutrina da independência dos poderes políticos em relação à Igreja Católica e ao Santo Império Romano...Segundo, e corolário do primeiro princípio, estabelece-se que os Estados não devem interferir nos assuntos internos de outros Estados.

Desde 1648 já houve várias dezenas de conflitos, sem contar com crises e várias tentativas de criação de impérios e sistema hegemónicos. O período da Guerra Fria, as crises na Bósnia e na Croácia, o 11 de Setembro de 2001, os

conflitos entre israelitas e palestinos, o fundamentalismo islâmico, etc, dão-nos uma evidência mais contemporânea. Estas relações são caracterizadas por uma substancial insegurança, pelo primado da segurança nas suas relações e pelo assumir de que qualquer movimento do adversário é tomado com propósitos malévolos. Apesar de se admitir que as alianças podem reforçar a segurança, cada um terá que ter as armas suficientes para actuar sozinho se tal for necessário. O caso recente de testes balísticos nucleares, onde a Índia e o Paquistão tendem a responder reciprocamente perante novos testes, é disso exemplo.

Tucídides, na Grécia Clássica, foi pioneiro dos estudos das relações internacionais, como referimos no início deste ponto. Seguiu-se depois uma visão idealista, logo após a Primeira Guerra Mundial, enquanto um dos paradigmas dominantes das relações internacionais.

3.2 – O modelo idealista

A extensão do conflito, as consequências do recurso aos meios de destruição massiva sem poupar vidas humanas suscitou uma profunda repulsa e uma imperiosa necessidade de criar meios que impedissem uma nova Guerra Mundial, assegurando ao sistema internacional a paz e a estabilidade.

É conhecido o esforço das potências europeias, em 1918, em restabelecer a união que antecipou o conflito: o Concerto Europeu.

Como consequência, desenvolveu-se uma importante corrente idealista, muito impulsionada pelo presidente americano Wilson, e que buscava alguma inspiração no liberalismo, no socialismo utópico e no pacifismo. No fundo, a nova corrente idealista apostava para o seguinte: conflitos violentos entre Estados podem ser evitados por uma transformação da realidade interestadual, graças ao respeito pelo Direito, à injunção da moral na vida internacional e à extensão da democracia.

O projecto idealista girava assim em torno da segurança colectiva, cujos grandes eixos são a renúncia voluntária à guerra como instrumento da política internacional, o desarmamento e a reorganização da vida internacional de forma voluntária e racional. O projecto Sociedade das Nações, impulsionado pelo presidente Wilson, é o que melhor representa a corrente idealista. Porém, o objecto principal dos idealistas era o de fundamentar os factos com base numa análise lúcida da realidade, de forma a evitar guerras e assegurar as relações internacionais pacíficas. O estudo das relações internacionais procura assim conduzir a uma explicação prática imediata.

O conceito idealista é entendido assim como complexo, mas sofisticado. Refere que o direito internacional deve ser um dos instrumentos para moderar conflitos entre Estados, regular e diminuir a conflitualidade. É de facto um conceito que toma a noção de que a cooperação é possível com um regulamento e mecanismos jurídicos de redução de conflitos.

O ambiente internacional é entendido como pacífico, caso contrário, o direito teria que por si só regular e impor a ordem internacional. Para usar o direito é necessária uma estrutura internacional - como a Sociedade das Nações e, no pós-IIª Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas - com o objectivo de formular e preservar esse direito.

Para os idealistas, a guerra era o resultado dos regimes ditatoriais devido ao expansionismo e conquista de territórios, ou da percepção errada de sinais internacionais. Rato (1997), por exemplo, defendeu que “esta não é uma consequência lógica nem racional, mas tem momentos em que o é”.

O interesse nacional do Estado tinha subjacente um aumento do seu próprio poder, ou seja, todo o seu agir internacional tem por base o interesse nacional, enquanto que o equilíbrio de poderes pretendia garantir a estabilidade no conflito internacional entre Estados.

Como refere Rato (1997), “é entendido como equilíbrio militar, tal como alguma projecção económica, embora menos. O equilíbrio militar é que assegura a existência futura do Estado. Equilíbrio significa ter capacidade estável

relativamente aos outros Estados que ameaçam mais, como por exemplo, na Guerra Fria, a Nato e o Pacto de Varsóvia”.

Realismo vs Idealismo

Pressupostos	Realismo	Idealismo
Natureza Humana	Egoísta	Altruísta
Actores Principais	Estado	Estados e Outros, incluindo indivíduos
Causas do comportamento do Estado	Busca racional dos próprios interesses	Motivos psicológicos dos decisores
Natureza do sistema Internacional	Anarquia	Comunidade

Fonte: Goldstein, Joshua S., International Relations, 2ª ed., New York, HarperCollins, 1996, p.53

É claro nestas referências que os realistas defendem que a paz é sempre preservada pelo equilíbrio de poderes, mas o grande problema era que, na ausência desse equilíbrio, a guerra seria inevitável. Isto permite concluir que o desequilíbrio é a grande causa da guerra.

Ou seja, e em síntese, “para os realistas, o Estado é o actor principal. É entendido como entidade unitária, ou seja, projecta o seu poder para o exterior. Portugal apresenta-se perante o exterior com uma só voz. É uma perspectiva nas Relações Internacionais que não é partilhada por todos. Para alguns, o Estado deve ser desagregado, dado que os seus interesses nem sempre são bem articulados”, exemplifica Rato (1997).

Falamos então do paradigma alternativo, nomeadamente, a desagregação do Estado.

3.3 – A Sociedade de Estados

O jurista Hugo Grotius foi a personalidade que escreveu as primeiras linhas sobre direito internacional no século XVII. Na altura, os Estados

ganhavam as suas primeiras formas. Ele fez uma analogia entre a posição e as condições dos Estados entre si e dos indivíduos no seio da própria sociedade. “Existe de facto uma ‘sociedade de estados’, um grupo similar de actores que regulam as suas relações através de formas como a diplomacia e comércio,...”, (Grotius *cit. in* Holsti, 1995, p.7).

Um mecanismo tradicional que sustenta a sociedade de Estados é o equilíbrio de poder. Como um caminho para a política, o equilíbrio é simplesmente um mecanismo pelo qual os Estados colaboram para manter a sua independência contra ameaças dos que procuram a hegemonia ou a criação do império mundial. Assim, por exemplo, no início de 1700, os Estados da Europa colaboraram numa guerra contra Luís XIV, de quem se suspeitava uma estratégia para criar um super Estado Bourbon, cercando Espanha e França. Similarmente, em 1813, os Estados da Europa formaram a grande coligação que derrotou Napoleão, cujos planos visavam substituir o sistema de Estados por um império com Paris no seu centro. Também, em 1939, os Estados livres da Europa, os países da Commonwealth e os Estados Unidos, uniram forças para derrotar o grande projecto de Hitler, que visava uma ‘nova ordem’ dominada pela Alemanha. Estes são todos exemplos do equilíbrio de poder. O equilíbrio não tem a intenção de evitar a guerra; o seu objectivo é salvaguardar a soberania e independência dos Estados – a sociedade de Estados – que são ameaçados por aqueles que pretendem destruir o sistema de Estados e colocar em seu lugar novas formas centralizadas e imperiais de controle.

Tal como os realistas, esta descrição não é difícil de ser sustentada tendo em conta as características essenciais à política internacional. Temos organizações internacionais que ditam e explicitam as normas de conduta e fornecem uma variedade de serviços e procedimentos para lidar com os conflitos internacionais.

Os Estados que recusaram conduzir as suas relações através do modesto reconhecimento das regras do jogo foram excluídos do clube. Existiam de facto grupos de Estados representados por regimes que não aceitavam algumas das regras fundamentais do jogo. Mais recentemente, são exemplos o Irão de

Ayatollah Khomeini e a Líbia do coronel Khadaffi, ostracizados por vários Estados devido a terem condutas desapropriadas. Todos os membros das Nações Unidas votaram a condenação do governo revolucionário iraniano quando nada fez para evitar que a equipa da embaixada americana em Teerão ficasse refém. Esta foi uma violação elementar da regra da imunidade diplomática e todos os governos o sancionaram.

3.4 – O modelo Pluralista-Interdependente

Hierarquizando interesses, os realistas incidem a sua visão nas questões militares, cujo fim último é o interesse nacional. O Estado é para o seguidores desta política um actor racional através da política externa.

Os pluralistas, como David Mitrany, John Burton e mais recentemente Giscard d'Estaing, entre muitos outros, nem sempre assentam a sua filosofia nas questões militares, pois estendem-na a factores também de ordem económica, ambiental, entre outros. O Estado tem prioridades em função das conjunturas. Em Portugal, as prioridades também já tiveram origens múltiplas, sendo disso exemplo o esforço nacional para a adesão à moeda única, a adesão à CEE, na colonização, entre outros.

A racionalidade para os pluralistas nem sempre é a aparência que existe, uma vez que, para eles, a política externa resulta da burocracia, do impacto das elites económicas, políticas. Logo, a política externa não é necessariamente racional, mas antes uma política de compromisso.

Segundo Rato (1997), no modelo pluralista, os resultados não são os melhores no sentido da maximização do poder, sendo também impossível avaliar a racionalidade da política externa. A verdade é que tanto uns como outros têm razão. São ambos racionais.

Ainda de acordo com Rato (1997), os realistas não se preocupam com as percepções, pois a paz garante-se com o equilíbrio de poder. Este problema coloca-se na diplomacia. Até que ponto é que um interlocutor quer realmente

transmitir o que diz? Até que ponto é possível fazermos-nos compreender ao outro?

No entanto, as duas concepções anteriores de política internacional incidem a sua análise nas actividades dos Estados. Também são consensuais nos principais problemas com que o Estado se confronta: a segurança, a paz e a ordem. A política internacional constitui assim um domínio de actividade, largamente divorciado de outros processos como o comércio ou outras formas de comunicação entre sociedades.

O modelo pluralista-interdependente, em contraste, associa os problemas políticos ao social – e particularmente o económico – em sentido lato. Os pressupostos deste modelo negam assim a hipótese do analista se abstrair de um complexo espaço de inter-relacionamentos entre sociedades apenas pelos aspectos políticos e de segurança.

Mas quem são os principais actores nesta perspectiva? Os Estados são importantes para definirem regras nos sectores da economia, da tecnologia, das comunicações. Mas, sozinhos, não determinam a agenda internacional, nem conseguem tomar decisões alheios dos interesses, valores e aspirações das milhares de empresas existentes, bancos, partidos políticos, cidadãos... São estes agentes, que não são o Estado que traçam a agenda e que criam todo o tipo de coligações transnacionais e influenciam as políticas de qualquer Estado individual.

Eles actuam como grupos de pressão internacional, publicitam problemas e propõem soluções para os mesmos. O poder do conhecimento, da publicidade, da ciência, da tecnologia, da economia, substitui largamente os poderes das armas e exércitos. Mesmo nos grandes fóruns internacionais, como as Nações Unidas, os grupos não governamentais têm acesso a delegados, fornecem todo o tipo de informação e fazem lobby em defesa das suas soluções preferidas para uma variedade de problemas internacionais e que vão desde a ameaça de extinção de espécies animais ao tratamento de refugiados em vários países.

A política, então, não é feita por apenas alguns políticos e burocratas que ocupam lugares de executivos e diplomáticos. A política emerge de um longo

processo de interacção e consulta entre grupos privados transnacionais, políticos, burocratas e muitos outros. Daí, o termo pluralista. Em muitos países, a política emerge de um grande e complexo processo de pedidos, consultas e, algumas das vezes, coacção entre uma variedade de grupos nacionais e transnacionais, por um lado, e de funcionários públicos, por outro.

A característica mais importante do sistema global contemporâneo é o da interdependência. O significado do termo, no senso comum, refere que qualquer acontecimento, tendências ou decisões que aconteçam têm um impacto em qualquer outro lugar. Uma eleição na Grã-Bretanha vai acabar, por exemplo, por ter algum impacto nos preços das acções no mercado de Tóquio. Mas o conceito acaba, no entanto, por ser mais complicado. A interdependência sugere uma dependência mútua: a necessidade de dois ou mais actores fornecerem bens e serviços entre si. Portanto, sugere que dois actores não conseguem unir interesses nos campos da segurança, economia, alimentar, ambiental, sem cooperar.

Como ilustração, suponhamos que, por razões de guerra ou catástrofe ou sanções económicas, a oferta de petróleo do Médio Oriente era cancelada. Quais seriam os custos para encontrar uma solução alternativa? Neste caso hipotético, os custos seriam enormes para os europeus. Mas também iria arruinar as economias dos países produtores no Médio Oriente. Tanto a oferta como a procura iriam sofrer danos. São mutuamente dependentes, ou interdependentes.

No modelo pluralista-interdependente, o aumento da interligação das economias nacionais tem também aumentado significativamente as vulnerabilidades de todos os Estados. E, como resultado, muitos e novos pontos têm surgido na agenda internacional. Questões de guerra e paz passaram para um segundo plano. Governos, grupos transnacionais, grupos nacionais actuam no levantamento de muitos assuntos ligados a problemas económicos e técnicos para a sua coordenação ou resolução. Mas como é que os governos e as firmas poderão expandir o comércio multilateral quando enfrentam pressões proteccionistas? Como é que os governos coordenam as políticas nacionais para reduzir as pressões inflacionistas globais? Ou, como é que uma diversidade de

actores colabora para terminar com a extinção de elefantes no sentido de aproveitar o que resta deste tipo de espécies?

Nestes assuntos, o peso do poder militar ou da força militar tem cada vez menos relevância. Os assuntos são decididos com base em evidências científicas, no domínio de várias técnicas negociais, na liderança, na habilidade de fazer coligações.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento da cooperação internacional, com a multiplicação das estruturas de cooperação que são as organizações internacionais, manifesta uma evolução profunda das relações internacionais, assentes na interdependência e na comunhão de interesses.

3.5 – O modelo neo-marxista (do imperialismo e da dependência)

As escolas do imperialismo surgem na década de 60 e são as que, de uma maneira ou de outra, tomam em conta todos ou parte dos raciocínios de Hobson, Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding, Nicolai Boukharine e Lenine e concebem a sociedade internacional como um sistema integrado mas dialético, marcado por uma dominação organizada e institucional de um grupo, a classe dominante, sobre os outros.

A concepção neo-marxista que defende que o imperialismo é ainda, depois das descolonizações, o factor dominante das relações internacionais e que justifica o subdesenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, tem como defensores autores como Paul Baran, Samir Amin, Pierre Jalée, entre outros.

Para os neo-marxistas, o sistema internacional não é um sistema de Estados com natureza autónoma. Para eles, o que é importante é a divisão internacional do trabalho, tal como se verifica nas diversas sociedades. No sistema internacional, as sociedades (Estados) também têm tarefas específicas: o desempenho do Estado em tarefas internacionais pode influenciar a movimentação de capitais e pessoas.

De acordo com este modelo, Portugal seria uma sociedade ou zona semi-periférica e não uma sociedade rica ou pobre.

Segundo Rato (1997), Portugal poderia ser alvo de um ‘take-off’ (desenvolvimento do país), mas tal efeito poderia nunca verificar-se segundo as teses marxistas, dado que estes defendem que os países semi-periféricos têm tendência para não acompanhar a inovação e entrarem em decadência. Neste modelo, não há possibilidade de separar política interna de política externa. O Estado não é unitário, não é neutro, o Estado serve para promover determinados interesses.

Recorde-se que, para Lenine, o imperialismo é muito mais do que um simples fenómeno de expansão colonial. Ele é consequência directa do desenvolvimento dos monopólios e do desenvolvimento do capital financeiro e a luta entre imperialismos conduz frequentemente à guerra.

Os conflitos entre Estados são a expressão e a consequência das contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A política externa é determinada pelos interesses das classes dominantes e só a vitória do socialismo poderia assegurar de maneira durável a paz no mundo.

Os teóricos desta corrente, como referimos atrás, demonstraram como após a descolonização, a lógica imperialista continuou a prevalecer na leitura das relações internacionais, agravando a situação de subdesenvolvimento do Terceiro Mundo. Para poder sobreviver, o capitalismo explora as periferias para exportar os seus capitais que aí têm uma taxa de lucro mais elevada e para escoar a sua produção e assegurar o abastecimento de matérias primas.

A dependência da periferia, reforçada por toda a espécie de meios – empresas multinacionais, organizações internacionais, ajuda, exportação de capitais... – conduz então à espoliação do Terceiro Mundo.

Esta visão das relações internacionais está no centro das reivindicações por uma nova ordem económica internacional e de uma importante corrente de estudos do desenvolvimento. O subdesenvolvimento não é nunca, segundo esta escola, resultado de factores endógenos.

3.6 – Uma síntese

Em suma, todas estas concepções são válidas, mas todas têm as suas lacunas ou insuficiências. Para Morgenthau (1948), o Estado continua a ter um papel muito importante na cena internacional. A natureza conflituosa e anárquica das relações internacionais parece, também, não ser susceptível de grandes contestações. Os realistas, porém, subestimam as forças não estaduais e o peso das forças económicas. Já para os pluralistas-interdependentes, a interdependência favoreceu a intervenção de outros actores que não os Estados, perspectivando-se um sistema internacional com base na cooperação. No entanto, a interdependência não diminui conflitos ou a prevalência dos interesses nacionais. A tese da interdependência é um pouco tecnocrática (deixa o político para segundo plano) e assenta na morte das ideologias (o que hoje é perfeitamente contestável).

Os idealistas preocupavam-se mais a segurança colectiva, com uma maior incidência no indivíduo. O Estado tinha subjacente um aumento do seu próprio poder, ou seja, todo o seu agir internacional, tendo por base o interesse nacional, enquanto que o equilíbrio de poderes pretendia garantir a estabilidade no conflito internacional entre Estados.

Por fim, o modelo marxista tem a virtude de chamar a atenção para a assimetria da interdependência. Não se pode admitir que haja uma dependência mútua equilibrada entre sociedades com dimensões e níveis de desenvolvimento diferentes. Porém, faz uma leitura muito simplista dos fenómenos internacionais, ao desprezar a importância de factores políticos, culturais, psicológicos, nacionais e ideológicos. Por outro lado, explicar o subdesenvolvimento a partir da situação de dependência, torna-se algo extremamente excessivo.

Várias épocas são reflectidas nestas concepções e todas elas têm ainda hoje validade quando complementadas.

Resumindo, todas as concepções são válidas, mas todas têm lacunas ou insuficiências. Com efeito, se todos os modelos esclarecem utilmente algumas

dimensões ou aspectos das relações internacionais, nenhum considera de forma satisfatória a complexidade global do fenómeno.

4 – A VERTENTE ECONÓMICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A discussão sobre o aparecimento de novos centros de poder tem vindo a aumentar o que, por sua vez, tem diminuído e desvalorizado os Estados enquanto actores internacionais.

Para Kindleberger (1969), “o Estado nacional já quase não existe como entidade económica”. Eis uma afirmação um pouco excessiva, mas muitas vezes partilhada pelos analistas.

Alguns economistas liberais acentuam o aparecimento de uma independência entre todas as sociedades e o desenvolvimento de novos actores, como as empresas e os bancos internacionais. Para os economistas marxistas, por exemplo, o facto marcante é o domínio exercido por algumas potências capitalistas desenvolvidas sobre a maior parte dos países em vias de desenvolvimento.

Porém, todos admitem que a economia contemporânea representa para o destino de cada um dos Estados um papel cada vez mais importante e estabelece nas relações internacionais um novo tipo de relações.

4.1 – A noção de interdependência

Esta visão leva-nos a uma análise mais precisa da interdependência ou da abertura recíproca das economias nacionais. O conceito de interdependência remete para o estado presente das relações económicas internacionais, que se caracterizam pelo desenvolvimento de influências recíprocas entre as economias

nacionais e pela multiplicação dos laços entre os actores económicos dos diferentes países.

A interdependência significa assim a multiplicação das relações entre todas as economias nacionais, ligadas ao processo de desenvolvimento das trocas entre as nações. Porém, nenhuma nação dispõe dos recursos naturais, alimentares ou minerais, ou de capacidades de produção – mão-de-obra, capitais, tecnologia – em todos os domínios da vida económica. A autarcia económica é sempre uma impossibilidade para qualquer Estado, qualquer que seja a grandeza dos seus recursos. Cooper (1968) foi um dos primeiros autores a analisar a noção de interdependência. Para ele, a interdependência pode definir-se como o estado no qual as economias nacionais são sensíveis e influenciáveis de maneira significativa às variações das economias estrangeiras, e de uma maneira geral às transformações que intervêm no meio económico internacional.

Daqui depreendemos que, qualquer situação económica vivida por uma economia nacional, como por exemplo um processo de inflação, um alto nível de desemprego, será rapidamente transmitida às outras economias. Daí que o grau de abertura de uma economia dite a sua maior ou menor sensibilidade a processos como este.

Por outro lado, a interdependência mundial das economias apresenta-se-nos como um processo irreversível e ligado a um desenvolvimento de uma nova divisão internacional do trabalho.

Segundo o Relatório *Interfutures* da OCDE (1979), os grandes ramos industriais estruturam-se agora à escala de vários Estados, a articulação dos factores de produção – mão-de-obra, matérias-primas, capital – é efectuada cada vez mais pelas grandes empresas, a uma escala universal ou regional.

Deste ponto de vista, a interdependência tem que ser interpretada como um conceito que dá conta do estágio mais avançado de um capitalismo que desenvolveu consideravelmente as suas forças produtivas à escala internacional pela internacionalização da sua produção, dos seus mercados e das suas trocas, adquirindo novas formas de organização.

Para Huntzinger (1987, p 138), “a interdependência significa então o grau de integração atingido pelas relações económicas internacionais, devido à própria

dinâmica do sistema capitalista”. Segundo este autor, é importante admitir que o crescimento de firmas multinacionais constitui um desafio muito sério ao exercício da soberania económica dos Estados.

Para Vernon (1971, p.197), “a integração económica mundial, acelerada pelas firmas, provoca reciprocamente uma certa desintegração das economias nacionais”.

No fundo, o sistema económico mundial acaba por desempenhar um duplo papel: revela as forças e as fraquezas económicas dos Estados e acentua as desigualdades entre eles. Mas é pacificamente aceite que o sistema económico internacional não conduz à perda de independência dado que todos os Estados-nações são penetrados pela economia internacional.

Em suma, o sistema mundial caracteriza-se pela existência de um sistema duplo: um sistema de interdependências entre países desenvolvidos e um sistema de maior dependência dos países pobres em relação aos desenvolvidos. Como exemplo, vemos que a França e a Alemanha são economias interdependentes, enquanto que, por exemplo, Cabo Verde e a União Europeia não são interdependentes, ou seja, Cabo Verde é mais dependente da União Europeia.

Isto considerando todos os pressupostos ou vectores de interdependência, como a troca de bens e serviços (rendimentos, competitividade, preços da oferta), como os movimentos financeiros, a moeda e a política económica.

4.2 – Os conceitos internacionalização/globalização/mundialização

Apesar das relações económicas internacionais de um país não se circunscreverem aos movimentos empresariais, a internacionalização da actividade económica de um país está intimamente ligada com a actividade das empresas.

Desde finais da II Guerra Mundial, segundo Mendes as taxas de crescimento do comércio externo foram sempre superiores às da produção. As economias tornaram-se mais abertas para o exterior. No entanto, as trocas

concentraram-se nalgumas regiões, de modo que internacionalização não se opõe a fragmentação da economia mundial. (1997, p. 24)

Assim, o conceito de internacionalização apresenta uma característica unidimensional, assumindo-se como um movimento estratégico de dentro para fora que pode abarcar níveis diferentes, desde a simples exportação até à criação de estabelecimentos produtivos no estrangeiro. Porém, esta visão é algo limitada e colide com a ideia de internacionalização de um país em sentido global, já que ignora movimentos activos de empresas estrangeiras.

Para Silva (1999, p.31), a internacionalização de uma economia é o conjunto de todas as relações, que afectam a esfera económica, estabelecidas entre uma nação e todas as outras. Esta definição implica a separabilidade dos mercados geográficos nacionais. Neste sentido, a internacionalização pressupõe a manutenção de alguma reserva de domínio específico de uma nação, de forma que ela, por sua iniciativa, o possa trocar, vender, disponibilizar, ou não, face a outras nações.

Por outro lado, à medida que o comércio mundial cresce, o papel tradicional dos mercados nacionais é crescentemente eclipsado por um sistema alternativo, nomeadamente o comércio gerado pelas empresas multinacionais, através de importações e exportações que fazem entre as suas diversas subsidiárias.

Vários autores consideram por isso que a globalização é essencialmente um sistema económico de interdependência desenhado de modo a ignorar prerrogativas das nações, mesmo as das mais poderosas.

Esta tentativa de definição de globalização ignora um pouco o papel dos Estados enquanto agentes prioritários do sistema económico actual, apontando implicitamente para outros, tais como empresas e grupos económicos e financeiros, esse papel de liderança.

Na base da crescente globalização que se assiste nos dias de hoje verificamos uma maior dispersão geográfica das empresas, que se localizam em diferentes mercados nacionais, uma maior globalização na óptica do produto e do consumo (de que é exemplo a cadeia McDonald's) e a uma maior globalização

da produção de bens e serviços, distribuída potencialmente por todo o mundo, tendo como pressupostos o custo da mão-de-obra, o know-how, a localização de clientes, facilidades financeiras e fiscais, entre outros.

Daqui extraímos que a globalização é a fase mais aprofundada dos processos de internacionalização, ultrapassando mesmo este conceito ao destruir a prevalência das inter-relações entre nações que lhe está subjacente, através da endogeneização dessas relações que homogeniza o conjunto das nações.

Para Stiglitz (2002, p.40) a abertura do comércio internacional ajudou os países a crescer mais, comparativamente com outras circunstâncias: o comércio internacional fomenta o desenvolvimento económico quando as exportações de um país impulsionam o seu crescimento económico...Graças à globalização, muita gente no mundo vive hoje mais tempo que antes, e o seu nível de vida é muito superior...A globalização reduziu a sensação de isolamento vivida em muitos países em desenvolvimento e permitiu que uma grande parte da sua população tivesse acesso a um nível de conhecimento que não estava ao alcance nem dos mais ricos de qualquer país há um século.

Se, por um lado, a globalização transformou o mundo, Stiglitz (2002, p.43) descreve-nos o seu reverso da medalha da seguinte forma: o Ocidente obrigou os países pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas manteve as suas próprias barreiras, impedindo os países em desenvolvimento de exportar os seus próprios produtos agrícolas e privando-os assim desse rendimento necessário...A minha luta foi quase sempre inglória. Os interesses comerciais e financeiros especiais prevaleceram, e quando transitei para o Banco Mundial vi claramente os efeitos que esta política surtiu nos países em desenvolvimento.

A grande dúvida ainda hoje se coloca: afinal o que é esta globalização que suscita tantas críticas e, ao mesmo tempo, tantos elogios? Para Stiglitz (2002, p.46) não é mais do que a integração mais estreita dos países e dos povos que resultou da enorme redução dos custos de transporte e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e pessoas.

No entanto, Stiglitz (2002, p.59) defende que a perpetuação da instabilidade global tem custos muito elevados. A globalização pode ser reformulada e, quando o for, e todos os países tiverem uma palavra a dizer nas políticas que os afectam, é possível que ela ajude a criar uma nova economia mundial em que o crescimento seja mais sustentável e menos volátil, e os frutos do crescimento sejam partilhados de uma forma mais equitativa.

Mas então o que podemos distinguir quando falamos em globalização e mundialização? Embora associados, há algumas distinções a registar. Podemos ver a mundialização da economia como a interdependência de todos os sistemas de consumo e de produção existentes no globo, em consequência das estratégias de globalização empreendidas por empresas e grupos económicos (Silva, 1999, p.36). Assim, o objecto de análise passa a ser o mundo como um todo, tal como ele existe em função das estratégias de globalização das empresas.

Silva (1999, p.36) argumenta que foi o progresso tecnológico ou a evolução tecnológica, nomeadamente as tecnologias de informação, a tecnologia digital, é que tornaram possíveis as estratégias da globalização.

Não menos interessante é a afirmação de Krugman (1996), designação que ele deriva do que chama teorias da internacionalização “popularuchas” e que estão na base das grandes contestações à mundialização, e que refere que o progresso tecnológico é que está no coração do problema e não a competição entre países.

Desde finais da II Guerra Mundial, as taxas de crescimento do comércio externo foram sempre superiores às taxas de crescimento da produção, ou seja, as economias tornaram-se mais abertas para o exterior. No entanto, as trocas concentraram-se nalgumas regiões de modo que a internacionalização não se opõe à fragmentação da economia mundial.

As trocas comerciais relativas, por exemplo, à tríade América do Norte-Europa-Japão/Extremo Oriente industrializado representavam em 1980 cerca de 60% das trocas mundiais e, em 1990, cerca de 75%, sendo que, actualmente, superam os 90%.

A globalização ou a mundialização é o fenómeno que tende a aumentar a integração das economias e que afecta os mercados, as operações financeiras e os processos produtivos. Os mercados dos principais produtos estão quase todos mundializados, como são exemplo o petróleo e energia, as indústrias aeronáutica, informática, robótica, construção naval, telecomunicações, armamento, produtos televisivos, entre outros...

Cada vez mais se fala num mercado mundial, caracterizado por um enorme mobilização dos capitais. A globalização financeira é o processo que conduz à integração de todos os controlos que travam a livre circulação do capital entre os grandes países industrializados. Só Nova Iorque, Londres e Tóquio controlam mais de 80% das transacções que se efectuam nos mercados financeiros em todo o mundo.

Actualmente, as empresas, mesmo as médias, estão cada vez mais a delinear a sua política no plano mundial, como se pode ver na concepção do produto, no marketing, na localização dos locais de produção, na implantação comercial... Porter, em 1990, popularizou a noção de 'firma global', que procura maximizar as suas posições competitivas ao nível planetário.

Fazendo uma breve retrospectiva macro-económica dos últimos 30 anos, que vão desde os choques monetários dos anos 70 (com paridades fixas entre moedas e o dólar e o regime de câmbios fixos), dos choques petrolíferos (1973 – quadruplicação do preço do petróleo; 1979 – multiplicação por 2,5 durante dois anos), às políticas de austeridade dos anos 90, com um aumento da competição e do endividamento, considerando-se também as alianças dos países desenvolvidos e a competitividade dos países pobres, tiram-se algumas conclusões.

A primeira constata que a economia mundial é hoje dominada pelos Estados Unidos, Japão e União Europeia. O desenvolvimento da integração económica à escala dos continentes reforça a estrutura da tríade na economia mundial. Os países em desenvolvimento parecem querer agarrar-se a um destes três pólos. As relações entre estes últimos permanecerão marcadas pelos conflitos (sobretudo comerciais), pois cada um deles tem interesses próprios, mas estão estreitamente interdependentes no plano económico.

A segunda conclusão tem um carácter negativo: não é muito correcto deduzir da primeira conclusão que a hegemonia mundial é partilhada pela tríade. A questão da hegemonia é sobretudo política, autónoma relativamente às determinações económicas. Actualmente, o sistema-mundo organiza-se em torno de uma estrutura económica triádica com hegemonia socio-política americana.

A terceira conclusão é relativa à natureza da hegemonia, a qual foi conduzida a tomar uma nova forma numa época de interdependência e mundialização. O tipo de hegemonia a exercer-se no novo contexto mundial é muito mais subtil que a simples ordem coerciva. As interdependências e as grandes questões mundiais ressaltam a necessidade de um mecanismo político capaz de fazer aderir voluntariamente um grande número de actores às opções de uma potência hegemónica.

4.3 – O Ordenamento da Economia Internacional: O Papel da Integração Regional

Falar sobre uma nova ordem internacional poderá ser redundante, se tivermos em conta o que Kissinger (1994, p.705) questionou: “como o número de Estados se multiplica e a sua capacidade de interagir aumenta, sobre que princípios pode uma nova ordem mundial ser organizada?”.

Eis a dúvida. Há no entanto quem prefira o termo ‘ordenamento’ em vez de ‘ordem’ para acentuar o dinamismo e as transformações incessantes das regras que regem a economia global.

O ordenamento jurídico da economia internacional é a expressão de doutrinas económicas, de ideologias políticas e de concepções filosóficas relativas à economia mundial.

O ordenamento económico mundial de inspiração liberal, assenta na doutrina das vantagens comparativas e, segundo esta tese, os bens e serviços, enquanto circulam e são comercializados livremente, tendem a ser produtos em

condições óptimas de eficácia e a satisfazer ao menos custo as necessidades dos consumidores.

Compatível com uma concepção não intervencionista do papel do Estado, esta doutrina, na sua forma extrema, conduz à total liberdade de acção das empresas privadas e à liberdade de circulação dos bens e serviços através das fronteiras sem qualquer tipo de entraves.

Estes princípios podem provocar excessos, com acordos abusivos ou posições dominantes, falseando o mercado e daí a necessidade de regulamentar a concorrência.

Por outro lado, os Estados têm tendência a defender as suas economias da concorrência estrangeira e intervêm na economia, embora cada vez o façam menos, em virtude dos acordos internacionais de liberalização económica.

Perante isto, o ordenamento geral da economia internacional é expressão de um liberalismo atenuado pelas regulamentações que tendem a organizar a concorrência e a limitar os proteccionismos.

Certo é que o ordenamento da economia internacional assenta no princípio da liberdade das trocas. As transacções de bens e das mercadorias estão submetidas ao princípio do livre-cambismo – ideia que presidiu à sugestão dos EUA de se fundar uma organização internacional do comércio e que acabaria por dar origem ao GATT, hoje à OMC. No que diz respeito à regulamentação do sistema financeiro (moeda e imposto), foi criado o FMI.

O reconhecimento dos desequilíbrios nas relações económicas entre Estados expressa-se na noção solidária de desenvolvimento e, neste sentido, foram criadas entidades específicas de apoio ao desenvolvimento, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento em 1945 e, mais tarde, no seio das Nações Unidas, a Conferência para o Comércio e Desenvolvimento em 1964 que, no espírito dos seus fundadores, deveria atenuar o impacto da acção e funções do GATT, ou seja, o neo-liberalismo, organizando trocas internacionais segundo um modo mais ‘dirigista’, nomeadamente no que respeita aos Países em Vias de Desenvolvimento.

Neste contexto, nos últimos tempos tem-se denotado uma acentuada predisposição para a regionalização económica. Em 1990, a OCDE separava, teoricamente, regionalização e globalização, considerando-os fenómenos distintos, mas interdependentes. Globalização era então definida como um fenómeno fundamentalmente micro-económico (globalização dos mercados de bens e serviços, da produção, da concorrência), comandado por acções e estratégias de sujeitos micro-económicos (empresas, por exemplo). A regionalização, segundo o mesmo estudo, era definida como um conjunto de medidas tomadas pelos Estados para aumentar ou diminuir os obstáculos às trocas, aos investimentos, aos fluxos de tecnologia e a outros movimentos de factores entre os grupos de países.

Como consequência, a integração regional é uma reacção às necessidades de ajustamento das forças económicas e decorre do fenómeno da interdependência. Nas razões da integração regional, podemos enunciar o progresso técnico, que favoreceu a expansão multinacional das empresas e a mobilidade do capital e a mundialização das actividades industriais que, por efeito, alargou o conjunto de medidas que influem sobre a competitividade internacional, ao mesmo tempo que reduz a eficácia das políticas comerciais e industriais tradicionais.

O processo mais recente de globalização está assim na origem do reforço dos acordos regionais, uma vez que levou os Estados a tentarem liberalizar e a harmonizar as suas políticas económicas a fim de reforçar a competitividade do mercado.

Cada acordo regional aplica um conjunto de medidas e varia segundo o ritmo de ajustamento requerido. Entre elas destacam-se a supressão dos controlos nas fronteiras, a abertura dos mercados públicos às empresas da região, a garantia de mobilidade total do capital (pelos detentores de activos e fornecedores de serviços financeiros) e medidas que favorecem a intensificação de concorrência.

4.3.1 Tipos de Integração Regional

Nas últimas décadas, a evolução tecnológica tem permitido, como já foi referido, a expansão das economias e por sua vez, das empresas, aumentando as trocas internacionais e a mobilidade dos capitais..

O processo de globalização obrigou a uma maior organização por parte dos Estados, no sentido de liberalizar e harmonizar as suas políticas económicas, para tornar os mercados competitivos. Para isso foram criados acordos de integração regional, com ritmos e prazos pré-definidos.

Mendes (1997, p.122) resume-nos o objectivo destes acordos de integração regional, cujas formas mais importantes são as seguintes, de acordo com Balassa:

- **Zonas de Comércio Livre:** Têm por objectivo eliminar obstáculos às trocas comerciais de bens e serviços, mantendo cada Estado autonomia em matéria de política pautal em relação a países terceiros;
- **União Aduaneira:** É uma zona de comércio livre com um novo elemento, que é a Pauta Aduaneira Comum aplicável a todos os países terceiros;
- **Mercado Comum:** É uma forma de integração económica que se traduz numa união aduaneira, acrescida de livre circulação dos factores de produção;
- **União Económica:** Constitui o estágio mais avançado de integração económica, entrando em linha de conta com a livre circulação dos factores de produção e a harmonização das políticas económicas dos países membros.

4.3.2 Razões que originam a Integração Regional

São várias, mas Mendes (1997, p. 122) destaca três:

1 – Alargamento de mercados e obtenção de ganhos comerciais resultantes da racionalização e da especialização das estruturas de produção;

2 – Aumento da coesão política: amortece as tensões políticas e forja uma cooperação política através do elo comercial;

3 – Realização de outros objectivos de política comerciais e económicos: igualizar as vantagens do jogo entre os principais parceiros comerciais, diminuir a supremacia económica de um parceiro comercial grande e poderoso, lançar a cooperação multilateral.

Seguindo este tipo de política, podemos rapidamente explicar a lógica e os objectivos fundamentais do processo de integração regional e que são consequência dos acordos estabelecidos entre os Estados que a compõem.

Os países começam por adquirir vantagens com a fluidez das trocas dentro da área definida, os produtos internos de preço mais elevado são substituídos por outros similares menos caros, que provêm de outros parceiros, sendo que o objectivo é libertar recursos internos que possam ser mobilizados e incrementar a exportação. Falamos assim da criação de comércio intra e extra-regional.

Os consumidores, por seu lado, beneficiam também pelo aumento da oferta e pela concorrência de preços. Ao mesmo tempo, obtêm-se as economias de escala, ou seja, com ganhos de eficiência na produção e comercialização.

Por outro lado, a existência de obstáculos comerciais extensivos à zona, leva ao consumo de bens produzidos na área, o que dá origem ao chamado desvio de comércio, ou seja, pode acontecer também que a produção de bens no exterior da zona seja mais eficiente, perdendo os países algum bem-estar relativamente à solução da liberalização multilateral. Por conseguinte, a reafecção de recursos devido ao acréscimo da concorrência resultante da integração, provoca custos suplementares e é mal aceite, politicamente, por certos grupos sociais.

Para os países fora da zona de integração, as vantagens podem ser consideradas pelo aumento das trocas na componente da procura de bens estrangeiros. No entanto, terão outras limitações a considerar se quiserem entrar na zona de comércio, como formalidades de fronteira, regras de origem, pauta aduaneira comum.

Eis alguns exemplos:

Continente Americano

- NAFTA

A NAFTA é o acordo Norte-Americano de Comércio Livre, tendo sido notificado no âmbito do GATT em Fevereiro de 2003. Após ratificação do Canadá, EUA e México, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1994.

- ALADI

A Associação Latino-Americana de Integração é um acordo de cooperação económica em algumas áreas, celebrado entre vários países da América Latina.

- MCAC – Mercado Comum da América Central

- CARICOM – Comunidade e Mercado Comum das Caraíbas

- PACTO ANDINO

A Comunidade Andina é uma união aduaneira que funciona desde 1995, com o objectivo de fazer circular livremente as mercadorias dos seus países membros, sem qualquer tipo de barreiras. Em 1995 passou a ser adoptada uma Pauta Externa Comum, adoptada pelo Colômbia, Equador e Venezuela em níveis básicos de 5%, 10%, 15% e 20%. A Bolívia tem um tratamento preferencial mediante a qual aplica somente níveis de 5% e 10%. O Perú não subscreveu o acordo. Através da Declaração de Santa Cruz, em Janeiro de 2002, os presidentes andinos definiram que a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Perú e a Venezuela aplicarão, o mais tardar até 31 Dezembro de 2003, uma pauta externa comum.

- MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul foi criado em 5 de Agosto de 1994 para estabelecer uma União Aduaneira entre os seus fundadores (Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina)

Continente Africano

- CEDEAO

A Comunidade Económica de Estados da África Central foi fundada em 1975, com o objectivo de liberalizar o comércio intra-regional, mas sem grande

sucesso, apesar de alguma cooperação. É composta pelo Bením, Burkina Faso, Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné Bissau, Guiné Canacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leo e Togo.

- CEAO

A Comunidade Económica da África Ocidental foi fundada em 1973 e tinha por objectivo a integração dos países que a compõem através do comércio e eliminação de todas as barreiras na década de 90. Os êxitos foram parciais, acabando por se transformar na UEMOA.

- UEMOA

A União Económica e Monetária da África Ocidental foi criada em 1994, resultado da fusão entre a UMOA e a CEAO. Os objectivos são em tudo idênticos aos da CEAO. A UEMOA é composta pelo Benín, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Malí, Níger, Senegal e Togo.

- CEMAC

A Comunidade Económica e Monetária da África Central foi fundada em 1998, em substituição da UDEAC (criada em 1964). Visa a integração através do comércio e união monetária total, bem como do livre movimento de mão de obra e de capitais. Foi uma organização que sofreu bastante bloqueios e que acabou por se transformar em CEMAC – Camarões, Chad, África Central, Congo Brazaville, Gabão e Guiné Equatorial.

- SADC

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral foi criada em 1992 em substituição da SADCC, fundada em 1979. O objectivo é a cooperação para a liberalização económica, desenvolvimento de projectos comuns no sector dos transportes, comunicação, agricultura, indústria e energia. Registou importantes êxitos na realização dos seus objectivos, sobretudo em matéria política. Os principais bloqueios derivaram dos conflitos no Congo. Os países membros são

Angola, Botswana, Namíbia, Congo, Seycheles, Suazilândia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabue, Lesoto, Malawi, Maurícias e Moçambique.

- COMESA

O Mercado Comum da África Austral e Oriental foi fundado em 1994, em substituição da PTA. O seu objectivo é a criação de uma área de comércio livre e registar uma liberalização total do comércio em 2000. Teve importantes êxitos, mas sempre ameaçada pelos própria competência da SADC. A COMESA é composta por países como Angola, Burundi, Comores, Congo (kinshasa), Eritreia, Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Seycheles, Somália, Suazilândia, Sudão, Uganda, Yibuti, Zâmbia e Zimbabue.

- SACU

A União Aduaneira da África Austral foi criada em 1910 e, como o próprio nome indica é uma união aduaneira, com o objectivo de integrar mercados, capitais e mão de obra. Realizou todos os seus objectivos. É composta pela Suazilândia, África do Sul, Bostswana, Lesoto e Moçambique.

Continente Europeu

CEEA

CECA

UE

Continente Asiático

- ASEAN

A Associação das Nações do Sudeste Asiático foi criada em 1967 e corresponde a uma zona de comércio livre, com uma pauta preferencial comum. O Bunei, o Cambodja, a Indonésia, o Laos, o Iémen, a Malásia, as Filipinas, Singapura, a Tailândia e o Vietnam são os países os seus países membros.

PARTE II

CAPÍTULO II

POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA ECONÓMICA

1. UM ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Neste capítulo pretendemos verificar o significado e o papel da *Política Externa* portuguesa e da *Diplomacia* nas relações políticas e económicas entre Portugal e a SADC.

No fundo, analisar os pontos em que a diplomacia, através do MNE, e a política externa, através dos vários governos PSD e PS, têm sido determinantes numa aproximação de Portugal junto dos principais países que compõem a SADC.

Os conceitos de política internacional, política externa, relações internacionais e diplomacia são bastantes vezes confundidos, dado que levantam algumas dúvidas nos seus objectivos, muitas vezes comuns.

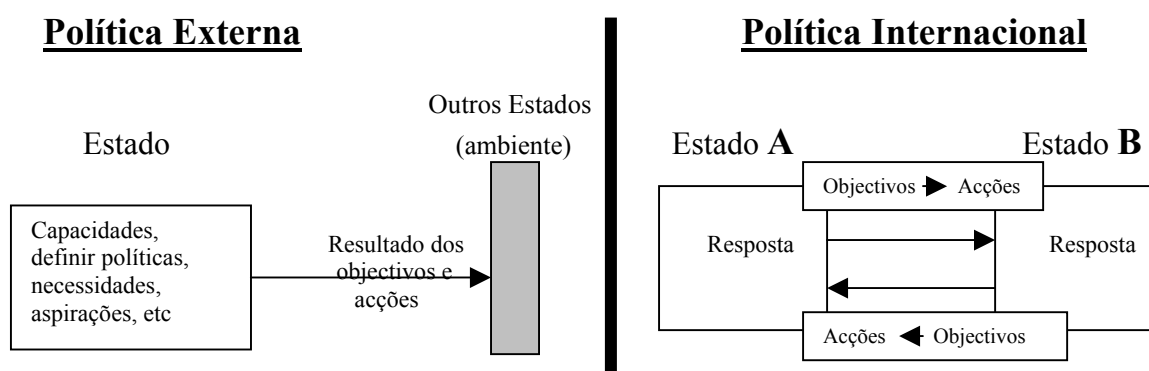
Segundo Reino (1997), ex-embaixador de Portugal na ONU e em Madrid, a diplomacia é um instrumento privilegiado da política externa, reconhecendo também a existência de uma imensidão de definições sobre o que são relações internacionais, política internacional, política externa e diplomacia: “as distinções estão entre as acções e as interacções dos Estados”.

Para este diplomata, a *Política Externa* corresponde aos objectivos e princípios que o Estado quer seguir face à comunidade internacional e que são publicados (Constituição), enquanto que a *Diplomacia* não é mais do que um instrumento ou conjunto de instrumentos que permitem prosseguir esses objectivos.

Segundo o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, “aquilo que habitualmente é designado por «acção externa» corresponde em larga

medida ao que em Portugal, na nossa tradição político-administrativa, entendemos por «negócios estrangeiros» - isto é, o conjunto das questões que resultam do relacionamento de um Estado, enquanto entidade soberana, com os seus parceiros e demais agentes da comunidade internacional” (Gama, 1999, p.103).

Mas quando é que a política externa se torna política internacional? A distinção entre os termos talvez seja mais académica do que real, como já se constou com as definições entre diplomacia e política externa. Mas são aproximadas as diferenças dos objectivos e acções (decisões e políticas) de um Estado ou Estados e a interacção entre dois ou mais Estados.



Fonte: Holsti, K.J., International Politics – A Framework for Analysis, 7ª ed., New Jersey, Prentice Hall, 1995, p.19

Como distinção de política internacional e política externa, o termo *Relações Internacionais* pode referir-se a todas as formas de interacção entre os membros de sociedades separadas. O estudo das relações internacionais inclui a análise das políticas externas ou processos políticos entre Estados. Contudo, deverão ser incluídos nessa análise, os estudos, por exemplo, de uniões de comércio internacional, da Cruz Vermelha Internacional, turismo, comércio internacional, transportes, comunicações e o desenvolvimento de valores e ética internacionais.

Apesar do nascimento de outros actores internacionais, o Estado permanece como o actor central das relações internacionais. Marcel Merle (1984, p.7) é esclarecedor quando refere que “a política externa é a parte da actividade

do Estado que está virada para ‘fora’, o mesmo é dizer que trata, em oposição à política interna, dos problemas que se colocam para além fronteiras”.

Para a política externa, o Estado procura responder ao comportamento de outros actores internacionais e, de uma maneira geral, agir de acordo com os seus princípios quando o ambiente é favorável e transformar esse mesmo ambiente quando este se apresenta desfavorável. Noutros termos, o Estado procura, através da política externa, manter ou aumentar o seu peso e influência fora do seu território nacional.

Uma das características importantes da política externa e que a distingue das demais políticas, é ter como campo de acção um espaço que escapa em grande parte ao seu próprio controlo. No seio das restantes políticas públicas, a política externa assume hoje uma importância extremamente relevante, derivada das rápidas e constantes transformações que se verificam ao nível das relações internacionais.

Por outro lado, se olharmos para a política internacional na perspectiva de Estados individuais, em vez do Estado como parte de um sistema internacional em que está integrado, não encontramos muitas diferenças. Por aí se vê que são as condições internas dos Estados que acabam por mais influenciar a política dos mesmos. Guerras, alianças, imperialismo, manobras diplomáticas, isolamento e os imensos objectivos da acção diplomática, podem ser vistos como resultado das pressões políticas domésticas, ideologias nacionais, opinião pública ou necessidades económicas e sociais.

Para analisarmos a política internacional e a política externa dos Estados, temos também que nos concentrar nas acções e comportamentos individuais dos homens de Estado, nomeadamente as suas ideologias, motivações, percepções, valores. São eles que acabam por estar empossados para tomar decisões em nome dos Estados. Exemplo bem claro desta situação é a declaração de Guerra ao Iraque, quando Portugal se juntou aos EUA e Inglaterra, por decisão quase exclusiva do seu primeiro-ministro Durão Barroso, completamente à margem da soberana decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Eis algumas questões horizontais em política externa que têm vindo a ser conduzidas pelos sucessivos governos portugueses e que são exemplo da nossa afirmação e valorização no plano internacional que excede porventura a nossa dimensão, mas que correspondem às nossas responsabilidades históricas:

- a defesa dos direitos do Homem, valor ético e universal
- o apoio aos esforços da comunidade internacional na questão dos refugiados
- a escolha dos Oceanos no sistema multilateral das Nações Unidas
- o combate ao tráfico de drogas
- o desenvolvimento sustentado e a sua relação com as questões ambientais
- a disponibilidade para agir em processos de Paz como Angola, Moçambique, Sahara Ocidental e em Timor, entre muitos outros

Estes são alguns pontos que são consensuais na sociedade portuguesa, fazendo da política externa um instrumento ao serviço de grandes temas ou desígnios nacionais.

2. POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA ECONÓMICA

Se considerarmos a política externa portuguesa, verificamos que existem laços muito próximos com algumas zonas do globo, como são exemplo alguns países do continente africano, sul americano e asiático. Falar em países como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, a par do Brasil e de Timor, com quem as relações políticas e diplomáticas sempre foram intensas, é constatar que é reconhecido por todos os Estados o conhecimento e a experiência que Portugal teve e tem naqueles países. É reconhecer igualmente a importância e o peso da história nesta vertente da política de Estado. São exemplos onde Portugal dinamiza a sua política externa sem que para isso tenha que renunciar a nada do que nesta é essencial.

2.1. A ARTICULAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA DA UE

É sabido que o continente africano figurou sempre num lugar de relevo entre as prioridades da política externa portuguesa. Como membro da União Europeia, Portugal tem vindo a alertar os Estados Membros para a necessidade de a Europa prestar mais atenção aos assuntos africanos. Aliás, e neste sentido, a Cimeira UE-África, em 2000, é um exemplo claro deste procedimento, dado que Portugal foi um dos seus principais impulsionadores.

Para irmos mais atrás no tempo, esta preocupação com África vêm desde 1974 quando, em Portugal, surgiu uma nova ordem política e constitucional que instaurou as bases para um novo relacionamento com os recém-independentes Estados africanos e com os Países em Desenvolvimento em geral (MNE, 1995, p.9). Após o 25 de Abril de 1974, percebe-se que Portugal sempre quis acompanhar de perto a evolução dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, não rejeitando as suas responsabilidades históricas e morais para com os Estados em formação.

Na busca da cicatrização da descolonização, Portugal “foi construindo e afirmando verdadeiras relações Estado a Estado” (MNE, 1995, p.10), sobretudo com aqueles países de língua portuguesa, facto que começou a ser bem patente nos programas de Governo a partir de 1980¹.

Observando o elenco dos objectivos gerais da política externa portuguesa, facilmente se constata que a relação com África é um dado incontornável da acção externa do Estado português. No entanto, é patente ao longo da história, o dilema Europa ou África? Este foi sem dúvida um dilema que não apenas tocou os sucessivos governos, mas também a sociedade portuguesa.

Este dilema “atravessou desde sempre a sociedade portuguesa, com especial ênfase nas décadas de 60 e nos primeiros anos da década de 70 ... (mas) o duplo direccionamento continua a alimentar polémicas” (Ferreira e Almas, 1996, p.40). Uma afirmação sintomática de Mário Soares em 1986, reflecte bem

¹ VI, VII e VIII Governos Constitucionais.

este aspecto: “sempre entendi e defendi que os dois projectos (integração europeia e CPLP) não eram incompatíveis nem, muito menos, contraditórios: eram antes perfeitamente complementares” (in Ferreira e Almas, 1996, p.40).

De acordo com os autores atrás referidos, “a opção europeia quer do ponto de vista político quer económico assumiu, claramente a partir de 1976, o estatuto de opção estratégica no quadro da vertente atlântica em que desde sempre Portugal se inseriu, obrigando-o a uma clara redefinição geográfica, ou seja, sem alterar a sua condição atlântica, Portugal alterou o seu lugar no mundo e o seu destino na história: da África para a Europa” (Ferreira e Almas, 1996, p 41).

Nos anos 80, quando se assistiu a um impulso político-diplomático e económico em relação aos Países, verificamos que de entre alguns dos objectivos da política externa portuguesa do Governo do Primeiro-Ministro Cavaco e Silva, se destacam:

- a consolidação da construção europeia; o combate às tendências de excessiva continentalização da Europa, quer pela manutenção da ligação atlântica, quer pela promoção da ligação a África;
- o desenvolvimento de uma diplomacia económica activa (MNE, 1995, p11)

Fala-se pela primeira vez em *diplomacia económica* e denota-se a importância que África sempre teve nos planos externos de Portugal e da sua respectiva Política de Cooperação.

Como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso afirmava mesmo ao Jornal Expresso, em 17 de Julho de 1993, que “África representa a diferença específica na definição da personalidade político-diplomática portuguesa” (in MNE, 1995, p.12).

Foi também com Cavaco e Silva, durante a década de 80, que Portugal assistiu a uma melhoria qualitativa da sua cooperação bilateral, graças a uma progressiva abertura das relações políticas Estado a Estado e com a adopção de programas de desenvolvimento por parte dos próprios países africanos lusófonos.

A verdade é que nos seus governos, África foi sempre preponderante na definição da política externa portuguesa, mas muito circunscrita aos Países de

Língua Oficial Portuguesa e numa lógica muito bem definida: traduzir a Política de Cooperação a uma “Vocação Histórica’ que deveria contribuir para a definição da nossa identidade em política externa e o facto de ela operar através da chamada ‘Ajuda Pública ao Desenvolvimento’, (MNE, 1995, p.12).

Por outro lado, até à primeira metade da década de 80, o sistema de cooperação multilateral foi pouco relevante. Porém, percebia-se já, sobretudo a partir de 1986, que era fundamental reforçar essa vertente da cooperação portuguesa como forma de desenvolver as relações económicas, políticas e culturais de Portugal com países terceiros.

Um dos exemplos, entre outros possíveis, que aqui interessam destacar e que ilustra bem a importância multilateral da cooperação portuguesa em África, foi precisamente “a participação nacional em reuniões da SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral), e que permitiu a participação do nosso país nos projectos de reabilitação da linha de caminho-de-ferro Nacala – Entrelagos em Moçambique” (MNE, 1995, p.128).

Mais tarde, já em 1995, com a tomada de posse de um novo Governo socialista, liderado por António Guterres, deu-se uma viragem na leitura sobre o peso de África na orientação da política externa portuguesa. Portugal, muito mais virado para a Europa, quis olhar para África através dessa mesma Europa, abandonando o modelo do país e relançou o modelo inter-regional, ou seja UE-África

Como afirmava Jaime Gama em 1998 no Clube Português do Benelux, ‘Portugal, no plano internacional, tem tido uma política externa ambiciosa, quer na vertente bilateral, quer enquanto voz ouvida nas instâncias multilaterais a que pertencemos’ (Gama, 1999, p.45). O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de António Guterres defendia que num mundo multipolar (para os optimistas), ou desordenado e instável (para o campo oposto), os interesses estratégicos deveriam passar pela ponderação de algumas coordenadas base, onde se destacava uma muito específica: o desenvolvimento do continente africano. Para ele, era uma região ‘onde temos uma importante palavra a dizer; foi com esse intuito que lancei a iniciativa de realização de uma Cimeira Europa-África,

entretanto endossada pela União Europeia e que poderá ter lugar no decurso da nossa Presidência no ano 2000' (Gama, 1999, p.46). O que efectivamente se verificou.

Este facto é bem demonstrativo da viragem da política externa portuguesa com relação a África como um todo, abandonando – sem esquecer o seu papel para o desenvolvimento dos PALOP e a paz em Angola – o modelo que apenas olhava para a África portuguesa, a África 'palopiana'.

Aliás, já alguns anos antes, em 1996, a presença de Jaime Gama na reunião ministerial UE/SADC em Windhoek, Namíbia, foi o exemplo da importância que Portugal conferia às iniciativas conjuntas da UE e de países africanos e o relevo que o Governo português concedia ao estreitamento das relações com todos e com cada um dos países que integram a SADC e com aquela organização.

Com uma nova mudança de governo, a *actual política externa portuguesa* para África é-nos apresentada com as seguintes prioridades:

1º - PALOP

2º - África do Sul, por se o primeiro país em África com mais portugueses: são cerca de 500 mil, a maioria saídos de Angola, e os restantes de Moçambique; é a principal economia da África Austral; foi o primeiro investidor estrangeiro em Moçambique até 2000 e só Angola poderá competir ao mesmo nível no futuro.

3º - Reforço dos laços de Cooperação e Económicos, primeiro pelas empresas portuguesa e, depois, pelo interesse dos próprios países. (MNE, 2004)

Tal como a maioria dos parceiros da União Europeia, Portugal procura as melhores soluções para racionalizar a sua máquina diplomática e adaptá-la às novas exigências que se colocam. Muitas dúvidas têm surgido acerca das próprias relações entre os Estados da União, ou seja, se mantêm as formas clássicas para a defesa dos seus interesses nacionais consagrados. Isto deriva naturalmente da multiplicação das instâncias de decisão, do carácter integrador do modelo europeu que parecem aconselhar uma diplomacia mais económica e cultural do que política, mais exposta e menos reservada.

Portugal, sobretudo através do actual Governo PSD-PP, tem procurado um modelo diplomático ideal, uma diplomacia que acentue a sua vocação económica e acrescente às suas práticas tradicionais uma focagem comercial.

Para tanto, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, António Martins da Cruz, lançou a 6 de Fevereiro de 2003 uma das bandeiras do Governo: a *Diplomacia Económica*, procurando delinear agora e com mais precisão aquilo que fora já considerado em meados da década de 90 no consulado socialista, como atrás foi sublinhado. A diplomacia económica procura efectuar uma maior aproximação entre o MNE e o Ministério da Economia, agilizando as suas estruturas no exterior e criando plataformas comuns que permitam uma abordagem integrada.

Com este ‘refresh’ na diplomacia portuguesa, o Governo pretende que aquela se afirme em termos da sua capacidade profissional articulando a acção dos diplomatas e dos conselheiros económicos, e demonstre a sua relevância perante as exigências do interesse nacional e das suas prioridades. A diplomacia económica pretende assim criar e explorar novas oportunidades para as empresas portuguesas e para a economia nacional, promovendo a sua internacionalização, bem como apoiar a captação de investimento directo estrangeiro.

Em matéria africana, o cenário diplomático muda o seu figurino. Segundo a Direcção África do Ministério dos Negócios Estrangeiros, «uma coisa é termos ambições, outra coisa são os meios, tornando frustradas muitas das iniciativas diplomáticas com o continente africano e muito mais com a SADC» (MNE, 2004). Poderíamos fazer muito mais em África, apesar de todos os seus problemas. Enquanto África for tratada de uma forma menor, não haverá grandes progressos. Questões como a NEPAD e a reformulação da União Africana são excelentes e positivas, bem como as forças de ‘peace-keeping’. A *Diplomacia Económica*, no fundo, sempre funcionou. Resta saber se funcionou sempre bem. (MNE, 2004).

2.2. A ACCÃO DIPLOMÁTICA NA SADC

Fazendo uma pequena resenha do peso diplomático de Portugal na SADC, verificamos que em 1997 tínhamos embaixadas em Angola, Moçambique, África do Sul, Zimbabwe, Zâmbia, Namíbia e República Democrática do Congo, ou seja, em 7 dos 14 países que compõem a SADC.

De 1997 para cá, Portugal encerrou, em 1998, a embaixada da Zâmbia e, em Novembro de 2003, a da Namíbia, sendo que em Harare (Zimbabwe) e em Kinshasa (República Democrática do Congo), as embaixadas têm cada uma apenas um embaixador e um secretário de embaixada.

A embaixada na Zâmbia, agora encerrada, abriu em 1977, após o 25 de Abril, quando aquele país era o grande opositor à África do Sul devido ao *Apartheid*. Era um país fundamental na região. Foi lá que se negociou a descolonização de Moçambique. Fora isso, nunca houve grandes momentos na Zâmbia e a comunidade portuguesa residente é diminuta. Na Namíbia, a embaixada foi criada em 1991 depois de este país se ter tornado independente em 1990. Foi uma promessa do Governo de Cavaco e Silva, quando na altura Durão Barroso era Secretário de Estado da Cooperação. Foi um sinal de apoio de Portugal ao fim do *Apartheid* e ao fim do colonialismo, nomeadamente com a saída de África do Sul da Namíbia. (MNE, 2004)

Segundo a Direcção África do MNE, «o encerrar de embaixadas fica sempre mal para o país de origem porque demonstra não haver vontade em estreitar relações político-diplomáticas e económicas». O caso da embaixada da Namíbia foi talvez aquele que menos relevo teve na política diplomática portuguesa, já que “não há grandes laços de Portugal com a Namíbia e a comunidade portuguesa é muito reduzida. Há até pendente uma visita do Presidente da República, Jorge Sampaio, que tem vindo a ser consecutivamente adiada devido a relações pouco simpáticas a respeito de Portugal por parte do presidente namibiano. Por outro lado, quando se abre uma representação diplomática em determinado país, é comum que o outro o faça também no país

de origem, coisa que nunca aconteceu com a Namíbia em Portugal”, (MNE, 2004).

Deve ser destacado o facto de, em todo o mundo, e desde 1997, Portugal ter encerrado apenas duas embaixadas, ambas em África e em países da SADC.

Nos países que compõem a SADC, Portugal detém apenas três boas embaixadas, ou seja, com todos os serviços a funcionar em pleno e com uma dinâmica completamente distinta das restantes, sendo elas Angola, Moçambique e África do Sul (contemplando também os consulados).

Por outro lado, e quase em compensação, Portugal abriu uma embaixada em Addis Abeba, na Etiópia, em Fevereiro de 2002, funcionando como uma embaixada bilateral: faz-se representar na Etiópia e na União Africana, que tem sede naquele país. Conforme destaca o MNE (2004), “é fundamental para Portugal ter uma ‘antena’ ligada junto da União Africana, onde a língua portuguesa é também uma língua oficial da Organização. Por outro lado, é também um sinal do interesse português em estar próximo do organismo supremo dos países africanos. O papel agora de Portugal passará pela influência política, económica, social e cultural que conseguir junto da União Europeia”.

Em suma, o balanço feito pela Direcção África do MNE no que toca à presença diplomática de Portugal nos países do SADC é benéfico: “o balanço é positivo, sobretudo em embaixadas como Angola, Moçambique e África do Sul, juntamente com o ICEP. Existe, no entanto, um potencial enorme, com riscos grandes, mas com oportunidades de negócio fabulosas, mas faltam pessoas para fazer prospecção e trabalho comercial nos restantes países e embaixadas da SADC” (MNE, 2004).

2.3 A POLÍTICA EXTERNA DE PORTUGAL FACE À SADC

Portugal tem vindo, desde a fundação desta organização, a participar nas suas conferências anuais, manifestando a sua disponibilidade para: “primeiro, analisar com os países lusófonos da SADC, Angola e Moçambique, propostas de acção em relação a projectos de impacto regional por eles considerados

prioritários e que se insiram nos interesses portugueses; segundo, no decurso das reuniões, efectuar encontros com delegações de outros países doadores com vista a análise das possibilidades de perspectivar formas de actuação conjunta em projectos na área da SADC” (MNE, 1995, p.156).

Eis alguns exemplos:

- a) Caminho-de-Ferro de Nacala, em que Portugal, juntamente com a França e a União Europeia, continuou envolvido na fase final da reconstrução da via férrea que liga o porto de Nacala ao Malawi;
- b) Apoio, em 1986, ao estudo de reabilitação de infraestruturas urbanas (água e saneamento) da cidade da Beira, no âmbito do projecto regional do «Corredor da Beira»;
- c) Corredor do Limpopo, tendo a intervenção portuguesa estado a cargo de uma empresa nacional na reabilitação da linha férrea de Chicualacuala;
- d) Escola Ferroviária de Inhambane, na qual se desenvolveu um centro de formação profissional com o apoio de uma empresa portuguesa.

Com o tempo, e como vimos antes, em matéria especificamente africana, Portugal elege dois postos muito claros como prioridade para a sua política:

- aumentar as suas relações com aquele continente, com particular incidência nos Países de Língua Oficial Portuguesa, procurando dar um novo impulso e uma abordagem renovada, sobretudo no caso de Angola, aproveitando as novas perspectivas do Processo de Paz, mas também em relação a Moçambique e aos outros PALOP
- desenvolver, no quadro da CPLP, uma maior densidade de relacionamento em múltiplas matérias de cooperação por forma a permitir-lhe potenciar a sua visibilidade internacional.

A política externa portuguesa face a África tem tido sempre continuidade ao longo dos diversos Governos, embora a sensibilidade e os efeitos práticos dessa política não sejam uniformes ao longo de tempo, como referem algumas fontes: “os Governos africanos sentiram-se sempre mais confortáveis com

Governos Sociais Democratas, por existir ainda alguma mágoa com o Partido Socialista face ao processo histórico da descolonização” (MNE, 2004).

Em virtude do passado histórico e da própria dimensão de um pequeno país no quadro das relações internacionais, em matéria de política externa, as relações bilaterais de Portugal com os países da SADC resumem-se aos países lusófonos, nomeadamente, Angola e Moçambique. Quase todas as relações com os restantes países da SADC são fortemente influenciados pelo diálogo entre a UE-SADC. Como destaca o MNE (2004), a influência do caso do Zimbabwe é um exemplo paradigmático: “este diálogo UE-SADC tem tido muitas barreiras por causa do Zimbabwe. Portugal defende que não pode ser refém da questão Mugabe e respectiva instabilidade política, que põe em causa todas as relações com os outros países africanos. Trata-se de uma problemática bilateral entre o Zimbabwe e o Reino Unido, mas que está a afectar todos os outros membros”.

Segundo as informações facultadas pela Direcção África do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, esta situação foi apreciada na última reunião ministerial no Maputo, em Novembro de 2002, onde Portugal defendeu a continuação do diálogo entre a União Europeia com os países do SADC. Portugal quer uma relação alargada com África, o que ficou muito claro quando assumiu a presidência na UE em 2000, ao defender um diálogo regular com África. A primeira Cimeira realizou-se no Cairo em 2000, tendo sido Portugal o grande impulsionador deste diálogo, primeiro com a União Africana e depois com as organizações regionais. (MNE, 2004)

A partir de 2000, com António Guterres a liderar o Governo português, a situação no Zimbabwe deteriorou-se ainda mais com a tomada de terras e reformas agrárias levadas a cabo pelo presidente Mugabe, que havia sido eleito em eleições pouco claras e credíveis (Março de 2002). Foi então que as relações UE-Zimbabwe esfriaram, tendo a UE criado um plano de sanções contra o Zimbabwe. Portugal, com a imposição de sanções, defende que o Zimbabwe tem problemas de direitos democráticos e humanos, mas não pretende condicionar as relações com a SADC.

Enquanto principais impulsionadores deste diálogo, é visto com muita preocupação este cerrar de posições face ao Zimbabwe, sob pena de prejudicar o diálogo, primeiro, com Angola e Moçambique e, segundo, com toda aquela zona.

Portugal tem noção que Mugabe representa um símbolo de luta anti-colonial no Zimbabwe, mas também noutros países da SADC e, quando surgem medidas anti-Zimbabwe, fazem-se de imediato associações a medidas colonialistas. (MNE, 2004)

Segundo a Direcção África do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por contingência própria, Portugal poderá aumentar ou reforçar a sua presença na SADC através das suas ex-colónias. No entanto, segundo a mesma fonte, a aproximação de Portugal à SADC foi uma aposta certa, mas não muito bem sucedida, essencialmente por falta de meios. Portugal tem acompanhado sempre as cimeiras da SADC, “para que Angola e Moçambique tenham mais peso e força na zona e no seio da organização, até porque a maioria dos países são anglófonos”. (MNE, 2004)

O sucesso da SADC é visto por Portugal como relativo, pois segundo a Direcção África do MNE (2004) «é bonita no papel, mas não funciona em termos práticos». Não é comparável a integração regional de uma União Europeia com países de desenvolvimento baixo e com níveis de crescimento desiguais, com condições muito difíceis, onde existem enormes barreiras para desenvolver políticas monetárias, cambiais e de comércio. E, na SADC, seria um suicídio eliminar barreiras alfandegárias, pois seriam engolidos pela África do Sul. (MNE, 2004)²

Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a cooperação com a SADC existe sobretudo ao nível político. Ao nível da União Europeia, se já é difícil ter uma política externa e económica comum, ainda o é mais quando se refere à SADC: “a SADC é sobretudo uma entidade política, uma entidade que previne conflitos. Ao nível económico tem uma dificuldade de princípio: os países são competidores entre si. Ao nível económico, a Comunidade só

² De facto, Moçambique, bem como quase todos os países da região, importa bastante da África do Sul (sobretudo bens e serviços), importando também os seus níveis de inflação (que em 2003 deve chegar a 11% em Moçambique).

persistirá no futuro quando diminuir a concorrência dos países membros entre si, tal como já aconteceu na UE”³ (MNE, 2004)

Portugal, segundo o MNE, antes de pensar no peso que quer assumir na SADC, deverá analisar o peso que a própria SADC tem para si, na região e na União Africana, e só depois verificar e medir a sua influência na região. Portugal tem capital político, de proximidade com Angola, Moçambique e também com a África do Sul. O papel de Portugal passa também pelo peso e presença na União Europeia, no sentido de aumentar a cooperação e as suas capacidades com aqueles países. (MNE, 2004)

Apesar deste cenário, os países membros da SADC guardam boa imagem de Portugal. Segundo o MNE (2004), a imagem é positiva, mas mitigada. Angola, Moçambique, Zimbabwe e Namíbia ainda são países com governos saídos das lutas de libertação. Portugal tem ainda uma imagem de país branco, colonialista e opressor, apesar que essa imagem é ainda mais carregada no que toca ao Reino Unido. Toda a zona foi, sobretudo, colonizada por ingleses e Portugal acaba por funcionar como contra-poder e país benevolente. Por outro lado, Portugal tem ainda a vantagem de não participar em grandes condenações internacionais na zona. Portugal concedeu muito apoio para a criação da SADC e suporte à cooperação entre os países. A questão do Zimbabwe, por exemplo, deu, na região, muita força e simpatia a Portugal. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, António Martins da Cruz, foi mesmo o único representante da UE a estar presente na Cimeira Ministerial realizada no Maputo em 2002.

Em matéria de política externa, percebe-se facilmente que as relações com a SADC vão continuar a estar condicionadas pela situação no Zimbabwe e, segundo o MNE, a nossa política externa face à SADC passará obrigatoriamente pela União Europeia: «a nossa cooperação bilateral será sempre consagrada aos PALOP. Tudo o que seja ou saia desta esfera será sempre residual» (MNE, 2004).

³ Aqui, a “concorrência” deve ser entendida ao nível da actividade de bens exportáveis e não da produção industrial.

CAPÍTULO III

A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) foi antecedida pela Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que foi criada em 1980 pelos governos de nove países africanos: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Para Rowlands, (1998, p.920), tudo teve origem no poder e uso do poder: “se formos além dos números, a experiência revela uma ansiedade em torno do domínio da África do Sul, característica dominante da actividade regional no último século. A SADCC foi formada, claramente e em parte, porque havia uma grande preocupação acerca do impacto que a África do Sul vinha tendo sobre os seus vizinhos para norte”.

Abordar o tema do SADC leva-nos também a contextualizar a sua origem, obrigando-nos a reportar à razão que levou os Estados africanos a reunir esforços em torno da cooperação e da integração regionais. Para Mistry (2000, p.553), “a primeira foi aderir rigidamente às fronteiras coloniais deixadas pelos impérios europeus...A segunda inclinação prende-se com o enfatizar, desde o início das independências, da indispensável integração económica em todas as sub-regiões de África e do continente como um todo”.

A formação do SADC foi, por isso, o culminar de um longo processo de consultas entre os líderes daquela região. Nos finais dos anos 70, ficou claro para os líderes da região que ter apenas uma bandeira e um hino nacional não seria suficiente para atingir os níveis de desenvolvimento desejáveis para cada país.

Por outro lado, as experiências positivas de um trabalho em equipa no que ficou conhecido pelos ‘Frontline States’, cujo objectivo era avançar na luta

política, procurando isolar a África do Sul, tinham que se traduzir numa cooperação mais alargada na procura de um desenvolvimento económico e social.

No entanto, e na visão de Mistry (2000, p.554), o compromisso dos países africanos com a integração parece ser mais visceral do que racial, mais retórica que real: “os ideais da integração africana tiveram como base ambições transcontinentais, slogans políticos evocativos, imensos tratados e instituições regionais e tendências proteccionistas”.

O pensamento de Mistry não está muito longe do que se passou na história da formação do SADCC. Esta Conferência nasceu de inúmeras consultas levadas a cabo por representantes de alguns daqueles países da linha da frente (desde 1977), que reuniu os ministros dos Negócios Estrangeiros desses Estados em Gaborone, Botswana, em Maio de 1979. Esta reunião acabou por ter seguimento na Tanzânia (Arusha), em Julho de 1979. Um ano depois nasceu a Conferência para o Desenvolvimento da África do Sul (SADCC).

1 – Os objectivos da SADCC

Para entendermos, com precisão, a importância e o papel da SADCC, vamos agora analisar os seus principais objectivos:

- 1 – Reduzir a dependência dos Estados Membros
- 2 – Implementar programas e projectos com impacto nacional e regional
- 3 – Mobilizar os recursos dos Estados Membros, na procura da auto-confiança colectiva
- 4 – Assegurar um entendimento e apoio internacional

Através da SADCC, os países fundadores procuraram, numa primeira fase, demonstrar os benefícios tangíveis por trabalharem em conjunto e cultivar um clima de confiança e verdade entre os Estados Membros.

O SADCC foi desenvolvido desde então para se tornar numa organização com um Programa de Acção, cobrindo diversos sectores como o Económico e o Social, nomeadamente, a energia (Angola), o turismo, o ambiente, as águas, emprego e trabalho (Lesoto), cultura, informação, desporto, transporte e comunicações (Moçambique), pescas, recursos marítimos e floresta (Malawi e Namíbia). As Finanças e Investimento (África do Sul), Desenvolvimento de Recursos Humanos (Suazilândia), Alimentar (Zimbabwe), Agricultura, Recursos Naturais e Saúde (Botswana), Assuntos Legais, Emprego e Trabalho (Zâmbia) são ainda outros sectores que fazem parte do Plano de Acção. Cada sector é coordenado por um Estado Membro, com alguns deles a coordenar mais de um sector.

Segundo Mshomba (2000, p.188), houve uma evolução na coordenação das responsabilidades nestes sectores: “a desagregação destas áreas de cooperação e o aparente acordo na distribuição de responsabilidades entre os Estados membros permitiu ao SADCC identificar projectos de interesse comum. Isto fez com que do SADCC um sucesso relativo na captação de fundos internacionais para os seus projectos. Porém, a excessiva dependência por fundos internacionais é a fraqueza do SADCC. Em média, 85% das necessidades financeiras dos projectos do SADCC advêm de fontes internacionais...”.

2 – A passagem da SADCC para SADC

Nos últimos dois anos, a SADC levou a cabo um exercício de reestruturação das suas instituições, cujo resultado deu origem a um relatório adoptado numa Cimeira Extraordinária a 9 de Março de 2001 em Windhoek, Namíbia. Esta reestruturação foi exigida pelo número de dificuldades e constrangimentos encontrados no processo de transformação da organização de uma conferência coordenada para uma Comunidade, nomeadamente:

- Reformas institucionais inadequadas para accionar uma efectiva transformação de SADCC (Conferência Coordenada) para SADC (a

Comunidade). Para além disso, a fonte de provisão e o sistema de gestão não estavam a ser correctamente dirigidas.

- A necessidade de colocar no terreno os mecanismos apropriados capazes de traduzir o elevado grau do compromisso político de forma a perceber-se o alcance e a escala de uma comunidade construída através da integração regional. Isto implica delegar autoridade e força na capacidade de decisão das mais relevantes agências responsáveis pela execução da agenda do SADC.
- Necessidade de uma sinergia entre, por um lado, objectivos e estratégia do Tratado e, por outro, Programa de Acção do SADC e enquadramento institucional.
- Capacidade limitada para mobilizar os próprios recursos da região nos mais diversos níveis de actuação para a implementação do seu Programa.
- A enorme dependência financeira externa do Programa de Acção do SADC era de 80%, o que comprometia a sustentabilidade do Programa.

Esta passagem ocorreu em Agosto de 1992, quando os Chefes de Estado e de Governo membros da Conferência reuniram em Windhoek, na Namíbia, para assinar a Declaração e o Tratado que deu origem a uma nova SADC – South African Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), passando de 10 membros (Namíbia, Botswana, Suazilândia, Zimbabwe, Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Angola, Moçambique e Lesoto) para 14 (África do Sul – 1994, Maurícias – 1995, República Democrática do Congo e Seyhelles, ambas em 1997).

Os líderes da SADCC reconheciam naquele momento que a Conferência tinha servido para os primeiros esforços na cooperação para o desenvolvimento. Chegava o momento de formalizar e dar um novo corpo legal à Organização.

Era também uma preciso dar um maior enfoque à questão da sua organização, deixando apenas de coordenar projectos para passar a um processo mais complexo de integração das economias dos Estados Membros. Daí o

Tratado, que não é mais do que um documento para a construção de uma Comunidade de Estados da África Austral.

Os Estados Membros do SADC deveriam, a partir de então, agir com respeito a alguns princípios. Segundo o sítio da Organização (SADC, 2003), estes são os fundamentais:

- Igualdade soberana para todos os Estados Membros
- Solidariedade, Paz e Segurança
- Direitos Humanos, Democracia e o respeito pela Lei
- Igualdade, equilíbrio e benefícios mútuos
- Resolução pacífica de conflitos

2.1 - Os objectivos da SADC

Com base no exposto, rapidamente a organização reformulou os seus objectivos de forma a tornar eficaz e mais eficiente a sua coordenação. O site oficial da SADC (SADC, 2003) destaca os seguintes:

- Desenvolvimento e Crescimento Económico, atenuar a pobreza, aumentar a qualidade de vida do povo sul africano e apoiar as desigualdades sociais através da integração regional
- Envolver valores políticos comuns, sistemas e instituições
- Promover e defender a paz e a segurança
- Promover um desenvolvimento sustentado com base numa auto-confiança colectiva, e uma interdependência dos Estados Membros
- Adquirir uma complementaridade entre as estratégias e programas nacionais e regionais
- Promover e maximizar o emprego produtivo e a utilização de recursos na Região
- Utilizar de forma sustentada os recursos naturais e uma efectiva protecção ambiental
- Fortalecer e consolidar as afinidades históricas, sociais e culturais e laços entre os povos da Região.

- Aprovar o Protocolo do Comércio (a vigorar desde 2003 em toda a zona de integração)

O fim último da SADC, a Comunidade, é construir uma Região na qual haja um alto grau de harmonização e racionalização capaz de potenciar os recursos para atingir uma auto-confiança colectiva no sentido de melhorar os níveis de vida dos povos da região.

2.2 - Enquadramento Institucional

No momento da criação das instituições da Conferência, os países fundadores estavam particularmente sensíveis com as lições e experiências das tentativas e esforços passados na cooperação regional em África, nos quais, alguns deles, acabaram por falhar e tornarem-se numa verdadeira desilusão. Isto sucedeu devido a falhas no tratamento de pontos extremamente sensíveis na cooperação regional, como seja uma justa e equitativa partilha de custos e benefícios.

Para evitar erros semelhantes, a SADC definiu desde o início a necessidade de colocar um ênfase especial numa disposição institucional descentralizada que assegure aos estados membros a formulação e a implementação das decisões políticas.

Contudo, no novo exercício de reestruturação, ficou claro que existe um número de problemas que inibem um desempenho eficiente e efectivo na actual estrutura e que inclui (SADC, 2003):

- Provisão inadequada de recursos e pessoas pelos Estados, que levou a uma distribuição inadequada de responsabilidades e obrigações;
- Procedimentos e regras de gestão e administração atribuídas de forma diferente para equipas envolvidas na gestão do Programa Regional;
- Crescimento rápido de departamentos que originaram diferentes prioridades e actividades, dependentes de recursos limitados, proliferando reuniões e aumento de custos;

- Com base na actual estrutura e circunstâncias, o Secretariado viu-se incapaz de executar o seu mandato tal como previsto no Tratado, especialmente a execução do plano estratégico e de gestão;
- Ausência de um enquadramento institucional onde os ministros dos Negócios Estrangeiros responsáveis pela política externa da região da SADC pudessem discutir e adoptar posições comuns em matérias pertinentes para a organização nos diversos *fora* internacionais.

Para evitar erros passados, o artigo 9, apresenta-nos as instituições que passaram a compor a SADC (SADC, 2003):

- a) Cimeira de Chefes de Estado ou Governo
- b) Conselho de Ministros
- c) Comissões
- d) Comité de Oficiais
- e) Secretariado
- f) Unidades de Coordenação Sectorial
- g) Tribunal

Outras instituições poderão ser estabelecidas quando necessárias. Em termos de decisões, está estabelecido no artigo 10 (SADC, 2003) que a ‘Cimeira deve ser a responsável pela direcção e controle de funções de toda a política do SADC e as suas decisões devem ser tomadas por consenso e directamente aplicadas’. O mesmo se estende a todas as restantes instituições, incluindo o próprio Tribunal.

2.3 – Alguns Constrangimentos da SADC

Apesar de agora haver um enquadramento legal com assinatura do Tratado, existem ainda muitas barreiras a ultrapassar para que se possam atingir os actuais objectivos e cortar com o passado (SADCC), ainda que faseadamente. Tsie (1996, p. 85) refere mesmo que a estrutura institucional permanece fraca: “o

ponto mais fraco são as Unidades de Coordenação Sectorial, que são diversas vezes infundadas e constituídas por funcionários fracamente motivados e com um reduzido conhecimento dos objectivos do SADC. Como resultado, a coordenação e implementação das políticas e programas do SADC em sectores como a Indústria e Comércio, Indústria Mineira e Recursos Humanos tem sido lenta e ineficaz”.

Apesar dos vários esforços para atingir uma mercado alargado, a integração em África dificilmente tem progredido. Segundo Mistry (2000, p.556), “os governos africanos estão ainda muito comprometidos com a integração, apesar de hoje serem mais realistas e práticos. Isso talvez fosse inevitável, dados os registos prolongados de falhanços económicos, conflitos por resolver e as duas crises de dívida e ajustamento...O lançamento da iniciativa de redução e alívio da dívida para os países pobres altamente endividados ajudou muito pouco para melhorar a situação”.

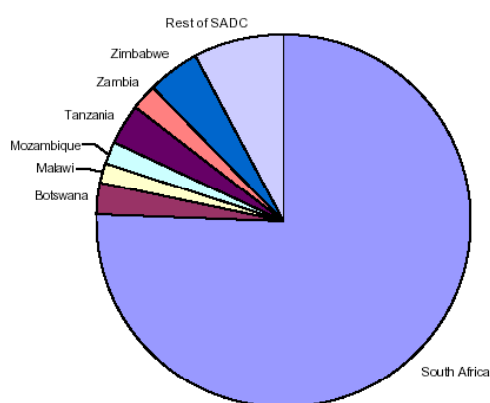
De acordo com algumas interpretações, a integração regional tem quer ser interpretada como uma alternativa, não um complemento, para a liberalização do comércio em todo o SADC. Com o acordo de liberalização finalmente assinado na zona, são esperadas substituição de importações face ao resto do mundo.

Para tal é preciso imprimir uma nova dinâmica ao SADC, perdida desde que a África do Sul aderiu à organização regional, quando o então SADCC tinha um papel fundamental e de sucesso no combate ao Apartheid.

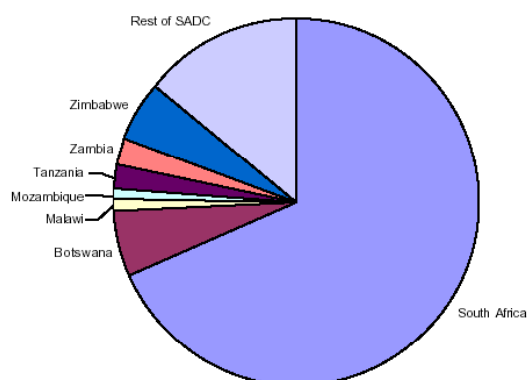
Para Olivier (2001, p.43), a SADC tem sido muito estática desde a sua criação. O debate local acerca do seu papel e utilidade é esporádico e superficial. Pior do que isso, segundo o mesmo autor, a maioria dos governos aceitam facilmente este *status quo*: “não é nada surpreendente que o SADC tenha degenerado num estado virtual de ossificação. Claro que, como vimos no caso europeu e outros exemplos regionais, não se podem esperar milagres. Contudo, sem uma contínua fermentação intelectual, revisões e reformas, a actual configuração do SADC inspira pouca confiança para uma emergência gradual de um novo e mais efectivo programa regional de acção”.

A SADC só viabilizará o seu futuro caso aproveite a tendência favorável do comércio livre, para obter benefícios directos no longo prazo e além-fronteiras, convertendo o sector privado no motor da integração regional, limitando o papel do Estado a uma intervenção moderada para controlar o mercado. Esta liberalização dos mercados acaba por já ser um facto: primeiro pela aprovação do Protocolo de Comércio que já vigora e, segundo, pela penetração sul-africana dos sectores mineiro, bancário, aéreo, ferroviário, cervejeiro, turístico e das telecomunicações.

PIB – SADC



EXPORTAÇÕES - SADC



Fonte: Banco Mundial, *Free Trade Agreements and SADC Economies*, Africa Regions Working Paper Series, N° 27, p. 5, 2002

3 – O futuro da integração económica na África Sub-Sahariana e o NEPAD

O resultado das últimas três ou quatro décadas de integração regional em África é pouco significativo por se ter colocado ao serviço da construção do Estado-nação, pelos poderes políticos e, inclusivé, para a sua unidade e estabilidade. Como diz Badi (2001, p.85), “na actualidade, a evocação de factores externos utilizada para justificar o fracasso da integração regional desapareceu... Esta oportunidade tem que ser aproveitada para realizar as trocas

importantes e colocar a integração regional ao serviço do desenvolvimento e da unidade dos países africanos”.

O futuro, segundo ainda Badi (2001, p.87), passará simplesmente por uma etapa de coordenação de políticas nacionais de desenvolvimento, centradas em infra-estruturas horizontais, complementares e populares, no abandono de uma regra de unanimidade e de soberanias e na adopção de uma política monetária africana.

Para isso, África terá que ultrapassar outros obstáculos como o fracasso do desenvolvimento, ou seja, a crise económica e financeira interna, que teve origem na aplicação dos programas de ajustamento estrutural, ao que se juntou a crise do Estado nacionalmente debilitado e sem uma base política e jurídica sólida.

Foi neste contexto que foi criada, a 9 de Março de 2003, a NEPAD, a *Nova Parceria para o Desenvolvimento de África*. A NEPAD, que assenta a sua actividade numa lógica continental, regional e nacional, vincula os países ao cumprimento cuidadoso das normas internacionalmente aceites e pelo respeito da democracia e dos direitos humanos.

O enquadramento estratégico da NEPAD surge assim de um mandato da Organização da União Africana aos chefes de Estado da Argélia, Egipto, Nigéria, Senegal e África do Sul, para desenvolver uma solução integrada para o desenvolvimento de África.

Segundo o site oficial da NEPAD (www.nepad.org), os seus objectivos visam o seguinte:

- a) Erradicar a pobreza;
- b) Colocar os países africanos, individual e colectivamente, num patamar de crescimento e desenvolvimento sustentável;
- c) Evitar a marginalização de África no processo de globalização e catapultar os benefícios da sua integração na economia global;

Para o director do Instituto de Assuntos Internacionais da África do Sul, Greg Mills (2003), “a NEPAD já está a fazer a diferença. Há mais democracia, as

políticas económicas são mais comuns, a imagem e visibilidade mudou, aumentou a transparência e o interesse reformista. No longo prazo, o desenvolvimento vai ser sinónimo de mais poder para as mulheres, de empresas mais fortes, de menos doenças e mais investimento directo. A NEPAD mudou o tom do debate. África espera a salvação e já não é um continente sem esperança. África e Europa vão ter que desenvolver a NEPAD”.

CAPÍTULO IV

O CASO PORTUGAL / PAÍSES NÃO LUSÓFONOS DA SADC

Este capítulo vai incidir sobre as relações económicas efectuadas desde 1975 até 2002 entre Portugal e os países não lusófonos que compõem a SADC. De entre estes últimos foram retirados as Seycheles, as Maurícias e a República Democrática do Congo pois significam pouco para Portugal, e em termos comparativos, ainda significam menos, sobretudo por uma questão de dimensão e importância estratégica. Já Angola e Moçambique foram alvo de uma análise de dados em anexo, mas também não constam na nossa interpretação. Isto porque já são sobejamente conhecidas as razões históricas e preferenciais que levam Portugal a ter relações privilegiadas com ambos os países. Portanto, dos 14 membros, analisaremos os 9 restantes.

O objectivo deste ‘Estudo de Caso’ é precisamente o de tentar perceber a importância económica e político-diplomática que aquela zona tem para Portugal, análise esta que é efectuada pelo lado político-diplomático (ver capítulo II) e pelo lado económico, o que será feito neste capítulo.

Neste contexto, como fundamento principal deste trabalho, iremos agora analisar qual tem sido o papel das relações económicas de Portugal com os seguintes países no período de 1975-2002: Malawi, Lesoto, África do Sul, Botswana, Namíbia, Zimbabwe, Tanzânia, Zâmbia e Suazilândia.

1. O comércio bilateral entre Portugal e os países não lusófonos da SADC

1.1 O Malawi

Analisando em primeiro lugar o caso do Malawi, verifica-se que de 1975 a 2002, só uma vez, e em 1975, as exportações de Portugal com o Malawi ascenderam a 0,1% do total exportado para o mundo, tendo esse montante

PORTUGAL/MALAWI

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Malawi nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Port. c/ África Sub-Sahariana	Peso Malawi nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso do Malawi nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	243343	246047000	0,1%	24216010	1,0%	13665815	1,8%
1976	15871	274780000	0,0%	18081364	0,1%	11448355	0,1%
1977	26211	387492000	0,0%	34066380	0,1%	23743084	0,1%
1978	207739	530973000	0,0%	36822358	0,6%	24904530	0,8%
1979	292784	878137000	0,0%	58541395	0,5%	38930324	0,8%
1980	38911	1155331000	0,0%	84623478	0,0%	61542991	0,1%
1981	28800	1281475000	0,0%	118020241	0,0%	89713111	0,0%
1982	44956	1654725000	0,0%	145458824	0,0%	71801497	0,1%
1983	109695	2536728000	0,0%	172561342	0,1%	108577533	0,1%
1984	79363	3793757000	0,0%	273763121	0,0%	170073563	0,0%
1985	229885	4847053000	0,0%	350098947	0,1%	167190654	0,1%
1986	153210	5398295000	0,0%	320452704	0,0%	98224432	0,2%
1987	384219	6539254000	0,0%	315865529	0,1%	111236613	0,3%
1988	554354	7890770000	0,0%	405087484	0,1%	200276882	0,3%
1989	157181	10054322000	0,0%	576073658	0,0%	317039869	0,0%
1990	532995	11650909000	0,0%	665645828	0,1%	330342286	0,2%
1991	913623	11742118000	0,0%	559059532	0,2%	467716276	0,2%
1992	1019926	12346254000	0,0%	765642302	0,1%	611999436	0,2%
1993	1296874	12342118000	0,0%	495615566	0,3%	351632872	0,4%
1994	758172	14842424000	0,0%	470396345	0,2%	326987535	0,2%
1995	409014	17466999000	0,0%	529319345	0,1%	352172486	0,1%
1996	718268	18933709000	0,0%	649798984	0,1%	417717612	0,2%
1997	3601000	20924821000	0,0%	720837781	0,5%	515571430	0,7%
1998	1431000	22251543000	0,0%	706731776	0,2%	501929754	0,3%
1999	319230	23025907000	0,0%	620619307	0,1%	419882196	0,1%
2000	1087000	26378762000	0,0%	783032891	0,1%	530929144	0,2%
2001	1300000	27322792000	0,0%	832789000	0,2%	654733000	0,2%
2002	446000	27089805000	0,0%	930158000	0,0%	716816000	0,1%

correspondido a 243 mil euros. Estes valores pesaram somente 1,8% das exportações de Portugal para toda a SADC. Porém, o ano em Portugal mais exportou, em termos absolutos, para o Malawi foi em 1997, quando as exportações ascenderam a 3,6 milhões de euros, montante este que corresponde a 0,0% do que Portugal exportou para o mundo e 0,7% para países da SADC.

Em sentido contrário, o Malawi nunca foi um país muito atraente para Portugal em matéria de importações, apesar de, entre 1977 a 1985, o volume importado ter correspondido a uma média de 1% no total importado da SADC.

Mas, o ano em que se verificou maior valor de importação foi em 2000, tendo importado 13 milhões de euros, 3,9% do total importado nesse ano dos países membros do SADC.

**Importações
(unidade: euros)**

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Malawi nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ Áfr Sub-Sahariana	Peso Malawi nas Imp. Port. p/ Áfr Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso do Malawi nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	26650	496174000	0,0%	33196362	0,1%	23942550	0,1%
1976	87603	652719000	0,0%	34847742	0,3%	19386196	0,5%
1977	263978	950980000	0,0%	43427525	0,6%	18914562	1,4%
1978	225107	1147875000	0,0%	33422642	0,7%	19373677	1,2%
1979	350250	1655642000	0,0%	65034941	0,5%	36384811	1,0%
1980	339915	2371717000	0,0%	110355318	0,3%	34496138	1,0%
1981	697474	3037751000	0,0%	153482522	0,5%	38628375	1,8%
1982	2123013	3760840000	0,1%	262471274	0,8%	52477864	4,0%
1983	2111975	3488294000	0,1%	301577623	0,7%	55700257	3,8%
1984	2729202	5789214000	0,0%	594276518	0,5%	92847593	2,9%
1985	2849323	6616696000	0,0%	620630171	0,5%	175801778	1,6%
1986	731838	7195123000	0,0%	606630207	0,1%	148899523	0,5%
1987	934433	9802948000	0,0%	745046847	0,1%	137222245	0,7%
1988	5155884	12820429000	0,0%	993708513	0,5%	185832474	2,8%
1989	4682510	14979878000	0,0%	1061990807	0,4%	268670374	1,7%
1990	2956479	17904699000	0,0%	1072876109	0,3%	556526375	0,5%
1991	3820572	19009566000	0,0%	177160962	2,2%	273109928	1,4%
1992	2689987	20388748000	0,0%	213461837	1,3%	260813878	1,0%
1993	1586177	19367210000	0,0%	315394899	0,5%	153988880	1,0%
1994	2603725	22346764000	0,0%	129173692	2,0%	197005465	1,3%
1995	1491405	25083034000	0,0%	251543780	0,6%	219791258	0,7%
1996	11048373	27070420000	0,0%	342624276	3,2%	252476399	4,4%
1997	10818000	30624739000	0,0%	399791502	2,7%	271637630	4,0%
1998	12130000	34490772000	0,0%	597490049	2,0%	301422091	4,0%
1999	12240000	37505656000	0,0%	466405962	2,6%	249512852	4,9%
2000	13043000	43257180000	0,0%	482532097	2,7%	336971596	3,9%
2001	12713000	44053966000	0,0%	426772000	3,0%	415777000	3,1%
2002	11482000	40655880000	0,0%	382352000	3,0%	353981000	3,2%

Porém, foi em 1999 que as importações de Portugal do Malawi assumiram maior peso no seio dos países da SADC, com 4,9%. Apesar de um volume inferior face a 2000, os 12 milhões de euros importados do Malawi em 1999 corresponderam a 2,6% do total importado de toda a África Sub-Sahariana.

No ano de 1997, quando Portugal teve o seu maior registo em exportações, exportou sobretudo veículos automóveis, tractores, ciclo e outros veículos terrestres, mas também reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos. Estes produtos são essencialmente os principais e mais exportados para o Malawi para o período em análise.

No que toca a importações, os açúcares e produtos de confeitaria, bem como tabacos e sucedâneos de tabaco foram sempre os produtos preferenciais de Portugal nas suas trocas comerciais com o Malawi, especialmente no período compreendido entre 1996 e 2002.

1.2 O Lesoto

O Lesoto é um país de pequena dimensão e como tal a sua expressão em matéria de trocas comerciais com Portugal é praticamente nula. No período em análise, de 1975 a 2002, o peso do comércio de Portugal com o Lesoto na SADC, na África Sub-Sahariana e no mundo, nunca atingiu 1%, seja em exportações, seja em importações.

Denota-se, no entanto, um maior peso das exportações face às importações. O ano mais significativo, comparando com os restantes parceiros da SADC, foi o de 1987, quando o peso do Lesoto nas exportações totais de Portugal com a SADC ascendeu a 0,1%, o correspondente a 148 mil euros. No entanto, foi em 1992 que o volume de exportações foi maior para o período em análise, ascendendo a 150 mil euros.

Registe-se ainda que num total de 27 anos em análise, Portugal apresenta 10 anos em que não registou qualquer exportação para o Lesoto, nomeadamente, de 1975 a 1978, 1982 e 1983, 1995 e 1996, e 1998.

PORTUGAL/LESOTO

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Lesoto nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Lesoto nas Exp. Port. p/ África Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso do Lesoto nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	0	246047000	0,0%	24216010	0,0%	13665815	0,0%
1976	0	274780000	0,0%	18081364	0,0%	11448355	0,0%
1977	0	387492000	0,0%	34066380	0,0%	23743084	0,0%
1978	0	530973000	0,0%	36822358	0,0%	24904530	0,0%
1979	200	878137000	0,0%	58541395	0,0%	38930324	0,0%
1980	0	1155331000	0,0%	84623478	0,0%	61542991	0,0%
1981	20221	1281475000	0,0%	118020241	0,0%	89713111	0,0%
1982	0	1654725000	0,0%	145458824	0,0%	71801497	0,0%
1983	0	2536728000	0,0%	172561342	0,0%	108577533	0,0%
1984	18146	3793757000	0,0%	273763121	0,0%	170073563	0,0%
1985	1840	4847053000	0,0%	350098947	0,0%	167190654	0,0%
1986	5845	5398295000	0,0%	320452704	0,0%	98224432	0,0%
1987	148152	6539254000	0,0%	315865529	0,0%	111236613	0,1%
1988	1516	7890770000	0,0%	405087484	0,0%	200276882	0,0%
1989	1975	10054322000	0,0%	576073658	0,0%	317039869	0,0%
1990	78785	11650909000	0,0%	665645828	0,0%	330342286	0,0%
1991	32022	11742118000	0,0%	559059532	0,0%	467716276	0,0%
1992	150267	12346254000	0,0%	765642302	0,0%	611999436	0,0%
1993	99759	12342118000	0,0%	495615566	0,0%	351632872	0,0%
1994	5000	14842424000	0,0%	470396345	0,0%	326987535	0,0%
1995	0	17466999000	0,0%	529319345	0,0%	352172486	0,0%
1996	0	18933709000	0,0%	649798984	0,0%	417717612	0,0%
1997	35000	20924821000	0,0%	720837781	0,0%	515571430	0,0%
1998	0	22251543000	0,0%	706731776	0,0%	501929754	0,0%
1999	5000	23025907000	0,0%	620619307	0,0%	419882196	0,0%
2000	10000	26378762000	0,0%	783032891	0,0%	530929144	0,0%
2001	1000	27322792000	0,0%	832789000	0,0%	654733000	0,0%
2002	42000	27089805000	0,0%	930158000	0,0%	716816000	0,0%

Se as exportações para o Lesoto assumem um valor quase residual naquela zona regional de África, as importações são ainda mais precárias. Portugal regista 16 anos sem importar qualquer produto do Lesoto, nomeadamente, de 1975 a 1979, 1981 e 1982, 1984 e 1985, 1988, 1996, e de 1998 a 2002.

Só em 1993 e 1994, as importações portuguesas do Lesoto registaram 0,1% do total importado da SADC, correspondendo a 84 e 100 mil euros, respectivamente. Sublinhe-se que o total das importações feitas por Portugal em países da SADC ascendeu em 1993 a 153 milhões de euros e em 1994 a 197

milhões de euros. Curiosamente, só em 1994 o volume importado do Lesoto significou 0,1% do total importado por Portugal da África Sub-Sahariana, que nesse ano foi de 129 milhões de euros.

**Importações
(unidade: euros)**

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Lesoto nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Lesoto nas Imp. Port. p/ África Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso do Lesoto nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	0	496174000	0,0%	33196362	0,0%	23942550	0,0%
1976	0	652719000	0,0%	34847742	0,0%	19386196	0,0%
1977	0	950980000	0,0%	43427525	0,0%	18914562	0,0%
1978	0	1147875000	0,0%	33422642	0,0%	19373677	0,0%
1979	0	1655642000	0,0%	65034941	0,0%	36384811	0,0%
1980	733	2371717000	0,0%	110355318	0,0%	34496138	0,0%
1981	0	3037751000	0,0%	153482522	0,0%	38628375	0,0%
1982	0	3760840000	0,0%	262471274	0,0%	52477864	0,0%
1983	758	3488294000	0,0%	301577623	0,0%	55700257	0,0%
1984	0	5789214000	0,0%	594276518	0,0%	92847593	0,0%
1985	0	6616696000	0,0%	620630171	0,0%	175801778	0,0%
1986	1182	7195123000	0,0%	606630207	0,0%	148899523	0,0%
1987	3566	9802948000	0,0%	745046847	0,0%	137222245	0,0%
1988	0	12820429000	0,0%	993708513	0,0%	185832474	0,0%
1989	394	14979878000	0,0%	1061990807	0,0%	268670374	0,0%
1990	22650	17904699000	0,0%	1072876109	0,0%	556526375	0,0%
1991	33115	19009566000	0,0%	177160962	0,0%	273109928	0,0%
1992	24481	20388748000	0,0%	213461837	0,0%	260813878	0,0%
1993	84795	19367210000	0,0%	315394899	0,0%	153988880	0,1%
1994	100000	22346764000	0,0%	129173692	0,1%	197005465	0,1%
1995	75000	25083034000	0,0%	251543780	0,0%	219791258	0,0%
1996	0	27070420000	0,0%	342624276	0,0%	252476399	0,0%
1997	15000	30624739000	0,0%	399791502	0,0%	271637630	0,0%
1998	0	34490772000	0,0%	597490049	0,0%	301422091	0,0%
1999	0	37505656000	0,0%	466405962	0,0%	249512852	0,0%
2000	0	43257180000	0,0%	482532097	0,0%	336971596	0,0%
2001	0	44053966000	0,0%	426772000	0,0%	415777000	0,0%
2002	0	40655880000	0,0%	382352000	0,0%	353981000	0,0%

A par do Malawi, Portugal exporta para o Lesoto, quase sempre e na maioria, máquinas, aparelhos e materiais eléctricos, aparelhos de gravação ou reprodução de som e imagem e de som em televisão. Muito pontualmente, Portugal chegou a exportar também reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

Os produtos mais importados foram vestuário e acessórios de vestuário. Muito pontualmente e com valor insignificante, Portugal importou pérolas naturais ou cultivadas, preciosas ou semi-preciosas, metais preciosos, bijuteria, bem como pastas, feltros e falsos tecidos e artigos de cordoaria.

1.3 A África do Sul

A África do Sul é o país mais importante, a seguir a Angola e Moçambique, ou seja, de todos os países da SADC.

Praticamente desde 1975, as exportações portuguesas para este país foram sempre em ordem crescente e bastante estáveis. Em 1975, o volume exportado ascendeu a 1,7 milhões de euros e, em 2002, esse volume já atingia os 60 milhões de euros.

Em 1976, as exportações portuguesas para África do Sul pesavam 25,1% do total exportado para países da SADC. Em 2002, esse peso diminuiu para 8,4%, apesar do extraordinário aumento em valor das exportações para aquele país.

As exportações para África Sul têm um registo muito distinto quando comparadas com os restantes países da SADC. A média mantém-se entre 8% e 12% do total exportado para a zona.

No entanto, quando comparadas com o total exportado por Portugal para o mundo, África do Sul dificilmente consegue atingir 1% do total exportado ao longo dos anos em análise. Só em por duas vezes, em 1976 e 1977, o peso dessas exportações superaram a barreira de 1% do total exportado de Portugal para o mundo.

Tendo em conta a África Sub-Sahariana, as exportações para África do Sul também apresentam um desempenho bem acima da média, quando comparadas com os restantes países da SADC. Em 1976, o peso das exportações para África Sul traduziram-se em 15,9% do total exportado para a África Sub-Sahariana, o melhor registo para o período em análise. Excluindo o ano de 1976, a média mantém-se entre os 5% e os 7%.

O produto que Portugal mais exporta para África do Sul e que se mantém regulares ao longo do período em análise é principalmente a cortiça, só muito poucas vezes ultrapassada pelas fibras sintéticas ou artificiais descontínuas.

Para além destas duas categorias de produtos, a concorrência mais directa nos produtos exportados são os reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

PORTUGAL/ÁFRICA DO SUL

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Áf. Sul nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Áf Sul nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Áf Sul nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	1735602	246047000	0,7%	24216010	7,2%	13665815	12,7%
1976	2870192	274780000	1,0%	18081364	15,9%	11448355	25,1%
1977	4531219	387492000	1,2%	34066380	13,3%	23743084	19,1%
1978	2388658	530973000	0,4%	36822358	6,5%	24904530	9,6%
1979	3528027	878137000	0,4%	58541395	6,0%	38930324	9,1%
1980	6653260	1155331000	0,6%	84623478	7,9%	61542991	10,8%
1981	9331526	1281475000	0,7%	118020241	7,9%	89713111	10,4%
1982	8849392	1654725000	0,5%	145458824	6,1%	71801497	12,3%
1983	16502489	2536728000	0,7%	172561342	9,6%	108577533	15,2%
1984	25450544	3793757000	0,7%	273763121	9,3%	170073563	15,0%
1985	12725561	4847053000	0,3%	350098947	3,6%	167190654	7,6%
1986	11785616	5398295000	0,2%	320452704	3,7%	98224432	12,0%
1987	13027029	6539254000	0,2%	315865529	4,1%	111236613	11,7%
1988	23314342	7890770000	0,3%	405087484	5,8%	200276882	11,6%
1989	29654771	10054322000	0,3%	576073658	5,1%	317039869	9,4%
1990	24602198	11650909000	0,2%	665645828	3,7%	330342286	7,4%
1991	32239846	11742118000	0,3%	559059532	5,8%	467716276	6,9%
1992	24332458	12346254000	0,2%	765642302	3,2%	611999436	4,0%
1993	29967777	12342118000	0,2%	495615566	6,0%	351632872	8,5%
1994	38252810	14842424000	0,3%	470396345	8,1%	326987535	11,7%
1995	45106293	17466999000	0,3%	529319345	8,5%	352172486	12,8%
1996	60000000	18933709000	0,3%	649798984	9,2%	417717612	14,4%
1997	65121000	20924821000	0,3%	720837781	9,0%	515571430	12,6%
1998	58833000	22251543000	0,3%	706731776	8,3%	501929754	11,7%
1999	58908000	23025907000	0,3%	620619307	9,5%	419882196	14,0%
2000	59656000	26378762000	0,2%	783032891	7,6%	530929144	11,2%
2001	58862000	27322792000	0,2%	832789000	7,1%	654733000	9,0%
2002	60492000	27089805000	0,2%	930158000	6,5%	716816000	8,4%

As máquinas, aparelhos e materiais eléctricos, aparelhos de som e vídeos são a quarta categoria de produtos mais exportados para África do Sul.

No que toca a importações de África do Sul, as categorias de produtos de referência que mais sustentam os volume registados de trocas comerciais são apenas dois.

Importações
(unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso África Sul nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso África Sul nas Imp. Port. p/ África Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso da África Sul nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	3057980	496174000	0,6%	33196362	9,2%	23942550	12,8%
1976	4486582	652719000	0,7%	34847742	12,9%	19386196	23,1%
1977	7913772	950980000	0,8%	43427525	18,2%	18914562	41,8%
1978	10732759	1147875000	0,9%	33422642	32,1%	19373677	55,4%
1979	15052373	1655642000	0,9%	65034941	23,1%	36384811	41,4%
1980	13625791	2371717000	0,6%	110355318	12,3%	34496138	39,5%
1981	11756013	3037751000	0,4%	153482522	7,7%	38628375	30,4%
1982	17408450	3760840000	0,5%	262471274	6,6%	52477864	33,2%
1983	18848629	3488294000	0,5%	301577623	6,3%	55700257	33,8%
1984	23129358	5789214000	0,4%	594276518	3,9%	92847593	24,9%
1985	40316302	6616696000	0,6%	620630171	6,5%	175801778	22,9%
1986	45405991	7195123000	0,6%	606630207	7,5%	148899523	30,5%
1987	51808292	9802948000	0,5%	745046847	7,0%	137222245	37,8%
1988	82529419	12820429000	0,6%	993708513	8,3%	185832474	44,4%
1989	113702955	14979878000	0,8%	1061990807	10,7%	268670374	42,3%
1990	127359762	17904699000	0,7%	1072876109	11,9%	556526375	22,9%
1991	111829061	19009566000	0,6%	177160962	63,1%	273109928	40,9%
1992	95926352	20388748000	0,5%	213461837	44,9%	260813878	36,8%
1993	82585967	19367210000	0,4%	315394899	26,2%	153988880	53,6%
1994	94587045	22346764000	0,4%	129173692	73,2%	197005465	48,0%
1995	97380313	25083034000	0,4%	251543780	38,7%	219791258	44,3%
1996	90412000	27070420000	0,3%	342624276	26,4%	252476399	35,8%
1997	106059000	30624739000	0,3%	399791502	26,5%	271637630	39,0%
1998	118993000	34490772000	0,3%	597490049	19,9%	301422091	39,5%
1999	100283000	37505656000	0,3%	466405962	21,5%	249512852	40,2%
2000	134231000	43257180000	0,3%	482532097	27,8%	336971596	39,8%
2001	120502000	44053966000	0,3%	426772000	28,2%	415777000	29,0%
2002	124535000	40655880000	0,3%	382352000	32,6%	353981000	35,2%

Os combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, as matérias betuminosas e as ceras minerais, são sem qualquer margem de dúvida os produtos mais comprados por Portugal à África do Sul.

Como segunda categoria mais importante no volume de compras portuguesas a África do Sul surgem os peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Analisando as importações, percebe-se que Portugal é um país altamente importador de produtos sul africanos, apesar do total de importações por ano, de 1975 a 2002, não ultrapassar nenhuma vez 1% daquilo que o país importa do mundo.

No entanto, em 1978, destaque-se, de todas importações feitas em países da SADC, 55,4% tiveram origem na África do Sul. Registo semelhante voltou a verificar-se em 1993, quando Portugal importou 82 milhões de euros de África do Sul, cerca de 53,6% do total importado da SADC.

O maior volume de importação registou-se em 2000, tendo o volume de importação atingido os 134 milhões de euros, correspondendo a 29% do total importado dos países da SADC.

O peso que África do Sul assume na importações totais de Portugal na África Sub-Sahariana também é relevante, nomeadamente em 1994, quando esse peso se traduziu em 73,2%.

1.4 O Botswana

O Botswana é um país sem grande importância para Portugal ao nível das exportações, mas do qual Portugal é altamente importador quando se compara com os restantes países da SADC.

As exportações portuguesas para o Botswana, nomeadamente no seio dos países que compõem a SADC, não tiveram nenhuma expressão de 1975 a 1979, ganhando uma ligeira força posteriormente de 1980 até 1999. Os anos de 1999 e 2000, são de facto dois anos onde o Botswana se mostra um cliente dos produtos portugueses, merecedor de algum registo.

Em 1999, o Botswana comprou 7,6 milhões de euros em mercadorias, quando o melhor registo até então tinha sido precisamente o ano anterior (1998), quando importou 832 mil euros de produtos. O ano 2000 foi o ano em que o

Botswana mais importou de Portugal – 19 milhões de euros – o correspondente a 3,6% do total que Portugal exportou para os países da SADC. Os anos de 2001 e 2002, foram também dois excelentes anos, com volumes de 15 e 17 milhões de euros, respectivamente.

PORTUGAL/BOTSWANA

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Botswana nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Botswana nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Botswana nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	0	246047000	0,0%	24216010	0,0%	13665815	0,0%
1976	0	274780000	0,0%	18081364	0,0%	11448355	0,0%
1977	0	387492000	0,0%	34066380	0,0%	23743084	0,0%
1978	0	530973000	0,0%	36822358	0,0%	24904530	0,0%
1979	0	878137000	0,0%	58541395	0,0%	38930324	0,0%
1980	2798	1155331000	0,0%	84623478	0,0%	61542991	0,0%
1981	31409	1281475000	0,0%	118020241	0,0%	89713111	0,0%
1982	31050	1654725000	0,0%	145458824	0,0%	71801497	0,0%
1983	27967	2536728000	0,0%	172561342	0,0%	108577533	0,0%
1984	11886	3793757000	0,0%	273763121	0,0%	170073563	0,0%
1985	6284	4847053000	0,0%	350098947	0,0%	167190654	0,0%
1986	4559	5398295000	0,0%	320452704	0,0%	98224432	0,0%
1987	13706	6539254000	0,0%	315865529	0,0%	111236613	0,0%
1988	89229	7890770000	0,0%	405087484	0,0%	200276882	0,0%
1989	478152	10054322000	0,0%	576073658	0,1%	317039869	0,2%
1990	164907	11650909000	0,0%	665645828	0,0%	330342286	0,0%
1991	12165	11742118000	0,0%	559059532	0,0%	467716276	0,0%
1992	90851	12346254000	0,0%	765642302	0,0%	611999436	0,0%
1993	125000	12342118000	0,0%	495615566	0,0%	351632872	0,0%
1994	0	14842424000	0,0%	470396345	0,0%	326987535	0,0%
1995	20000	17466999000	0,0%	529319345	0,0%	352172486	0,0%
1996	44891	18933709000	0,0%	649798984	0,0%	417717612	0,0%
1997	20000	20924821000	0,0%	720837781	0,0%	515571430	0,0%
1998	832992	22251543000	0,0%	706731776	0,1%	501929754	0,2%
1999	7636595	23025907000	0,0%	620619307	1,2%	419882196	1,8%
2000	19044103	26378762000	0,1%	783032891	2,4%	530929144	3,6%
2001	15481000	27322792000	0,1%	832789000	1,9%	654733000	2,4%
2002	17443000	27089805000	0,1%	930158000	1,9%	716816000	2,4%

Em termos de importações, o registo também não é animador, apesar de demonstrar que Portugal é um país altamente importador do Botswana, face às exportações. Verificamos que de 1975 a 1996, as importações são meramente residuais e só a partir de 1999 é que Portugal importa do Botswana 15,4 milhões

de euros, o correspondente a 2,1% do total das importações feitas em todos os países da SADC, aumentando significativamente esse valor nos anos subsequentes. Em 2001 e 2002, Portugal importa 18,8 milhões e 21,7 milhões de euros, respectivamente, o que corresponde a um peso de 4,5% e 6,1% do total importado por Portugal na SADC, respectivamente.

**Importações
(unidade: euros)**

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Botswana nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Botswana nas Imp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso do Botswana nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	10	496174000	0,0%	33196362	0,0%	23942550	0,0%
1976	0	652719000	0,0%	34847742	0,0%	19386196	0,0%
1977	284619	950980000	0,0%	43427525	0,7%	18914562	1,5%
1978	4135	1147875000	0,0%	33422642	0,0%	19373677	0,0%
1979	15697	1655642000	0,0%	65034941	0,0%	36384811	0,0%
1980	0	2371717000	0,0%	110355318	0,0%	34496138	0,0%
1981	12584	3037751000	0,0%	153482522	0,0%	38628375	0,0%
1982	50	3760840000	0,0%	262471274	0,0%	52477864	0,0%
1983	0	3488294000	0,0%	301577623	0,0%	55700257	0,0%
1984	14614	5789214000	0,0%	594276518	0,0%	92847593	0,0%
1985	0	6616696000	0,0%	620630171	0,0%	175801778	0,0%
1986	24485	7195123000	0,0%	606630207	0,0%	148899523	0,0%
1987	183592	9802948000	0,0%	745046847	0,0%	137222245	0,1%
1988	0	12820429000	0,0%	993708513	0,0%	185832474	0,0%
1989	16480	14979878000	0,0%	1061990807	0,0%	268670374	0,0%
1990	6289	17904699000	0,0%	1072876109	0,0%	556526375	0,0%
1991	24066	19009566000	0,0%	177160962	0,0%	273109928	0,0%
1992	369464	20388748000	0,0%	213461837	0,2%	260813878	0,1%
1993	159615	19367210000	0,0%	315394899	0,1%	153988880	0,1%
1994	0	22346764000	0,0%	129173692	0,0%	197005465	0,0%
1995	44891	25083034000	0,0%	251543780	0,0%	219791258	0,0%
1996	0	27070420000	0,0%	342624276	0,0%	252476399	0,0%
1997	5000	30624739000	0,0%	399791502	0,0%	271637630	0,0%
1998	174579	34490772000	0,0%	597490049	0,0%	301422091	0,1%
1999	5212438	37505656000	0,0%	466405962	1,1%	249512852	2,1%
2000	15437794	43257180000	0,0%	482532097	3,2%	336971596	4,6%
2001	18899000	44053966000	0,0%	426772000	4,4%	415777000	4,5%
2002	21730000	40655880000	0,1%	382352000	5,7%	353981000	6,1%

Sem dúvida que o Botswana tem em Portugal um bom cliente, os valores importados assumem um grande peso no total das importações com origem em toda a África Sub-Sahariana e, sobretudo, na SADC.

Em matéria de principais produtos exportados, Portugal vende para o Botswana sobretudo, mas em poucas quantidades, máquinas, aparelhos e materiais eléctricos, aparelhos de gravação e reprodução de som e imagem, bem como reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

Depois, e de forma variada e alternada, vende as seguintes categorias de produtos: algodão, armas e munições, obras em ferro fundido, ferro ou aço.

Ao nível das importações, onde o Botswana se destaca dentro dos países mais pequenos da SADC, Portugal compra essencialmente carnes e miudezas, e comestíveis. Outro dos produtos mais comprados por Portugal no Botswana são as peles, excepto peles com couro, e couros, obras de couro, peles com pelo e obras de peles com pelo e peles com pelo artificiais.

1.5 A Namíbia

A Namíbia é provavelmente dos países menos relevantes com que Portugal desenvolve trocas comerciais.

No período em análise, o peso relativo das exportações portuguesas naquele país não atingem nunca 1% do total exportado por Portugal para os países da SADC. De 1975 a 1989, Portugal nunca exportou qualquer produto para a Namíbia. Em 1990, ano em que aparecem os primeiros registos, Portugal vendeu 129 mil euros de mercadorias para a Namíbia e até 2002 o melhor registo em termos de trocas verificou-se em 1998, quando o montante de vendas ascendeu a 2,7 milhões de euros, apesar de em 2002 esse valor aproximar-se muito dos 2 milhões de euros. São no entanto fatias muito insignificantes ao nível das exportações portuguesas para a África Sub-Sahariana e para o conjunto de países que formam a SADC.

PORTUGAL/NAMÍBIA

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Namíbia nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Namíbia nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Namíbia nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	0	246047000	0,0%	24216010	0,0%	13665815	0,0%
1976	0	274780000	0,0%	18081364	0,0%	11448355	0,0%
1977	0	387492000	0,0%	34066380	0,0%	23743084	0,0%
1978	0	530973000	0,0%	36822358	0,0%	24904530	0,0%
1979	0	878137000	0,0%	58541395	0,0%	38930324	0,0%
1980	0	1155331000	0,0%	84623478	0,0%	61542991	0,0%
1981	0	1281475000	0,0%	118020241	0,0%	89713111	0,0%
1982	0	1654725000	0,0%	145458824	0,0%	71801497	0,0%
1983	0	2536728000	0,0%	172561342	0,0%	108577533	0,0%
1984	0	3793757000	0,0%	273763121	0,0%	170073563	0,0%
1985	0	4847053000	0,0%	350098947	0,0%	167190654	0,0%
1986	0	5398295000	0,0%	320452704	0,0%	98224432	0,0%
1987	0	6539254000	0,0%	315865529	0,0%	111236613	0,0%
1988	0	7890770000	0,0%	405087484	0,0%	200276882	0,0%
1989	0	10054322000	0,0%	576073658	0,0%	317039869	0,0%
1990	129722	11650909000	0,0%	665645828	0,0%	330342286	0,0%
1991	116184	11742118000	0,0%	559059532	0,0%	467716276	0,0%
1992	254142	12346254000	0,0%	765642302	0,0%	611999436	0,0%
1993	808052	12342118000	0,0%	495615566	0,2%	351632872	0,2%
1994	414002	14842424000	0,0%	470396345	0,1%	326987535	0,1%
1995	1880468	17466999000	0,0%	529319345	0,4%	352172486	0,5%
1996	2319410	18933709000	0,0%	649798984	0,4%	417717612	0,6%
1997	309254	20924821000	0,0%	720837781	0,0%	515571430	0,1%
1998	2708472	22251543000	0,0%	706731776	0,4%	501929754	0,5%
1999	568629	23025907000	0,0%	620619307	0,1%	419882196	0,1%
2000	1446513	26378762000	0,0%	783032891	0,2%	530929144	0,3%
2001	759000	27322792000	0,0%	832789000	0,1%	654733000	0,1%
2002	1965000	27089805000	0,0%	930158000	0,2%	716816000	0,3%

Ao nível das importações, o cenário é em tudo muito idêntico. Tal como não houve exportações para a Namíbia até 1989, também não houve qualquer registo em termos de compras portuguesas àquele país.

No entanto, por três vezes, de 1989 a 2002, a Namíbia consegue traduzir um peso superior ou igual a 1% do total das importações feitas por Portugal em toda a SADC: em 1993 (1,3%), em 1994 (1,2%) e em 2002 (1,1%).

Em 1990, ano do primeiro registo de produtos importados por Portugal à Namíbia, o montante ascendeu a 1,6 milhões de euros, tendo vindo a crescer até 2002, ano em que apresentou 3,7 milhões de euros de produtos importados.

Importações
(unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Namíbia nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Namíbia nas Imp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso da Namíbia nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	0	496174000	0,0%	33196362	0,0%	23942550	0,0%
1976	0	652719000	0,0%	34847742	0,0%	19386196	0,0%
1977	0	950980000	0,0%	43427525	0,0%	18914562	0,0%
1978	0	1147875000	0,0%	33422642	0,0%	19373677	0,0%
1979	0	1655642000	0,0%	65034941	0,0%	36384811	0,0%
1980	0	2371717000	0,0%	110355318	0,0%	34496138	0,0%
1981	0	3037751000	0,0%	153482522	0,0%	38628375	0,0%
1982	0	3760840000	0,0%	262471274	0,0%	52477864	0,0%
1983	0	3488294000	0,0%	301577623	0,0%	55700257	0,0%
1984	0	5789214000	0,0%	594276518	0,0%	92847593	0,0%
1985	0	6616696000	0,0%	620630171	0,0%	175801778	0,0%
1986	0	7195123000	0,0%	606630207	0,0%	148899523	0,0%
1987	0	9802948000	0,0%	745046847	0,0%	137222245	0,0%
1988	0	12820429000	0,0%	993708513	0,0%	185832474	0,0%
1989	0	14979878000	0,0%	1061990807	0,0%	268670374	0,0%
1990	1640606	17904699000	0,0%	1072876109	0,2%	556526375	0,3%
1991	690391	19009566000	0,0%	177160962	0,4%	273109928	0,3%
1992	1253928	20388748000	0,0%	213461837	0,6%	260813878	0,5%
1993	2070011	19367210000	0,0%	315394899	0,7%	153988880	1,3%
1994	2319410	22346764000	0,0%	129173692	1,8%	197005465	1,2%
1995	2084975	25083034000	0,0%	251543780	0,8%	219791258	0,9%
1996	1147235	27070420000	0,0%	342624276	0,3%	252476399	0,5%
1997	528725	30624739000	0,0%	399791502	0,1%	271637630	0,2%
1998	2543869	34490772000	0,0%	597490049	0,4%	301422091	0,8%
1999	1865504	37505656000	0,0%	466405962	0,4%	249512852	0,7%
2000	2997775	43257180000	0,0%	482532097	0,6%	336971596	0,9%
2001	3898000	44053966000	0,0%	426772000	0,9%	415777000	0,9%
2002	3772000	40655880000	0,0%	382352000	1,0%	353981000	1,1%

Ao nível das exportações, podemos afirmar que Portugal foi um vendedor de variados produtos para a Namíbia que, no seu conjunto, preferiram montantes razoáveis. Numa primeira fase, desde que há registos a partir de 1990, Portugal exportou sobretudo preparações de produtos hortícolas, de frutas e outras partes de plantas. Numa segunda fase, as máquinas, aparelhos e materiais eléctricos,

aparelhos de gravação e reprodução de som e imagem ganharam maior dimensão no peso das vendas.

Mas produtos como cerâmica, fibras sintéticas ou artificiais, pastas, feltros e falsos tecidos, fios especiais, cordéis, cordas e cabos, bem como sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações para lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, ‘ceras’ para dentistas e composições para dentistas à base de gesso, estiveram sempre na lista regular da Namíbia.

1.6 O Zimbabwe

O Zimbabwe é um país que consegue assumir uma preponderância comercial com Portugal bem melhor que a Namíbia, mas nem por isso extraordinária. Em termos de exportações, apesar de ser um país irrelevante nas exportações totais de Portugal no mundo, assume-se com um peso bem razoável e regular no total das exportações portuguesas para a África Sub-Sahariana e para os países que compõem a SADC.

De 1975 a 1979 Portugal nada exportou para o Zimbabwe. Em 1980, Portugal exportou para a SADC 61 milhões de euros, tendo o Zimbabwe representado nesse bolo a fatia de 1,3% do total dos produtos exportados.

Em 1993, Portugal exportou 351 milhões de euros para os países da SADC, tendo o Zimbabwe representado 2,7% desse mesmo total, ou seja, comprou 9,3 milhões de euros de produtos portugueses.

Segundo os últimos dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (INE, 2003), em 2002, Portugal vendeu 2,8 milhões de euros em mercadorias para o Zimbabwe, representando apenas 0,4% do total exportado por Portugal para os países da SADC.

Em matéria de importações, Portugal volta a revelar-se um bom cliente nas relações com o Zimbabwe. Apesar de 1975 a 1978 não haver registos de

importações, a partir de 1979, o Zimbabwe assume um peso de destaque no total de importações efectuadas por Portugal na SADC.

PORTUGAL/ZIMBABWE

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Zimbabwe nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Zimbabwe nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Zimbabwe nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	0	246047000	0,0%	24216010	0,0%	13665815	0,0%
1976	0	274780000	0,0%	18081364	0,0%	11448355	0,0%
1977	0	387492000	0,0%	34066380	0,0%	23743084	0,0%
1978	0	530973000	0,0%	36822358	0,0%	24904530	0,0%
1979	0	878137000	0,0%	58541395	0,0%	38930324	0,0%
1980	780633	1155331000	0,1%	84623478	0,9%	61542991	1,3%
1981	465986	1281475000	0,0%	118020241	0,4%	89713111	0,5%
1982	341851	1654725000	0,0%	145458824	0,2%	71801497	0,5%
1983	707150	2536728000	0,0%	172561342	0,4%	108577533	0,7%
1984	178190	3793757000	0,0%	273763121	0,1%	170073563	0,1%
1985	223426	4847053000	0,0%	350098947	0,1%	167190654	0,1%
1986	166319	5398295000	0,0%	320452704	0,1%	98224432	0,2%
1987	567896	6539254000	0,0%	315865529	0,2%	111236613	0,5%
1988	1426287	7890770000	0,0%	405087484	0,4%	200276882	0,7%
1989	1217760	10054322000	0,0%	576073658	0,2%	317039869	0,4%
1990	4775895	11650909000	0,0%	665645828	0,7%	330342286	1,4%
1991	7216962	11742118000	0,1%	559059532	1,3%	467716276	1,5%
1992	8613152	12346254000	0,1%	765642302	1,1%	611999436	1,4%
1993	9347472	12342118000	0,1%	495615566	1,9%	351632872	2,7%
1994	5501740	14842424000	0,0%	470396345	1,2%	326987535	1,7%
1995	4663760	17466999000	0,0%	529319345	0,9%	352172486	1,3%
1996	3676140	18933709000	0,0%	649798984	0,6%	417717612	0,9%
1997	5860875	20924821000	0,0%	720837781	0,8%	515571430	1,1%
1998	6359673	22251543000	0,0%	706731776	0,9%	501929754	1,3%
1999	5970610	23025907000	0,0%	620619307	1,0%	419882196	1,4%
2000	5357089	26378762000	0,0%	783032891	0,7%	530929144	1,0%
2001	5507000	27322792000	0,0%	832789000	0,7%	654733000	0,8%
2002	2879000	27089805000	0,0%	930158000	0,3%	716816000	0,4%

Entre 1984 e 1991, Portugal passou de importações na casa dos 9 a 10 milhões de euros para 29,9 milhões de euros em 1990, anos em que o Zimbabwe chegou mesmo a pesar entre 10% e 12% do total importado da SADC.

Mas, em 1998, ano em que Portugal importou 301 milhões de euros de toda a SADC, 13,5% foi apenas do Zimbabwe, o correspondente a 40 milhões de

euros. O ano de 1998 foi mesmo o ano em que o Zimbabwe mais vendeu para Portugal, apesar do período de 1994 a 2002 representar um bom desempenho em matéria de importações portuguesas, mas que nunca representaram mais do que 0,1% do total importado por Portugal do mundo.

**Importações
(unidade: euros)**

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Zimbabwe nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Zimbabwe nas Imp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso do Zimbabwe nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	0	496174000	0,0%	33196362	0,0%	23942550	0,0%
1976	0	652719000	0,0%	34847742	0,0%	19386196	0,0%
1977	0	950980000	0,0%	43427525	0,0%	18914562	0,0%
1978	0	1147875000	0,0%	33422642	0,0%	19373677	0,0%
1979	2598	1655642000	0,0%	65034941	0,0%	36384811	0,0%
1980	4224309	2371717000	0,2%	110355318	3,8%	34496138	12,2%
1981	4863229	3037751000	0,2%	153482522	3,2%	38628375	12,6%
1982	5354500	3760840000	0,1%	262471274	2,0%	52477864	10,2%
1983	9285895	3488294000	0,3%	301577623	3,1%	55700257	16,7%
1984	10425838	5789214000	0,2%	594276518	1,8%	92847593	11,2%
1985	22564738	6616696000	0,3%	620630171	3,6%	175801778	12,8%
1986	10147639	7195123000	0,1%	606630207	1,7%	148899523	6,8%
1987	19054403	9802948000	0,2%	745046847	2,6%	137222245	13,9%
1988	23521014	12820429000	0,2%	993708513	2,4%	185832474	12,7%
1989	28014086	14979878000	0,2%	1061990807	2,6%	268670374	10,4%
1990	29920980	17904699000	0,2%	1072876109	2,8%	556526375	5,4%
1991	21176988	19009566000	0,1%	177160962	12,0%	273109928	7,8%
1992	6297223	20388748000	0,0%	213461837	3,0%	260813878	2,4%
1993	8669107	19367210000	0,0%	315394899	2,7%	153988880	5,6%
1994	26376432	22346764000	0,1%	129173692	20,4%	197005465	13,4%
1995	22625472	25083034000	0,1%	251543780	9,0%	219791258	10,3%
1996	35788749	27070420000	0,1%	342624276	10,4%	252476399	14,2%
1997	28740734	30624739000	0,1%	399791502	7,2%	271637630	10,6%
1998	40696920	34490772000	0,1%	597490049	6,8%	301422091	13,5%
1999	30955397	37505656000	0,1%	466405962	6,6%	249512852	12,4%
2000	23687912	43257180000	0,1%	482532097	4,9%	336971596	7,0%
2001	34258000	44053966000	0,1%	426772000	8,0%	415777000	8,2%
2002	23624000	40655880000	0,1%	382352000	6,2%	353981000	6,7%

Na análise das exportações para o Zimbabwe, podemos concluir que Portugal é essencialmente exportador de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas. Produtos como aeronaves, aparelhos aéreos, máquinas e materiais eléctricos, produtos diversos das indústrias químicas, produtos químicos, plástico

e obras de plástico, foram alternando entre si no peso das exportações para aquele país.

Em sentido inverso, verificamos que Portugal compra essencialmente tabacos e seus sucedâneos, bem como açúcares e produtos de confeitaria. Apesar de menos fluentes, as compras de algodão e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento, assumem uma relativa importância.

1.7 A Tanzânia

As exportações portuguesas para a Tanzânia são quase insignificantes, pese embora o volume que regista em termos de transações comerciais se situe acima da média, quando comparado com os países atrás analisados. Entre 1975 e 1987, os valores exportados nunca atingiram um milhão de euros. As exportações, para o período em análise, só por uma vez representaram mais de 1% do total exportado por Portugal para a SADC, nomeadamente em 1989, ano em que o volume exportado ascendeu a 3,6 milhões de euros. O ano de 1996 foi aquele que Portugal mais volume exportou (4,1 milhões de euros) para a Tanzânia, correspondendo a 1% do total exportado para a SADC (417 milhões de euros).

Portanto, a Tanzânia nunca se assumiu muito interessada em comprar produtos portugueses, representando 0,0% do que Portugal exporta para o mundo e tendo também um peso quase nulo no total exportado por Portugal para a África Sub-Sahariana.

Na análise das compras de produtos à Tanzânia, quase que se poderia afirmar que são inversamente proporcionais às exportações. No seio da SADC, podemos quase afirmar que a Tanzânia é talvez um dos países preferenciais para as compras portuguesas na região. Sem atingir grande volumes nos seus fluxos, Portugal manteve sempre, desde 1975, uma afluência estável nas suas trocas. Por exemplo, em 1995, Portugal comprou 21,9 milhões de euros de produtos à Tanzânia, tendo este volume representado 0,1% do total importado do mundo,

8,7% do total importado da África Sub-Sahariana e 10% do total importado da SADC.

PORTUGAL/TANZÂNIA

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Tanzânia nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Tanzânia nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Tanzânia nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	1620	246047000	0,0%	24216010	0,0%	13665815	0,0%
1976	3701	274780000	0,0%	18081364	0,0%	11448355	0,0%
1977	16006	387492000	0,0%	34066380	0,0%	23743084	0,1%
1978	58389	530973000	0,0%	36822358	0,2%	24904530	0,2%
1979	50149	878137000	0,0%	58541395	0,1%	38930324	0,1%
1980	23488	1155331000	0,0%	84623478	0,0%	61542991	0,0%
1981	26356	1281475000	0,0%	118020241	0,0%	89713111	0,0%
1982	63317	1654725000	0,0%	145458824	0,0%	71801497	0,1%
1983	224758	2536728000	0,0%	172561342	0,1%	108577533	0,2%
1984	135812	3793757000	0,0%	273763121	0,0%	170073563	0,1%
1985	194057	4847053000	0,0%	350098947	0,1%	167190654	0,1%
1986	139074	5398295000	0,0%	320452704	0,0%	98224432	0,1%
1987	384159	6539254000	0,0%	315865529	0,1%	111236613	0,3%
1988	1818502	7890770000	0,0%	405087484	0,4%	200276882	0,9%
1989	3695793	10054322000	0,0%	576073658	0,6%	317039869	1,2%
1990	2366292	11650909000	0,0%	665645828	0,4%	330342286	0,7%
1991	3718398	11742118000	0,0%	559059532	0,7%	467716276	0,8%
1992	1507631	12346254000	0,0%	765642302	0,2%	611999436	0,2%
1993	1137259	12342118000	0,0%	495615566	0,2%	351632872	0,3%
1994	922776	14842424000	0,0%	470396345	0,2%	326987535	0,3%
1995	2264542	17466999000	0,0%	529319345	0,4%	352172486	0,6%
1996	4194890	18933709000	0,0%	649798984	0,6%	417717612	1,0%
1997	803064	20924821000	0,0%	720837781	0,1%	515571430	0,2%
1998	414002	22251543000	0,0%	706731776	0,1%	501929754	0,1%
1999	214483	23025907000	0,0%	620619307	0,0%	419882196	0,1%
2000	374098	26378762000	0,0%	783032891	0,0%	530929144	0,1%
2001	664000	27322792000	0,0%	832789000	0,1%	654733000	0,1%
2002	249000	27089805000	0,0%	930158000	0,0%	716816000	0,0%

Verifica-se que nos últimos anos (de 1999 a 2002), Portugal tem vindo a diminuir o volume importado, mas nunca abaixo dos 10 milhões de euros.

Os tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados são os produtos mais exportados por Portugal para a Tanzânia. Sem grande relevância, encontramos ainda nas exportações portuguesas produtos como plástico e obras

de plástico, produtos químicos inorgânicos, produtos cerâmicos e alumínio e obras de alumínio.

Importações
(unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Tanzânia nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Tanzânia nas Imp. Port. p/ África Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso da Tanzânia nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	621397	496174000	0,1%	33196362	1,9%	23942550	2,6%
1976	551795	652719000	0,1%	34847742	1,6%	19386196	2,8%
1977	405368	950980000	0,0%	43427525	0,9%	18914562	2,1%
1978	477893	1147875000	0,0%	33422642	1,4%	19373677	2,5%
1979	1672010	1655642000	0,1%	65034941	2,6%	36384811	4,6%
1980	2405068	2371717000	0,1%	110355318	2,2%	34496138	7,0%
1981	2024301	3037751000	0,1%	153482522	1,3%	38628375	5,2%
1982	3270897	3760840000	0,1%	262471274	1,2%	52477864	6,2%
1983	4108727	3488294000	0,1%	301577623	1,4%	55700257	7,4%
1984	8388453	5789214000	0,1%	594276518	1,4%	92847593	9,0%
1985	12633044	6616696000	0,2%	620630171	2,0%	175801778	7,2%
1986	12549555	7195123000	0,2%	606630207	2,1%	148899523	8,4%
1987	8896449	9802948000	0,1%	745046847	1,2%	137222245	6,5%
1988	13865479	12820429000	0,1%	993708513	1,4%	185832474	7,5%
1989	15042023	14979878000	0,1%	1061990807	1,4%	268670374	5,6%
1990	13405198	17904699000	0,1%	1072876109	1,2%	556526375	2,4%
1991	15266687	19009566000	0,1%	177160962	8,6%	273109928	5,6%
1992	16645284	20388748000	0,1%	213461837	7,8%	260813878	6,4%
1993	19128899	19367210000	0,1%	315394899	6,1%	153988880	12,4%
1994	20924571	22346764000	0,1%	129173692	16,2%	197005465	10,6%
1995	21902215	25083034000	0,1%	251543780	8,7%	219791258	10,0%
1996	17168623	27070420000	0,1%	342624276	5,0%	252476399	6,8%
1997	18171207	30624739000	0,1%	399791502	4,5%	271637630	6,7%
1998	19617721	34490772000	0,1%	597490049	3,3%	301422091	6,5%
1999	10863818	37505656000	0,0%	466405962	2,3%	249512852	4,4%
2000	14669646	43257180000	0,0%	482532097	3,0%	336971596	4,4%
2001	11352000	44053966000	0,0%	426772000	2,7%	415777000	2,7%
2002	10583000	40655880000	0,0%	382352000	2,8%	353981000	3,0%

Já a Tanzânia, o produto que mais exporta para Portugal é essencialmente algodão. Peixes e crustáceos e moluscos são os segundos produtos mais importados por Portugal. Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel e tecidos de

fios de papel ganharam alguma relevância nas importações portuguesas mais recentes (no período em análise).

1.8 A Zâmbia

A Zâmbia, quer ao nível das exportações e das importações não seguramente um país privilegiado para Portugal em matéria de trocas comerciais. O peso que assume entre os restantes países em análise que compõem a SADC é francamente residual.

Em matéria de exportações, o ano de 1975 foi seguramente o ano mais importante. Foi o ano em que as compras da Zâmbia a Portugal mais impacto tiveram a nível global. Senão, note-se que, o volume exportado de 287 mil euros por Portugal para aquele país traduziu-se em 0,1% do total exportado para o mundo, 12% do total exportado para África Sub-Sahariana e 2,1% do total exportado para a SADC. Só mais tarde, em 1982, a Zâmbia voltou a significar algum peso nas exportações portuguesas, que ascenderam a 1,5 milhões de euros, cerca de 0,1% do total exportado por Portugal para o mundo, 1,1% do total exportado para África Sub-Sahariana e 2,2% do total para a SADC.

Nos 28 anos em análise, é ainda de sublinhar que em 12 desses anos as exportações para a Zâmbia corresponderam a 0,0% do total exportado Portugal para a SADC.

No que toca a importações, Portugal teve um ano em que se mostrou um verdadeiro comprador de produtos zambianos, nomeadamente, em 1979, quando comprou 3,8 milhões de euros de mercadorias, cerca de 10% do total importado de toda a SADC e 5,9% do total importado da África Sub-Sahariana. Depois, só em 1996 é que as importações portuguesas da Zâmbia retomaram alguma força, mantendo-se essa mesma força até 2002, quando foram importados 11,7 milhões de euros em mercadoria, 3,3% do total importado da SADC (35 milhões de euros), o correspondente a 3,1% do total importado da África Sub-Sahariana.

PORTUGAL/ZÂMBIA

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Zâmbia nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Zâmbia nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Zâmbia nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	287611	246047000	0,1%	24216010	1,2%	13665815	2,1%
1976	45515	274780000	0,0%	18081364	0,3%	11448355	0,4%
1977	31563	387492000	0,0%	34066380	0,1%	23743084	0,1%
1978	13008	530973000	0,0%	36822358	0,0%	24904530	0,1%
1979	34925	878137000	0,0%	58541395	0,1%	38930324	0,1%
1980	143778	1155331000	0,0%	84623478	0,2%	61542991	0,2%
1981	253354	1281475000	0,0%	118020241	0,2%	89713111	0,3%
1982	1557361	1654725000	0,1%	145458824	1,1%	71801497	2,2%
1983	37399	2536728000	0,0%	172561342	0,0%	108577533	0,0%
1984	29578	3793757000	0,0%	273763121	0,0%	170073563	0,0%
1985	20745	4847053000	0,0%	350098947	0,0%	167190654	0,0%
1986	50378	5398295000	0,0%	320452704	0,0%	98224432	0,1%
1987	49989	6539254000	0,0%	315865529	0,0%	111236613	0,0%
1988	70704	7890770000	0,0%	405087484	0,0%	200276882	0,0%
1989	165082	10054322000	0,0%	576073658	0,0%	317039869	0,1%
1990	186879	11650909000	0,0%	665645828	0,0%	330342286	0,1%
1991	200970	11742118000	0,0%	559059532	0,0%	467716276	0,0%
1992	61776	12346254000	0,0%	765642302	0,0%	611999436	0,0%
1993	179567	12342118000	0,0%	495615566	0,0%	351632872	0,1%
1994	229447	14842424000	0,0%	470396345	0,0%	326987535	0,1%
1995	140000	17466999000	0,0%	529319345	0,0%	352172486	0,0%
1996	44891	18933709000	0,0%	649798984	0,0%	417717612	0,0%
1997	384074	20924821000	0,0%	720837781	0,1%	515571430	0,1%
1998	69831	22251543000	0,0%	706731776	0,0%	501929754	0,0%
1999	64843	23025907000	0,0%	620619307	0,0%	419882196	0,0%
2000	139663	26378762000	0,0%	783032891	0,0%	530929144	0,0%
2001	974000	27322792000	0,0%	832789000	0,1%	654733000	0,1%
2002	635000	27089805000	0,0%	930158000	0,1%	716816000	0,1%

Para o período em análise, Portugal vendeu sobretudo bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, mas também máquinas e aparelhos eléctricos de som e imagem.

Importações
(unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Zâmbia nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Zâmbia nas Imp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso da Zâmbia nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	200701	496174000	0,0%	33196362	0,6%	23942550	0,8%
1976	59446	652719000	0,0%	34847742	0,2%	19386196	0,3%
1977	162248	950980000	0,0%	43427525	0,4%	18914562	0,9%
1978	227362	1147875000	0,0%	33422642	0,7%	19373677	1,2%
1979	3867264	1655642000	0,2%	65034941	5,9%	36384811	10,6%
1980	1408884	2371717000	0,1%	110355318	1,3%	34496138	4,1%
1981	475045	3037751000	0,0%	153482522	0,3%	38628375	1,2%
1982	535075	3760840000	0,0%	262471274	0,2%	52477864	1,0%
1983	124614	3488294000	0,0%	301577623	0,0%	55700257	0,2%
1984	2477893	5789214000	0,0%	594276518	0,4%	92847593	2,7%
1985	5363793	6616696000	0,1%	620630171	0,9%	175801778	3,1%
1986	686176	7195123000	0,0%	606630207	0,1%	148899523	0,5%
1987	250102	9802948000	0,0%	745046847	0,0%	137222245	0,2%
1988	1790130	12820429000	0,0%	993708513	0,2%	185832474	1,0%
1989	5183607	14979878000	0,0%	1061990807	0,5%	268670374	1,9%
1990	1545450	17904699000	0,0%	1072876109	0,1%	556526375	0,3%
1991	2192156	19009566000	0,0%	177160962	1,2%	273109928	0,8%
1992	2113272	20388748000	0,0%	213461837	1,0%	260813878	0,8%
1993	379086	19367210000	0,0%	315394899	0,1%	153988880	0,2%
1994	89783	22346764000	0,0%	129173692	0,1%	197005465	0,0%
1995	1311838	25083034000	0,0%	251543780	0,5%	219791258	0,6%
1996	9098073	27070420000	0,0%	342624276	2,7%	252476399	3,6%
1997	11043385	30624739000	0,0%	399791502	2,8%	271637630	4,1%
1998	12854021	34490772000	0,0%	597490049	2,2%	301422091	4,3%
1999	3037679	37505656000	0,0%	466405962	0,7%	249512852	1,2%
2000	6409552	43257180000	0,0%	482532097	1,3%	336971596	1,9%
2001	8614000	44053966000	0,0%	426772000	2,0%	415777000	2,1%
2002	11733000	40655880000	0,0%	382352000	3,1%	353981000	3,3%

No que toca a importações, fluxo maior nas trocas comerciais entre ambos os países, os produtos mais desejados por Portugal incidiram, fundamentalmente, em duas categorias: Açúcares e produtos de confeitaria, e algodão.

1.9 A Suazilândia

A Suazilândia é um dos país para onde Portugal menos exporta na SADC, pois em nenhuma vez o peso das exportações superou os 0,1% no total exportado por Portugal para a SADC. Apesar de registar alguns fluxos comerciais, houve

ainda três anos (de 1985 a 1987) em que Portugal não registou qualquer venda para este país. O ano em que Portugal mais volume atingiu foi em anos mais recentes, quando em 2002 atingiu os 952 mil euros em vendas, num ano onde o total exportado para a SADC atingiu os 716 milhões de euros e para a África Sub-Sahariana os 930 milhões de euros.

PORTUGAL/SUAZILÂNDIA

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Suazilândia nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Suazilândia nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Suazilândia nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	5845	246047000	0,0%	24216010	0,0%	13665815	0,0%
1976	1082	274780000	0,0%	18081364	0,0%	11448355	0,0%
1977	11098	387492000	0,0%	34066380	0,0%	23743084	0,0%
1978	8574	530973000	0,0%	36822358	0,0%	24904530	0,0%
1979	25014	878137000	0,0%	58541395	0,0%	38930324	0,1%
1980	44058	1155331000	0,0%	84623478	0,1%	61542991	0,1%
1981	42886	1281475000	0,0%	118020241	0,0%	89713111	0,0%
1982	32835	1654725000	0,0%	145458824	0,0%	71801497	0,0%
1983	57685	2536728000	0,0%	172561342	0,0%	108577533	0,1%
1984	11886	3793757000	0,0%	273763121	0,0%	170073563	0,0%
1985	0	4847053000	0,0%	350098947	0,0%	167190654	0,0%
1986	0	5398295000	0,0%	320452704	0,0%	98224432	0,0%
1987	0	6539254000	0,0%	315865529	0,0%	111236613	0,0%
1988	11193	7890770000	0,0%	405087484	0,0%	200276882	0,0%
1989	39115	10054322000	0,0%	576073658	0,0%	317039869	0,0%
1990	234185	11650909000	0,0%	665645828	0,0%	330342286	0,1%
1991	98422	11742118000	0,0%	559059532	0,0%	467716276	0,0%
1992	200	12346254000	0,0%	765642302	0,0%	611999436	0,0%
1993	5000	12342118000	0,0%	495615566	0,0%	351632872	0,0%
1994	100000	14842424000	0,0%	470396345	0,0%	326987535	0,0%
1995	334194	17466999000	0,0%	529319345	0,1%	352172486	0,1%
1996	458894	18933709000	0,0%	649798984	0,1%	417717612	0,1%
1997	259374	20924821000	0,0%	720837781	0,0%	515571430	0,1%
1998	144651	22251543000	0,0%	706731776	0,0%	501929754	0,0%
1999	194531	23025907000	0,0%	620619307	0,0%	419882196	0,0%
2000	433954	26378762000	0,0%	783032891	0,1%	530929144	0,1%
2001	865000	27322792000	0,0%	832789000	0,1%	654733000	0,1%
2002	952000	27089805000	0,0%	930158000	0,1%	716816000	0,1%

As importações da Suazilândia conseguem um registo bem mais positivo, embora de para o período em análise, de 1975 a 1978 não se ter registado qualquer compra portuguesa a este país.

No entanto, nos anos subsequentes foram sempre em crescendo. O ano de 1996 foi aquele em que Portugal mais importou da Suazilândia. Foram 30 milhões de euros de mercadorias importadas, o correspondente a 8,8% do total importado da África Sub-Sahariana e 11,9% do total importado dos países da SADC. Porém, os anos de 1988, 1989, de 1995 a 1999 e ainda 2001 mereceram de Portugal as maiores importações da Suazilândia.

**Importações
(unidade: euros)**

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Suazilândia nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Suazilândia nas Imp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Suazilândia nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	0	496174000	0,0%	33196362	0,0%	23942550	0,0%
1976	0	652719000	0,0%	34847742	0,0%	19386196	0,0%
1977	0	950980000	0,0%	43427525	0,0%	18914562	0,0%
1978	0	1147875000	0,0%	33422642	0,0%	19373677	0,0%
1979	6893	1655642000	0,0%	65034941	0,0%	36384811	0,0%
1980	2040	2371717000	0,0%	110355318	0,0%	34496138	0,0%
1981	1326168	3037751000	0,0%	153482522	0,9%	38628375	3,4%
1982	1782035	3760840000	0,0%	262471274	0,7%	52477864	3,4%
1983	419838	3488294000	0,0%	301577623	0,1%	55700257	0,8%
1984	4214418	5789214000	0,1%	594276518	0,7%	92847593	4,5%
1985	8058010	6616696000	0,1%	620630171	1,3%	175801778	4,6%
1986	8833755	7195123000	0,1%	606630207	1,5%	148899523	5,9%
1987	5916092	9802948000	0,1%	745046847	0,8%	137222245	4,3%
1988	10065073	12820429000	0,1%	993708513	1,0%	185832474	5,4%
1989	23305179	14979878000	0,2%	1061990807	2,2%	268670374	8,7%
1990	6638551	17904699000	0,0%	1072876109	0,6%	556526375	1,2%
1991	9209699	19009566000	0,0%	177160962	5,2%	273109928	3,4%
1992	9827086	20388748000	0,0%	213461837	4,6%	260813878	3,8%
1993	423978	19367210000	0,0%	315394899	0,1%	153988880	0,3%
1994	1541285	22346764000	0,0%	129173692	1,2%	197005465	0,8%
1995	15223311	25083034000	0,1%	251543780	6,1%	219791258	6,9%
1996	30047585	27070420000	0,1%	342624276	8,8%	252476399	11,9%
1997	11093265	30624739000	0,0%	399791502	2,8%	271637630	4,1%
1998	6080346	34490772000	0,0%	597490049	1,0%	301422091	2,0%
1999	11527219	37505656000	0,0%	466405962	2,5%	249512852	4,6%
2000	319230	43257180000	0,0%	482532097	0,1%	336971596	0,1%
2001	18201000	44053966000	0,0%	426772000	4,3%	415777000	4,4%
2002	8539000	40655880000	0,0%	382352000	2,2%	353981000	2,4%

As exportações de Portugal para a Suazilândia são fundamentadas com base em diversos produtos, sendo que uns se destacam mais que outros de forma alternada. No entanto, a Suazilândia revelou-se sempre muito interessada na

compra de papéis e cartões, obras de pasta de celulose, de papel ou cartão, fibras sintéticas ou artificiais, reactores nucleares, caldeiras máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, produtos cerâmicos, entre outros.

As importações portuguesas, que se revelaram, no período em análise, bem mais superiores que as exportações, dizem-nos que Portugal comprou sobretudo açúcares e produtos de confeitaria. Para além destes, mais duas categorias marcaram as importações portuguesas da Suazilândia: preparações de produtos hortícolas, de frutas e outras partes de plantas e ainda, móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, almofadas, aparelhos de iluminação, anúncios, tabuletas, cartazes e placas indicadoras, construções pré-fabricadas.

2. O Investimento Directo Estrangeiro

Analisados os principais fluxos das trocas comerciais e do comércio internacional entre Portugal e os principais países que compõem a SADC, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) dá-nos também uma ideia muito concreta da importância daqueles mercados para as empresas portuguesas que investem no exterior, nomeadamente na zona austral de África.

Antes de partirmos para uma análise do Investimento Português nos países da SADC, há que notar uma transformação bem clara de Portugal nesta matéria sobretudo na década de 90. Segundo um estudo de 2003 do DPP (Departamento de Prospectiva e Planeamento, do Ministério das Finanças) sobre Prospectiva e Planeamento, a partir da segunda metade da década de 90 e nos inícios da década de 2000, verifica-se que Portugal sofreu uma grande alteração qualitativa do seu posicionamento em termos dos fluxos de IDE devido ao processo crescente de globalização mundial e à intensificação da internacionalização da economia portuguesa: “de tradicional receptor líquido de investimento estrangeiro, Portugal, entre 1998 e 2001, torna-se investidor líquido no exterior. Contudo, em 2002 assistiu-se a uma inversão desta tendência, voltando o investimento directo do exterior em Portugal a superar o de Portugal no exterior” (DPP, 2003, p.87).

Segundo o mesmo estudo, verifica-se que, em termos líquidos, a evolução do IDE de Portugal no Exterior em 1990 ascendeu a 154 milhões de euros quando, no sentido inverso, o montante de IDE que entrou em Portugal atingiu 2 mil milhões de euros. Esta tendência, onde Portugal foi mais receptor de IDE do que investidor, manteve-se até 1998. Em 1998, Portugal investiu no exterior 3,4 mil milhões de euros quando, em sentido inverso, os fluxos de entrada atingiram os 2,8 mil milhões de euros.

O ano de 2001 foi mesmo aquele em que, em termos absolutos, Portugal mais investiu no estrangeiro (8,4 mil milhões de euros) e onde mais investimento estrangeiro entrou em Portugal (6,5 mil milhões de euros).

Em suma, de 1996 a 2002, Portugal acaba por registar um IDE no exterior de 28,7 mil milhões de euros, quando em sentido inverso os fluxos líquidos de IDE em Portugal ascenderam a 25,8 mil milhões de euros.

Especificando os destinos para os quais se dirigiu o IDE português, a União Europeia e o Brasil destacam-se em grande medida, dado que, segundo DPP (2003), entre 1996 e 2002 representaram 88,7% do total investido no exterior. Claro que, no seio da UE, o país que mais absorveu o investimento português é a Espanha (27,5%), como um destino natural dos nossos investimentos, seja pela proximidade, seja pela grandeza e interligação das suas economias.

Olhando para África, percebe-se que as empresas portuguesas têm estado atentas ao seu desenvolvimento mas, como é natural, os investimentos acabam por assentar em pressupostos de proximidade, daí o peso significativo nos investimentos para África, mas no Norte de África. Segundo o DPP (2003), o Egipto, Marrocos e Tunísia, no período de 1996 a 2001, representaram 5% do total do investimento directo português no estrangeiro. Com valores modestos, surgem os EUA (1,4%) e os PALOP (2,4%) e, nestes últimos, mais de metade dos recursos destinaram-se a Angola.

Na análise do IDE português nos países da SADC, segundo dados do Banco de Portugal, verificamos que Angola lidera os interesses das empresas portuguesas, logo seguida por Moçambique.

Nos *países não lusófonos da SADC*, o que mais importa nesta análise, regista-se que apenas a África do Sul é o país de maiores interesses para o IDE português, tendo registado um fluxo, de 1996 a 2003, de 67,9 milhões de euros.

Dos restantes dados disponibilizados pelo Banco de Portugal, o Botswana e o Malawi têm sido os outros dois únicos países onde o IDE português tem vindo a ganhar algum peso, mas ainda assim muito diminuto.

No entanto, importa sublinhar que, para os países que compõem a SADC, o IDE português regista sempre saldos líquidos negativos.

Investimento Directo de Portugal no exterior (IPE)

Valores em milhares de euros

TERRITÓRIO	ANO																										
	1996			1997			1998			1999			2000			2001			2002			2003					
	E	S	Saldo	E	S	Saldo	E	S	Saldo	E	S	Saldo	E	S	Saldo	E	S	Saldo	E	S	Saldo	E	S	Saldo	E	S	Saldo
ANGOLA	17.192	18.024	-832	17.102	49.422	-32.320	24.933	63.059	-38.125	8.307	100.346	-92.039	14.636	134.595	-119.960	11.920	59.966	-48.047	18.328	78.114	-59.785	9.312	41.653	-32.342			
MOCAMBIQUE	3.226	18.995	-15.768	4.232	23.195	-18.963	7.717	34.241	-26.524	17.543	37.755	-20.212	26.510	100.648	-74.139	20.263	69.827	-49.564	13.874	25.620	-11.746	62.421	29.381	33.040			
BOTSWANA			0			0	142	11.505	-11.363		6.557	-6.557	11.038	5.212	5.826		2.251	-2.251	2.234	1.487	747	55.232	16.646	38.586			
AFRICA DO SUL	570	539	31	118	16.507	-16.388	585	28.765	-28.180	475	1.055	-580	4.616	4.087	529	16.865	3.378	13.487	16.838	9.645	7.193	14.339	3.963	10.377			
MALAWI			0			0			0		34	-34		208	-208	441	3.799	-3.359	898	8.190	-7.292		1.596	-1.596			
Outro países da SADC	742	283	459		29	-29		175	-175		14	28	-14		3	40	-37		215	-215		1	-1		13	1	11
Total	21.730	37.841	-16.110	21.452	89.152	-67.700	33.378	137.744	-104.367	26.338	145.774	-119.436	56.803	244.790	-187.988	49.489	139.436	-89.948	52.171	123.056	-70.885	141.316	93.239	48.076			

Fonte: Banco de Portugal (2004)

2.1 O Botswana

O Botswana é um país que tem alterado a sua posição anual enquanto receptor líquido do investimento português. Portugal, desde 1998, tem mantido uma regularidade nos seus investimentos, sobretudo em 1998-2003. De realçar que o investimento português ascendeu acima dos 11,5 milhões de euros em 1998 e a 16 milhões em 2003. Mas quer em 2000 quer, sobretudo, em 2003, assistiu-se a um elevado desinvestimento de 11 milhões e de 55 milhões de euros, respectivamente, no que resultou num investimento líquido negativo de Portugal naquele país. Podemos dizer que o Botswana não é um país para onde Portugal canaliza grandes investimentos, apesar deste ter vindo a aumentar, mas de forma irregular.

2.2 A África do Sul

África do Sul, a seguir a Angola e a Moçambique, é o maior destino para o investimento português na região austral de África. Segundo os dados fornecidos pelo Banco de Portugal, de 1996 a 2003, o IDE português ascendeu a 67,9 milhões de euros.

Em sentido inverso, a África do Sul é o país relativamente ao qual Portugal consegue captar mais investimento directo. Para o período em análise, Portugal recebeu daquele país 54,4 milhões de euros.

Percebe-se que Portugal consegue manter assim uma posição de crédito relativo, apesar de entre 2001 e 2003 ter existido um desinvestimento líquido que ascendeu a 48 milhões de euros.

2.3 O Malawi

O Malawi é um país cujo IDE em Portugal é pouco significativo, uma vez que só a partir do ano de 1999 há registos de tais movimentos. Em 2001, o desinvestimento líquido de Portugal foi de 441 mil euros, mais que duplicou para 898 mil euros em 2002, e, em 2003, voltou a não haver registos.

Em termos de investimento líquido, os valores não são extraordinários. Em 1999, Portugal investiu directamente 34 mil euros, em 2000 cerca de 208 mil euros, e só a partir de 2001, com 3,7 milhões de euros, é que começa a aumentar com algum significado esse investimento. Em 2002, o fluxo português para o Malawi ascendeu mesmo a 8,1 milhões de euros.

2.4 A Namíbia⁴

⁴ Os dados sobre o IDE português na Namíbia foram concedidos em 2002 pelo Banco de Portugal, mas apenas de 1996 até 1999.

Segundo o Banco de Portugal, em 1996 Portugal desinvestiu 742 mil euros e investiu directamente 200 mil euros. A partir de 1996, Portugal não mais desinvestiu na Namíbia.

Em 1997, Portugal investiu directamente na Namíbia cerca de 29 mil euros, mais que o duplicou em 1998 para 175 mil euros e, segundo o Banco de Portugal, nunca mais voltou a investir directamente naquele país.

2.5 O Zimbabwe⁵

O Zimbabwe é um país onde Portugal não tem qualquer preferência em matéria de investimento directo. De 1996 até 1999, Portugal apenas por uma vez dirigiu para este país algum IDE e isso verificou-se em 1999, num montante residual que ascendeu a 28 mil euros.

2.6 Outros países (SADC)

Numa análise global do IDE português na SADC, verificamos que Portugal direcciona a maior parte do seu investimento para três países: Angola, Moçambique e África do Sul. Os restantes países da SADC, não lusófonos, representam uma fatia muitíssimo pequena.

Portugal sempre investiu mais directamente nos países que compõem a SADC e só por uma vez, em 2003, Portugal desinvestiu mais do que investiu na zona austral de África.

Desde 1996 a 2003, Portugal apresenta um IDE em países da SADC que ascende a mil milhões de euros, tendo desinvestido para o mesmo período, cerca de 400 milhões de euros. Ou seja, Portugal investiu directamente mais do dobro que o montante desinvestido naqueles países.

No cômputo geral, percebe-se que muito do investimento directo para a SADC é destinado a três países muito concretos: Angola, sem dúvida o maior destino do IDE português, Moçambique, segundo maior destino, e África do Sul.

⁵ Idem.

Nesta análise do IDE, percebemos também que os países da SADC continuam à margem dos investimentos estratégicos de Portugal no Mundo, pese embora os últimos anos comecem a dar sinais que essa tendência possa vir a ser contrariada. Mas também trata-se apenas de pequenos sinais.

É importante ainda destacar que o IDE de Portugal destina-se a apenas 7 países da SADC: Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Botswana, Malawi e Zimbabwe, pela respectiva ordem de importância. Por outro lado, é relevante observar que em 1999 a Namíbia já não recebeu IDE e o Malawi (34 mil euros) e Zimbabwe (28 mil euros) entram pela primeira vez nos destinos do IDE português.

A verdade é que se Portugal tem apresentado níveis de investimento directo de alguma dimensão naquela zona austral de África, também apresenta níveis de desinvestimento líquido muito regulares e significativos.

3. Balanço

Analisado em pormenor os variados elementos das relações económicas, o esforço político e diplomático subjacente às teorias das Relações Internacionais abordadas na primeira parte deste trabalho, podemos aferir que o balanço português nas relações com os países africanos tem um lado positivo e outro negativo.

Por um lado, ele é positivo. Portugal não mais esqueceu África após as descolonizações, procurando via PALOP regenerar a imagem deixada e procurando acentuar a sua capacidade de influência através da União Europeia e através das diversas organizações internacionais.

Por outro lado, procurando manter algum peso em África, Portugal não o tem feito de forma activa, dinâmica e estratégica, o que acentua o seu lado mais negativo. Ou seja, quantitativa e qualitativamente, Portugal não é um actor privilegiado em África. Se do ponto de vista Continental o seu peso é residual, o mesmo se passa ao nível regional, facto que se pretende demonstrar com este

trabalho dando como exemplo a região austral de África, nomeadamente através da SADC e, mais especificamente, através dos países não lusófonos.

Politicamente, os sucessivos Governos acenaram sempre muito bem com a imagem do seu interesse estratégico por África. Há duas décadas atrás, nos anos 80, Portugal conseguiu recuperar alguma influência nas relações com África quando o Governo de Cavaco e Silva redefiniu uma orientação política clara em favor dos PALOP. Foi reconhecida esta orientação através e sobretudo, mais tarde, do processo de Paz em Angola, mas pouco ou nada mais se adiantou. Em seguida, em meados da década de 90, o Governo de António Guterres procura catapultar os interesses portugueses em África, mas não de uma forma bilateral como se fez com Cavaco, mas sim de uma forma inter-regional: UE-África. O governo de Guterres defendeu a tese, e provavelmente poderia ser a solução mais viável para que Portugal se mantivesse activo e guardasse para si a liderança das relações com África no seio da UE, desta espécie de triangulação. Ora, a ser assim, num âmbito inter-regional, Portugal começou desde então e até à actualidade a tentar cimentar o relacionamento com África via UE, sem, contudo, eliminar a autonomia da relação bilateral. Naturalmente que não teria outra saída que não esta, pois estaria um pouco condenado à marginalização, caso mantivesse exclusivamente a estratégia bilateral. Verificamos assim que o Continente Africano esteve sempre na agenda internacional de Portugal e da sua acção externa.

É bem evidente que Portugal é um país de relações privilegiadas com os Palop, facto que tem sido benéfico no seio da União Europeia, mas que também lhe tem trazido alguns dissabores em matéria de relações bilaterais.

Após 1980, Portugal constrói uma estratégia de relações Estado a Estado para a sua política externa, onde África se apresenta e se impõe nos seus horizontes.

Ainda que o dilema ‘Europa ou África’ subsistisse, Portugal acabou mais tarde por optar necessariamente pela via europeia, nomeadamente a partir de 1986 com a sua entrada na CEE, não esquecendo contudo a linha e a sua apetência por África.

Foi então com o Governo de Cavaco e Silva que se deu a primeira viragem política em relação a África após as independências das ex-colónias. Em rigor, aquele adopta uma atitude que anteriormente havia sido preconizada por Francisco Sá Carneiro. Falou-se pela primeira vez em diplomacia económica, mas o conceito esmoreceu. Apostou-se claramente numa opção estratégica de aproximação aos PALOP. Com esta aproximação, a política de cooperação bilateral ganhou uma nova dimensão e dinâmica. Ao seguir uma política Estado a Estado e de cooperação bilateral, o Governo social democrata indexava também diversos programas de desenvolvimento para os PALOP. Portugal tinha assim uma visão africana muito mais lusófona do que virada para o desenvolvimento global e regional de África.

Com a mudança à esquerda do Governo nos anos 90, liderado por António Guterres, dá-se a segunda viragem política. Portugal assume definitivamente que a sua relação com o Continente Africano não se cingiria apenas aos PALOP, mas a toda a África, via União Europeia, sem esquecer os seus laços históricos e privilegiados com os PALOP. Deste modo, e desde 1995, Portugal passa a assumir as suas relações com África via União Europeia, procurando que aquele continente ganhe mais força e dinâmica internacional no seio das suas prioridades.

É neste quadro que o Governo português promoveu então, em 2000, a Cimeira UE-África, tentando lançar as bases sólidas que permitissem uma relação mais efectiva, integrada e sistemática com a Europa e África.

O objectivo essencial do papel português na cena internacional era o de acabar de vez com o preconceito de um continente onde era inútil investir. Portugal tentava, assim, colocar o continente africano, definitivamente, na agenda internacional.

Por outro lado, Portugal nunca abandonou o diálogo com países e organizações africanas. Nesta matéria, e em particular a SADC, Portugal sempre quis conferir-lhe dinamismo e dimensão política, dialogando de forma aberta e olhando a participação dos seus membros neste processo de forma imprescindível.

Para Portugal, segundo Jaime Gama, “esta organização – SADC – e os seus Estados, pelo nível de realizações já conseguidas, tanto no plano político como económico, terá certamente um papel fundamental a desempenhar como pólo dinamizador de toda a África” (1999, p.270).

Para o Governo português, o facto de a SADC ter Angola e Moçambique como membros e onde a língua portuguesa é oficial, serviu sempre para que seguisse a actividade deste bloco regional com muita atenção.

Em 1998, na Reunião Ministerial UE/SADC que decorreu em Viena de Áustria, Jaime Gama, então MNE português, afirmou serem “encorajadores os progressos feitos no âmbito da SADC, para se atingir os seus grandes objectivos de uma integração económica mais estreita e de uma cooperação político-diplomática mais efectiva” (1999, p.290).

O MNE teve ainda oportunidade de demonstrar a sua preocupação com a conjuntura económica e financeira desfavorável que então se vivia como principal barreira ao desenvolvimento da SADC. Um dos factores mais importantes a que se referiu foi a PAZ na região que ainda não havia sido alcançada, nomeadamente em Angola, na República Democrática do Congo e em alguns Estados vizinhos.

Mais recentemente, com o Governo PSD-PP, liderado por Durão Barroso, renasceu um novo input político: a *diplomacia económica*.

Martins da Cruz, ex-MNE de Durão Barroso, quis dar uma nova forma e imprimir uma nova dinâmica à diplomacia tradicional através da diplomacia económica, atribuindo-lhe uma focagem comercial e de investimento. Porém, até hoje, nunca se conheceram resultados práticos desta iniciativa., não passando por isso, de um bom plano de intenções.

Na análise em concreto ao posicionamento diplomático de Portugal na SADC, a estratégia nunca foi muito dinâmica, tal como se pretendia ao nível político. Ou seja, o lado diplomático andou sempre desfasado do lado político.

Portugal teve sempre uma presença diplomática paupérrima naquela região austral de África. Digamos que, desde 1997, Portugal tinha apenas 7 embaixadas nos 14 países que compõem a SADC, o que é muito pouco, mas

suficiente para traduzir a importância daqueles países nas relações externas de Portugal com o mundo e, neste particular, com África. Muito pouco mesmo para quem ambiciona mediar as relações UE-África e para quem pretende fomentar e estreitar relações com vista ao desenvolvimento económico e sustentado da SADC. O cenário agravou-se ainda mais quando Portugal acabou por encerrar, em 1998, a embaixada da Zâmbia, e, em 2003, a da Namíbia.

Basicamente, apesar de uma visão política abrangente sobre o papel da SADC na região austral de África, Portugal trabalha apenas três grandes e significativas embaixadas: Angola, Moçambique e África do Sul.

Podemos daqui aferir que a acção diplomática não é directamente acompanhada pela acção política ou governativa, o que não deixa de ser inquietante. Ou seja, Portugal empenha-se bastante no acompanhamento da política da SADC, via organizações internacionais ou bilateralmente, mas depois não disponibiliza recursos humanos, financeiros e logísticos para empreender as suas relações com os Estados membros da SADC.

No plano económico, comercial e do investimento, a situação acaba por se ressentir daquele diminuto empenho. Importa desde logo realçar que existe um sinal evidente que nos leva a afirmar que Portugal privilegia apenas as relações com Angola, Moçambique e mais recentemente com a África do Sul. Todos os outros membros da SADC são residuais no peso que assumem nas relações comerciais e de investimento.

Percebe-se assim claramente que Portugal é um país importador dos países não lusófonos da SADC onde, a partir do ano de 1995, e para o período em análise, se regista um grande incremento dos fluxos de compras de produtos oriundos daquela região. Significa dizer que a balança comercial portuguesa é altamente deficitária nas trocas comerciais com a SADC, retirando desse 'bolo' Angola, Moçambique e a África do Sul.

Vale a pena ainda destacar a força das importações portuguesas com origem nos países como o Zimbabwe, Tanzânia e Zâmbia. À excepção dos três países que atrás referimos, estes são efectivamente aqueles que mais vendem

para Portugal, sobretudo a partir de 1994 (no caso do Zimbabwe), de 1988 (no caso da Tanzânia) e de 1997 (no caso da Zâmbia).

Em matéria de exportações, muito pouco há a referir. Portugal exporta para todos os países da zona, mas em valores muito baixos e, em alguns casos, quase nulos. O grande volume de exportações verifica-se sobretudo para a tríade Angola/Moçambique/África do Sul.

Em matéria de IDE, verifica-se que Portugal tem vindo não só a aumentar mas também a manter os seus fluxos de investimento directo na zona Austral de África, mas com direcções bem definidas: Angola, Moçambique e África dos Sul. É verdade também que países como o Botswana e o Malawi têm ganho alguma expressão, mas sem qualquer valor relativo no total que Portugal investe no exterior.

Por outro lado, pelos volume de desinvestimento de Portugal na SADC ao longo do período em análise, poderemos assistir a uma repetição da tendência em anos vindouros. Só o ano de 2003 poderá traduzir alguma inversão, sobretudo porque foi o único ano em que o saldo do total do IDE líquido português foi positivo, ascendendo a 48 milhões de euros.

Em síntese, Portugal não tem sabido nem conseguido potenciar a força comercial e de instalação nos países da tríade para assim expandir e explorar novos negócios noutros países que compõem a SADC. Não admira, assim, que o baixo esforço político-diplomático nos países não lusófonos não tenha tradução prática de intenção estratégica e de presença privilegiada no domínio económico.

CONCLUSÃO

A análise das *Dinâmicas Económicas e Política Externa Portuguesa nos Países Não Lusófonos da SADC de 1975 a 2002*, leva-nos a retirar diversas conclusões sobre o posicionamento de Portugal face à zona austral de África, com especial relevo para a SADC.

O objectivo deste trabalho foi o de verificar até que ponto Portugal se empenhou activamente no terreno, e não apenas em retórica, e se interessou igualmente em investir política e diplomaticamente na África Austral não lusófona no período em análise, tendo em consideração o desiderato da promoção dos seus interesses económicos articulados com a sua política externa.

Verificámos que a excessiva concentração e atenção de Portugal em Angola e em Moçambique, países lusófonos, começou por ser uma potencialidade para os interesses económicos de Portugal na região, mas rapidamente apercebemo-nos que esse posicionamento e importância transformou-se também numa fraqueza. A razão é uma só: Portugal nunca conseguiu vencer o círculo da lusofonia.

Por outro lado, Portugal procurou liderar o processo de diálogo UE-África, no sentido de conseguir maior visibilidade ao nível político não só nas relações históricas que mantém com alguns Estados africanos como também junto dos seus parceiros europeus. É verdade que foi grande impulsionador de uma imagem favorável do continente africano, visando uma maior aproximação dos Estados mais desenvolvidos aos menos desenvolvidos. Abandonou então uma estratégia de diálogo bilateral, tentando passá-la para um domínio multilateral. O cerne da questão nesta mudança é que, ainda assim, Portugal manteve-se (e mantém-se) confinado ao espaço lusófono, não conseguindo aumentar a sua credibilidade nem influência juntos dos restantes países membros da SADC.

Sendo a África Austral uma das mais dinâmicas zonas de África, em particular da África Sub-Sahariana, graças sobretudo à inserção da África do Sul naquela área e à existência de um esquema de integração económica que parece

ganhar peso como a SADC, estamos perante um mercado alargado do ponto de vista económico que tem todas as possibilidades de ser aproveitado pelas empresas portuguesas.

Mas para que as economias de escala funcionem e para que Portugal possa usufruir de outras vantagens económicas, financeiras e comerciais, beneficiando a expansão dos interesses empresariais na região, é necessário um aumento da sua presença ao nível político. Infelizmente, o que verificámos com este trabalho, é que Portugal sempre teve uma presença fugaz na região, onde tudo gira em torno do ‘umbigo’ lusófono, do ‘pecado’ original, que são Angola e Moçambique. Portugal demonstra muitas fraquezas na região e dá sinais de uma visão estreita para uma afirmação sustentada e forte que poderia assumir na zona, seja pelo potencial de crescimento da região, seja pela diáspora portuguesa aí estabelecida (África do Sul e Zimbabwe).

Ao nível diplomático, sabendo-se que o conceito da *diplomacia económica* está estrategicamente presente no discurso de política externa desde há duas décadas, verifica-se que a ausência de interesses políticos na região marca um falhanço total da estratégia e presença diplomática portuguesa nos países não lusófonos da SADC.

Portugal, que encerrou desde 1997 apenas duas embaixadas no mundo, fê-lo logo em dois países membros da SADC: primeiro, em 1998, na Zâmbia e, em 2003, na Namíbia. Actualmente, Portugal tem representação diplomática em Angola, Moçambique, África do Sul, Zimbabwe e República Democrática do Congo.

Este é de facto um dos maiores sintomas do falhanço na promoção dos interesses portugueses ao nível diplomático na região e onde o papel das ex-embaixadas foi apenas político e nunca económico.

Neste cenário, somos compelidos a concluir que o encerramento das embaixadas e uma defesa activa da diplomacia económica é uma verdadeira contradição e até mesmo um paradoxo. Sem embaixadas, Portugal perde os seus pontos de passagem e perde também agentes activos que difundam e atraiam os interesses económicos portugueses, uma vez que a expansão política e

diplomática é uma forma de afirmação de um Estado que abre o caminho para a actuação empresarial e económica.

A diplomacia económica, que deveria servir como um garante e uma almofada de segurança para as empresas portuguesas, não funciona nem tira partido da forte influência e imagem positiva que Portugal tem em Angola e em Moçambique.

Por outro lado, as ‘mega’ embaixadas destes dois países não têm capacidade de penetração nos outros países da SADC. Desta forma, é evidente que a resolução recente do problema da guerra em Angola poderá de novo levar Portugal à tentação de restringir ou polarizar em demasia a sua acção de promoção económica na zona àquele país.

Em suma, a despeito das declarações de interesse estratégico na região Austral de África, Portugal nunca conseguiu ver mais além do que o seu próprio passado histórico – Angola e Moçambique. Isto leva-nos a considerar que Portugal, pura e simplesmente desistiu de considerar o espaço não lusófono da África Austral como região política e economicamente estratégica ao nível da sua política externa.

Assim sendo, as dinâmicas económicas e a política externa de Portugal junto da SADC, e particularmente dos países não-lusófonos, reduziu-se apenas ao papel de mero observador, ainda assim privilegiado nos países lusófonos. O que foi e é pouco. O reduzido valor do investimento directo português nos países não lusófonos da SADC bem como o inexpressivo valor do seu comércio externo (em termos absolutos e relativos) com estes mesmos países, revela a posição frágil que Portugal tem. A menos que se encare a zona austral como uma área que pode tornar-se um imenso mercado a ser optimizado para os interesses económicos e empresariais portugueses, Portugal jamais poderá ousar pensar que politicamente será um ‘player’ atentanente escutado e procurado quer pelos países que compõem a SADC quer ao nível do interior da União Europeia. A redefinição da orientação estratégica político-diplomática e económica na política externa portuguesa impõem-se, não apenas ao nível do discurso, como é o caso da diplomacia económica, mas no campo das acções concretas.

Anexos :

COMÉRCIO INTERNACIONAL

PORTUGAL/ANGOLA

Exportações (unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Angola nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Angola nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Angola nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	8565507	246047000	3,5%	24216010	35,4%	13665815	62,7%
1976	4389760	274780000	1,6%	18081364	24,3%	11448355	38,3%
1977	12123337	387492000	3,1%	34066380	35,6%	23743084	51,1%
1978	14461931	530973000	2,7%	36822358	39,3%	24904530	58,1%
1979	29293772	878137000	3,3%	58541395	50,0%	38930324	75,2%
1980	44414695	1155331000	3,8%	84623478	52,5%	61542991	72,2%
1981	69029419	1281475000	5,4%	118020241	58,5%	89713111	76,9%
1982	33635204	1654725000	2,0%	145458824	23,1%	71801497	46,8%
1983	55158084	2536728000	2,2%	172561342	32,0%	108577533	50,8%
1984	113335571	3793757000	3,0%	273763121	41,4%	170073563	66,6%
1985	133278962	4847053000	2,7%	350098947	38,1%	167190654	79,7%
1986	68759469	5398295000	1,3%	320452704	21,5%	98224432	70,0%
1987	72883869	6539254000	1,1%	315865529	23,1%	111236613	65,5%
1988	147944229	7890770000	1,9%	405087484	36,5%	200276882	73,9%
1989	251493216	10054322000	2,5%	576073658	43,7%	317039869	79,3%
1990	291905856	11650909000	2,5%	665645828	43,9%	330342286	88,4%
1991	394377734	11742118000	3,4%	559059532	70,5%	467716276	84,3%
1992	551574914	12346254000	4,5%	765642302	72,0%	611999436	90,1%
1993	277755608	12342118000	2,3%	495615566	56,0%	351632872	79,0%
1994	242316018	14842424000	1,6%	470396345	51,5%	326987535	74,1%
1995	259464690	17466999000	1,5%	529319345	49,0%	352172486	73,7%
1996	304845322	18933709000	1,6%	649798984	46,9%	417717612	73,0%
1997	393880747	20924821000	1,9%	720837781	54,6%	515571430	76,4%
1998	368033040	22251543000	1,7%	706731776	52,1%	501929754	73,3%
1999	276708133	23025907000	1,2%	620619307	44,6%	419882196	65,9%
2000	370985923	26378762000	1,4%	783032891	47,4%	530929144	69,9%
2001	503600000	27322792000	1,8%	832789000	60,5%	654733000	76,9%
2002	568954000	27089805000	2,1%	930158000	61,2%	716816000	79,4%

Importações
(unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Angola nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Angola nas Imp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Angola nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	14960091	496174000	3,0%	33196362	45,1%	23942550	62,5%
1976	6291253	652719000	1,0%	34847742	18,1%	19386196	32,5%
1977	4604927	950980000	0,5%	43427525	10,6%	18914562	24,3%
1978	1605246	1147875000	0,1%	33422642	4,8%	19373677	8,3%
1979	3880612	1655642000	0,2%	65034941	6,0%	36384811	10,7%
1980	3834543	2371717000	0,2%	110355318	3,5%	34496138	11,1%
1981	4697698	3037751000	0,2%	153482522	3,1%	38628375	12,2%
1982	9038711	3760840000	0,2%	262471274	3,4%	52477864	17,2%
1983	7510195	3488294000	0,2%	301577623	2,5%	55700257	13,5%
1984	27684480	5789214000	0,5%	594276518	4,7%	92847593	29,8%
1985	69831750	6616696000	1,1%	620630171	11,3%	175801778	39,7%
1986	55844983	7195123000	0,8%	606630207	9,2%	148899523	37,5%
1987	28000294	9802948000	0,3%	745046847	3,8%	137222245	20,4%
1988	22442468	12820429000	0,2%	993708513	2,3%	185832474	12,1%
1989	40559731	14979878000	0,3%	1061990807	3,8%	268670374	15,1%
1990	62454265	17904699000	0,3%	1072876109	5,8%	556526375	11,2%
1991	72109286	19009566000	0,4%	177160962	40,7%	273109928	26,4%
1992	78081229	20388748000	0,4%	213461837	36,6%	260813878	29,9%
1993	4783471	19367210000	0,0%	315394899	1,5%	153988880	3,1%
1994	4743568	22346764000	0,0%	129173692	3,7%	197005465	2,4%
1995	9841282	25083034000	0,0%	251543780	3,9%	219791258	4,5%
1996	9676679	27070420000	0,0%	342624276	2,8%	252476399	3,8%
1997	39310262	30624739000	0,1%	399791502	9,8%	271637630	14,5%
1998	21897227	34490772000	0,1%	597490049	3,7%	301422091	7,3%
1999	10130585	37505656000	0,0%	466405962	2,2%	249512852	4,1%
2000	57661036	43257180000	0,1%	482532097	11,9%	336971596	17,1%
2001	128049000	44053966000	0,3%	426772000	30,0%	415777000	30,8%
2002	69987000	40655880000	0,2%	382352000	18,3%	353981000	19,8%

COMÉRCIO INTERNACIONAL

PORTUGAL/MOÇAMBIQUE

Exportações
(unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Exportações Totais de Portugal no Mundo	Peso Moçambique nas Exp. Totais Port. (%)	Exportações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Moçambique nas Exp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Exportações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Moçambique nas Exp. Port p/ SADC (%)
1975	2798251	246047000	1,1%	24216010	11,6%	13665815	20,5%
1976	4088781	274780000	1,5%	18081364	22,6%	11448355	35,7%
1977	6870891	387492000	1,8%	34066380	20,2%	23743084	28,9%
1978	7616643	530973000	1,4%	36822358	20,7%	24904530	30,6%
1979	5630350	878137000	0,6%	58541395	9,6%	38930324	14,5%
1980	9278972	1155331000	0,8%	84623478	11,0%	61542991	15,1%
1981	10306381	1281475000	0,8%	118020241	8,7%	89713111	11,5%
1982	26803438	1654725000	1,6%	145458824	18,4%	71801497	37,3%
1983	34979554	2536728000	1,4%	172561342	20,3%	108577533	32,2%
1984	29524820	3793757000	0,8%	273763121	10,8%	170073563	17,4%
1985	18669795	4847053000	0,4%	350098947	5,3%	167190654	11,2%
1986	15327450	5398295000	0,3%	320452704	4,8%	98224432	15,6%
1987	22377330	6539254000	0,3%	315865529	7,1%	111236613	20,1%
1988	23539444	7890770000	0,3%	405087484	5,8%	200276882	11,8%
1989	29241363	10054322000	0,3%	576073658	5,1%	317039869	9,2%
1990	30578550	11650909000	0,3%	665645828	4,6%	330342286	9,3%
1991	27739278	11742118000	0,2%	559059532	5,0%	467716276	5,9%
1992	22759335	12346254000	0,2%	765642302	3,0%	611999436	3,7%
1993	29927873	12342118000	0,2%	495615566	6,0%	351632872	8,5%
1994	35793737	14842424000	0,2%	470396345	7,6%	326987535	10,9%
1995	36711525	17466999000	0,2%	529319345	6,9%	352172486	10,4%
1996	40287906	18933709000	0,2%	649798984	6,2%	417717612	9,6%
1997	43136042	20924821000	0,2%	720837781	6,0%	515571430	8,4%
1998	61372093	22251543000	0,3%	706731776	8,7%	501929754	12,2%
1999	66704242	23025907000	0,3%	620619307	10,7%	419882196	15,9%
2000	69123412	26378762000	0,3%	783032891	8,8%	530929144	13,0%
2001	63138000	27322792000	0,2%	832789000	7,6%	654733000	9,6%
2002	54073000	27089805000	0,2%	930158000	5,8%	716816000	7,5%

Importações
(unidade: euros)

ANOS	Valor Absoluto	Importações Totais de Portugal no Mundo	Peso Moçambique nas Imp. Totais Port. (%)	Importações Totais Portugal c/ África Sub-Sahariana	Peso Moçambique nas Imp. Port. p/ Áf Sub-Saha. (%)	Importações Totais de Portugal c/ SADC	Peso Moçambique nas Imp. Port p/ SADC (%)
1975	4151200	496174000	0,8%	33196362	12,5%	23942550	17,3%
1976	7347158	652719000	1,1%	34847742	21,1%	19386196	37,9%
1977	4212228	950980000	0,4%	43427525	9,7%	18914562	22,3%
1978	4455761	1147875000	0,4%	33422642	13,3%	19373677	23,0%
1979	10121636	1655642000	0,6%	65034941	15,6%	36384811	27,8%
1980	5490228	2371717000	0,2%	110355318	5,0%	34496138	15,9%
1981	5648397	3037751000	0,2%	153482522	3,7%	38628375	14,6%
1982	5872452	3760840000	0,2%	262471274	2,2%	52477864	11,2%
1983	8606757	3488294000	0,2%	301577623	2,9%	55700257	15,5%
1984	7372602	5789214000	0,1%	594276518	1,2%	92847593	7,9%
1985	5133503	6616696000	0,1%	620630171	0,8%	175801778	2,9%
1986	1939864	7195123000	0,0%	606630207	0,3%	148899523	1,3%
1987	6788190	9802948000	0,1%	745046847	0,9%	137222245	4,9%
1988	5134645	12820429000	0,0%	993708513	0,5%	185832474	2,8%
1989	8992587	14979878000	0,1%	1061990807	0,8%	268670374	3,3%
1990	11028431	17904699000	0,1%	1072876109	1,0%	556526375	2,0%
1991	12287297	19009566000	0,1%	177160962	6,9%	273109928	4,5%
1992	23704177	20388748000	0,1%	213461837	11,1%	260813878	9,1%
1993	15717121	19367210000	0,1%	315394899	5,0%	153988880	10,2%
1994	20670184	22346764000	0,1%	129173692	16,0%	197005465	10,5%
1995	22590556	25083034000	0,1%	251543780	9,0%	219791258	10,3%
1996	24032082	27070420000	0,1%	342624276	7,0%	252476399	9,5%
1997	27364052	30624739000	0,1%	399791502	6,8%	271637630	10,1%
1998	28461408	34490772000	0,1%	597490049	4,8%	301422091	9,4%
1999	39295298	37505656000	0,1%	466405962	8,4%	249512852	15,7%
2000	45235981	43257180000	0,1%	482532097	9,4%	336971596	13,4%
2001	39748000	44053966000	0,1%	426772000	9,3%	415777000	9,6%
2002	36978000	40655880000	0,1%	382352000	9,7%	353981000	10,4%

BIBLIOGRAFIA

- Aron, Raymond, «Qu'est-ce que'une théorie de relations internationales», *Revue Française de SciencePolitique*, Vol. 17, 1967.
- Badi, Mbuyi K., «La Integracion Regional en Africa: analisis político, juridico y economico», *Cuadernos de CC.EE y EE.*, n.º40, 2001.
- Banco de Portugal, *Investimento Directo de Portugal nos países da SADC, Estatística de Investimento de 1996-2002*, Lisboa, 2004.
- Braillard, Philippe e Djalili, Mohammad-Reza, *Les Relations Internationales*, Presses Universitaires de France, 50ª Ed., Paris, 1988.
- Carr, Eduard Hallet, *The Twenty year's Crisis, 1919-1939*, Macmillan, 2ª Ed., Londres, 1956.
- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), disponível em <http://www.sadc.int>. [Consultado em 02/09/2003].
- Cooper, Richard, *The Economic Interdependance: Economic Policy in American Community*, Mac-Graw-Hill, New York, 1968.
- Cravinho, João Gomes, *As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo – Visões do Mundo*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002.
- Ferreira, Ennes e Almas, Rui, *Comunidade Económica ou Parceria para o Desenvolvimento: o Desafio do Multilaterlismo na CPLP*, Política Internacional, Vol.1, N.º 13, Outono-Inverno, Lisboa, 1996.
- FMI, Direction of Trade Statistics, 2000.
- Gama, Jaime, *A Política Externa Portuguesa 1995-1999*, Lisboa, Biblioteca Diplomática – Série C, MNE, 1999.
- Holsti, K.J., *International Politics – «A framework for analysis»*, New Jersey, Prentice Hall, 7ª Ed., 1995.
- Huntzinger, Jacques, *Introduction aux relations internationales*, Paris, Ed. du Seuil, 1987.
- ICEP, Investimento Directo de Portugal no Exterior, 1996-1999, Lisboa, 2000.
- INE, Dados do Comércio Internacional entre Portugal e SADC para o período de 1974-2002.

Kindleberger, Charles P., *American Business Abroad: Six Lectures on Direct Investment*, New Haven (Connecticut), Yale University Press, 1969.

Kissinger, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1996.

Krugman, Paul, *Pop Internationalism*, The MIT Press, Cambridge, 1996.

Mendes, Nuno Canas, *Estudos de Relações Económicas Internacionais*, Textos da Universidade Moderna, Lisboa, 1997.

Merle, Marcel, *La Politique étrangère*, Presses Universitaires de France, Paris, 1984.

Mills, Greg, *África: Da Pobreza à Prosperidade*, Conferência na Fundação Portugal- África, Porto, 2003.

Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério das Finanças, *Prospectiva e Planeamento - «O Investimento Português no Estrangeiro»*, Vol. 9, nº especial, Lisboa, 2003.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), *Portugal: Dez Anos de Cooperação*, Lisboa, 1995.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), *Direcção África*, Lisboa, 2004.

Mistry, Percy S., «Africa's record of regional co-operation and integration», in *African Affairs*, Oxford University Press, Oxford, 2000.

Morgenthau, Hans, *Politics Among Nations, The Struggle for Power and Peace*, New York, Alfred A. Knopf, 2ª Ed., 1948.

Mshomba, Richard E., *Africa in The Global Economy*, Lynne Rienner Publishers, London, 2000.

Nova Parceria para o Desenvolvimento de África. Disponível em <http://www.nepad.org>. [Consultado em 07/10/2003].

OCDE, *Interfuturs. Face aux futurs. Pour une maîtrise du vraisemblable et une gestion de l'imprévisible*, relatório dirigido por Jacques Lesourne, Paris, OCDE, 1979.

Olivier, Gerrit, «Regional Integration and African Revival», in *Africa Insight*, Vol. 31, 2001.

Pinto, Roger, *Le droit des relations internationales*, Payot, Paris, 1972.

Rato, Vasco, *Curso de Formação Diplomática*, Universidade Lusíada, Lisboa, 1997.

Reino, Fernando, *Curso de Formação Diplomática*, Universidade Lusíada, Lisboa, 1997.

Rowlands, Ian H, «Mapping the prospects for regional co-operation in Southern Africa», in *Third World Quarterly*, Vol. 19, n.º 5, 1998.

SADC, (2004), Disponível em <http://www.sadc.int>. [Consultado em 06/09/2003].

Silva, José Amado da, *Economia Internacional*, Porto, Principia, 1999.

Stiglitz, Joseph E., *Globalização – A Grande Desilusão*, Lisboa, Terramar, 2002.

Tsie, Balefi, «States and Markets in the Southern African Development Community (SADC): Beyond the Neo-Liberal Paradigm», in *Journal of Southern African Studies*, Vol. 22, n.º 1, 1996.

Vernon, Robert, *Sovereignty at Bay: the Multinational Spend of US Enterprises*, Nova Iorque, Basic Books, 1971.

Virally, Michel, «Relations internationales et science politique», in *Les Affaires Étrangères*, Paris, P.U.F., 1959.